



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

**MARIANA FEIJÓ FLÔRES MAINI**

**OS IMPACTOS DA COOPERMOURA NA COMUNIDADE DE  
REMANESCENTES DE QUILOMBO DO MOURA SOB A PERSPECTIVA DAS  
MULHERES**

**Santarém, Pará  
Novembro, 2018**

MARIANA FEJÓ FLÔRES MAINI

OS IMPACTOS DA COOPERMOURA NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES  
DE QUILOMBO DO MOURA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de mestre em Ciências da Sociedade.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.: Luciana Gonçalves de Carvalho

Santarém, Pará  
Novembro, 2018

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIG/UFOPA**

---

M224o Maini, Mariana Feijó Flôres

Os impactos da Coopemoura na comunidade de remanescentes de qui -  
lombo do Moura sob a perspectiva das mulheres/ Mariana Feijó Flôres Mai-  
ni. – Santarém, 2018.

128 fls.: il.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade. Santarém,  
2018.

1. Quilombo - Trabalho Feminino - Trombetas, Oriximiná/PA. 2. Mineração.  
I. Carvalho, Luciana Gonçalves de, *orient.* . II. Título.

CDD: 23 ed. 305.4398115

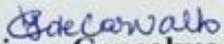
---

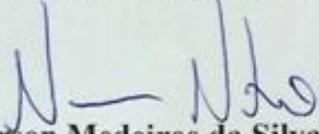
Bibliotecário - Documentalista: Giselle Pinheiro – CRB/2 596

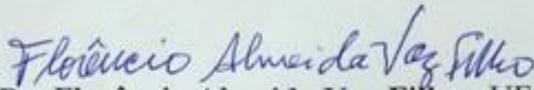


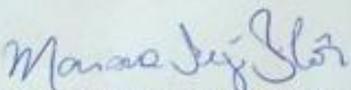
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No dia 1º de novembro de 2018 foi realizada a defesa da dissertação intitulada “OS IMPACTOS DA COOPERMOURA NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DO MOURA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES”, da mestrandia **Mariana Feijó Flôres Maini**, devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade – PPGCS. A banca examinadora estava composta pelos professores doutores: **Nirson Medeiros da Silva Neto** e **Florêncio Almeida Vaz Filho**, mediação realizada pela Profa. Dra. **Luciana Gonçalves de Carvalho (orientadora)**. A apresentação teve início às 9:10 e finalização às 9:40. Após o término da apresentação foi realizada a arguição pelos devidos membros examinadores. A sessão foi finalizada às 11:00 após a divulgação do resultado da defesa de dissertação de mestrado, na qual a aluna foi aprovada. Para efeito legal segue a presente ata assinada pela professora orientadora, pelos professores avaliadores e pela mestrandia.

  
Profa. Dra. **Luciana Gonçalves de Carvalho** (orientadora)

  
Prof. Dr. **Nirson Medeiros da Silva Neto** - UFOPA

  
Prof. Dr. **Florêncio Almeida Vaz Filho** - UFOPA

  
**Mariana Feijó Flôres Maini** (mestrandia)

## RESUMO

Esta pesquisa identifica e analisa alterações ocorridas no modo de vida da comunidade de remanescentes de quilombos do Moura, em Oriximiná/PA, desde a criação da Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura – Coopermoura, em 2002, para facilitar a integração da mão de obra local em postos de trabalho abertos pela Mineração Rio do Norte (MRN) no complexo de extração de bauxita que ela opera na região desde a década de 1970. A pesquisa foi motivada pela crescente importância que a cooperativa vem assumindo na vida local, mobilizando membros de quase todas as 130 famílias da comunidade e, assim, interferindo nas interações sociais cotidianas e na rotina dos moradores, que progressivamente se afastam das atividades produtivas que, historicamente, caracterizaram o território quilombola: a caça, a pesca, a agricultura e, sobretudo, o extrativismo. No cenário atual, procura-se compreender, então, em que planos e de que formas o trabalho na cooperativa interfere na comunidade do Moura. Para tal, a pesquisa prioriza a perspectiva das mulheres, por entender que, além de prestarem serviços, são elas que permanecem mais tempo na comunidade e mais transitam entre diferentes gerações de indivíduos na sua vida cotidiana. Por meio da observação direta e de entrevistas realizadas em campo, assim como da consulta a fontes bibliográficas para conhecimento do passado recente da comunidade, investiga-se como a atuação na mineração, via cooperativa, vem suplantando atividades produtivas tradicionais e interferindo na divisão sexual do trabalho em família e nas relações comunitárias. O trabalho revela que, por um lado, a centralidade adquirida pela cooperativa está relacionada à sobreposição do território quilombola por duas Unidades de Conservação (UC) criadas logo após a instalação da mineradora, de modo a reduzir as áreas outrora disponíveis para uso da comunidade. Por outro, associa-se à formação de novos hábitos e padrões de consumo entre as gerações dos últimos 40 anos. Além do progressivo abandono das atividades tradicionais, a monetização das trocas, a desestruturação das interações familiares, o afrouxamento dos laços comunitários e o aumento da sobrecarga do trabalho feminino são elementos identificados como parte das mudanças introduzidas na comunidade.

Palavras-chave: Quilombo. Trabalho feminino. Mineração. Trombetas, Oriximiná/PA.

## **ABSTRACT**

This research identifies and analyzes changes in the way of life of the quilombo Moura's remnants community, in Oriximiná / PA, since the creation of the Cooperativa de Trabalho do Moura - Coopermoura in 2002 to facilitate the integration of labor (MRN) in the bauxite extraction complex that it has been operating in the region since the 1970s. The research was motivated by the increasing importance that the cooperative has been assuming in local life, mobilizing members of almost all the 130 families of the community and thus interfering in the daily social interactions and the routine of the residents, who progressively move away from the productive activities that, historically, characterized the quilombola territory: hunting, fishing, agriculture and, above all, extractivism. In the present scenario, we try to understand, then, in what schemes and in what ways the work in the cooperative interferes in the community of Moura. For this, the research prioritizes the women's perspective, since they understand that besides providing services, they are those who remain longer in the community and go through between different generations of individuals in their daily life. Through direct observation and interviews conducted in the field, as well as consulting bibliographical sources for knowledge of the recent past of the community, it is investigated how the mining activity, via cooperative, has supplanted traditional productive activities and interfered in the sexual division of family work and community relations. The work reveals that, on one hand, the centrality acquired by the cooperative is related to the overlapping of the quilombola territory by two Conservation Units (UC) created shortly after the installation of the mining company, in order to reduce areas once available for community use. On the other, it is associated with the formation of new habits and patterns of consumption among the generations in the last 40 years. In addition to the progressive abandonment of traditional activities, the monetization of trade, the de-structuring of family interactions, the loosening of community ties and the increase in the overload of women's work are elements identified as part of the changes introduced in the community.

**Key-words:** Quilombo. Female work. Mining. Trombetas, Oriximiná/PA.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos quilombolas das comunidades do Alto Trombetas I e II, pelo carinho, pelos ensinamentos, pela paciência e a confiança em mim depositada nos últimos anos.

Agradeço aos comunitários do Moura: lideranças, cooperados e corpo técnico da Coopermoura. Especialmente, agradeço as mulheres da comunidade, inspiração para essa pesquisa e para a vida.

Agradeço a minha mãe, Maria Clara e a minha avó, Olete, que juntas me criaram e me mostraram a força de nós, mulheres.

Agradeço ao Mateus e aos nossos irmãos de caminhada por terras amazônicas. Aqui me trouxeram em 2011 e aqui me fazem resistir desde então.

Agradeço a minha orientadora, Luciana Gonçalves de Carvalho, por todo o conhecimento compartilhado, não apenas no âmbito desta pesquisa.

Agradeço aos professores Rubens Elias da Silva e José Maurício Paiva Andion Arruti, participantes da banca de qualificação, que com suas valiosas contribuições, ajudaram a clarear os caminhos a serem percorridos.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, da qual fui bolsista nos primeiros meses de pesquisa e ao Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, por viabilizarem essa pesquisa e por trabalharem em prol da produção do conhecimento na região.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa de Localização da Comunidade do Moura.....	19
Figura 2. Mapa de Localização da Flona Saracá – Taquera e Rebio Trombetas .....	20
Figura 3. Barracão comunitário .....	37
Figura 4. Igreja católica e escola no centro comunitário .....	37
Figura 5. Lago do Moura visto do centro comunitário.....	37
Figura 6. Típica habitação na comunidade.....	37
Figura 7. Igarapé do Moura .....	38
Figura 8. Navio chegando em Porto Trombetas para o embarque da bauxita.....	43
Figura 9. Guarita que regula o acesso a Porto Trombetas .....	44
Figura 10. Canoas de comunitários no porto da cidade enclave .....	45
Figura 11. Rebio Trombetas .....	48
Figura 12. Flona Saracá - Taquera.....	50
Figura 13. Entrada das salas da Coopermoura .....	75
Figura 14. Interior da sala da administração.....	75
Figura 15. Técnica de segurança do trabalho na sede da Coopermoura.....	90
Figura 16. Auxiliar de Serviços Gerais realiza limpeza no Casema .....	90
Figura 17. Auxiliar de serviços gerais na sede da Coopbarcos .....	90
Figura 18. Cooperados chegam a Porto Trombetas ainda de madrugada .....	92
Figura 19. Após o expediente, cooperada leva a louça para lavar no igarapé do Moura	96
Figura 20. Em sequência: Saída de Porto Trombetas após o expediente e chegada ao Lago do Moura, quase ao anoitecer.....	97
Quadro 1. Divisão Sexual do Trabalho nas Atividades.....	57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de Trabalhadores na MRN em 2015 .....	70
Tabela 2. Relação dos tipos de contrato de trabalho na MRN em 2015.....	70
Tabela 3. Faixa Etária dos Cooperados em Out/2017 .....	83
Tabela 4. Triagem dos cargos exercidos na Coopermoura em Out/2017.....	86
Tabela 5. Triagem dos cargos exercidos por mulheres em Out/2017 .....	89
Tabela 6. Detalhamento de Serviços e Diárias em contrato vigente em 2017 .....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRQAT – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARQMO – Associação das Comunidade Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná

B/M – Barco a Motor

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CF – Constituição Federal

Coopbarcos – Cooperativa de Serviços Fluviais Especializados do Rio Trombetas

Cooperboa – Cooperativa da Comunidade de Boa Vista

Coopermoura – Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura

CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DOU – Diário Oficial da União

ECQ – Estudo do Componente Quilombola

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

FCP – Fundação Cultural Palmares

Flona – Floresta Nacional

GPS – Sistema de Posicionamento Global

GSA – Gerência de Serviços Ambientais

Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade

Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LA – Licenciamento Ambiental

MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MRN - Mineração Rio do Norte  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
Rebio – Reserva Biológica  
Rima – Relatório de Impacto Ambiental  
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
STCP – STCP Engenharia de Projetos Ltda  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TQ – Território Quilombola  
UC – Unidade de Conservação  
Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará  
ZCO – Zona Central Oeste  
ZL – Zona Leste

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1. Aproximação com o Tema da Pesquisa .....	15
1.2. Caracterização da Área de Estudo e da Problemática da Pesquisa.....	18
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	23
2.1. Eixos e Métodos Investigativos .....	23
2.2. Transcrição e Análise de Dados.....	28
2.3. Estrutura da Dissertação .....	29
<b>Capítulo I – A COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO MOURA</b> .....	31
1.1 Breve Histórico de Ocupação do rio Trombetas e Formação da Comunidade do Moura.....	31
1.2. Características da Ocupação da Comunidade do Moura .....	35
1.3. Organização Social e Política .....	38
1.4. Sobreposições Territoriais no Moura, a MRN e as Unidades de Conservação ...	42
<b>Capítulo II - TRABALHO: DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS À COOPERMOURA</b> .....	55
2.1. Divisão social do Trabalho nas Comunidades Remanescentes de Quilombos do Trombetas .....	55
2.2. O Trabalho na Comunidade do Moura .....	63
2.3. MRN e Trabalho — Da reestruturação Produtiva às Cooperativas de Trabalho. 68	
2.4. A Coopermoura.....	73
<b>Capítulo III - O TRABALHO FEMININO NA COOPERATIVA</b> .....	83
3.1. Perfil dos Cooperados e o Trabalho Feminino .....	83
3.2. A Rotina das Cooperadas.....	91
3.3. Salário, o Maior Benefício.....	98
<b>Capítulo IV – MOURA E COOPERMOURA, UMA RELAÇÃO AMBIVALENTE</b> .....	104
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	121

## 1. INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas, no município de Oriximiná, no estado do Pará, têm vivenciado, desde os anos 1970, diversas mudanças relacionadas à fixação de uma empresa mineradora e a criação de Unidades de Conservação Federal (UCs) em áreas contíguas ou sobrepostas<sup>1</sup> aos territórios que elas ocupam. Especificamente, a instalação do complexo empresarial de exploração mineral Mineração Rio do Norte S.A. em áreas de uso coletivo e a implantação de duas UCs — a Floresta Nacional de Saracá-Taquera (Flona Saracá-Taquera) e a Reserva Biológica do Rio Trombetas (Rebio Trombetas) têm criado tensões acompanhadas de restrições de circulação e uso dos territórios, que também acarretam impactos<sup>2</sup> sociais e econômicos para essas populações.

Por um lado, a lavra da bauxita na região teve início no fim da década de 1970, sendo a MRN atualmente responsável pela produção do maior volume desse minério no país (MRN, 2016). Em 1976, a empresa inaugurou o núcleo urbano de Porto Trombetas, cidade-enclave com ampla infraestrutura de bens e serviços, contrastando significativamente com as localidades do entorno — na maioria, comunidades agroextrativistas que, a partir do final dos anos 1980, viriam a ser reconhecidas como remanescentes de quilombo. Como parte dos platôs existentes na Flona se sobrepõe a zonas ocupadas pelas comunidades, rapidamente os impactos socioambientais do empreendimento minerário se fizeram sentir no seu modo de vida e de trabalho.

Por outro lado, em 1979, o governo federal, por intermédio do então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criou a Rebio Trombetas, com 385.000 ha na margem esquerda do rio de mesmo nome, onde também havia ocupações quilombolas. Uma década depois, criou a Flona Saracá-Taquera, com 429.600 ha, abrangendo áreas que, em parte, já eram exploradas pela MRN e outras que, então, também eram ocupadas por remanescentes de quilombos. Considerando que a modalidade da Rebio, enquanto UC de Proteção Integral, e posteriormente o seu Plano

---

<sup>1</sup>Este trabalho adota a percepção local dos remanescentes de quilombos, os quais consideram que as UCs estão sobrepostas aos seus territórios, visto que a ocupação do rio Trombetas pelos primeiros quilombos remonta a segunda metade do século XVIII (ACEVEDO E CASTRO, 1998), e a organização social das comunidades nos Territórios Alto Trombetas I e II antecede a data de criação da Rebio do Trombetas (1979) e da Flona Saracá-Taquera (1989).

<sup>2</sup> Aqui os impactos serão entendidos enquanto alterações positivas ou negativas no modo de vida dos comunitários, buscando-se respeitar, sem julgamentos, as impressões e classificações dos entrevistados a respeito dos mesmos.

de Manejo<sup>3</sup>, assim como o da Flona, impuseram uma série de normas restritivas às atividades que pressupunham o uso e a comercialização dos recursos naturais encontrados em seu interior, as comunidades locais tiveram que alterar ou dispensar práticas que eram, até então, tradicionalmente exercidas e que haviam se tornado impróprias ou ilegais diante das novas regras ambientais.

Em suma, as limitações de uso e acesso às florestas concomitantemente tomadas por UCs e minas, ainda que por motivos diversos, estão na base do mesmo processo de mudança social<sup>4</sup> vivenciado pelas comunidades que, atualmente, reivindicam a demarcação e a titulação do Território Quilombola Alto Trombetas II, do qual faz parte a comunidade do Moura, foco desta pesquisa. Vivendo desde os anos 1980 dentro dos limites da Flona, no entorno da Rebio e em territórios compartilhados/disputados com a mineração, essas comunidades têm tido que buscar formas alternativas (e muitas vezes não condizentes com as práticas tradicionais) de obtenção de renda monetária, atreladas aos elementos que se introduziram no território por elas ocupado.

Nesse contexto, impulsionada pela perspectiva de assalariamento, em 2002 a comunidade de remanescentes de quilombo Moura organizou-se na Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura (Coopermoura), no intuito de facilitar a contratação de moradores para a prestação de serviços gerais para a MRN e suas empresas terceirizadas. Hoje os serviços para a cooperativa configuram uma das principais expectativas de renda local. Por outro lado, como são atividades desenvolvidas fora do âmbito da comunidade, promovem modificações nas relações sociais no Moura e nas interações familiares dos trabalhadores da Coopermoura.

De acordo com os comunitários, a organização da mão de obra local em uma cooperativa de prestação de serviços propiciou benefícios no que tange à oportunidade de empregos e renda fixa mensal. Entretanto, pelo fato de ser uma cooperativa

---

<sup>3</sup>Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): “A Lei Nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (Art. 27, §1º)” (ICMBio, 2017).

<sup>4</sup> Neste trabalho as mudanças sociais são entendidas enquanto modificações no modo de vida no tocante às práticas de trabalho e manejo de recursos, culminando em alterações nos padrões de consumo, hábitos e nas relações sociais comunitárias e familiares.

unicamente prestadora de serviço (e não de produção), a dinâmica de trabalho e a rotina imposta aos cooperados — rigidez de horários, deslocamentos diários, natureza das atividades —, contrasta com o modo de vida em comunidade e com os ofícios tradicionalmente exercidos e intrinsecamente associados ao tempo e aos recursos da natureza.

Assim, os moradores do Moura vêm constatando uma série de mudanças nas relações familiares e comunitárias, como o aumento a dependência da comunidade em relação à empresa mineradora, a diminuição da participação dos cooperados em assuntos pertinentes à comunidade, aumento da demanda por ações de capacitação e qualificação profissionais, e o aumento das ausências parentais, o que vem se apresentando, segundo eles, enquanto um desafio a ser contornado pela Coopermoura em conjunto com a comunidade.

No cenário em questão, esta pesquisa objetiva conhecer as mudanças que a criação da Coopermoura vem provocando no Moura, focando especificamente as alterações ocorridas na vida das mulheres da comunidade. A análise irá abranger as cooperadas que já prestaram ou ainda prestam serviços e mulheres cujo cônjuge trabalha como cooperado. Busca-se, através da perspectiva delas, compreender como o trabalho para a cooperativa interfere nas interações sociais cotidianas e modifica a rotina e o modo de vida na comunidade do Moura.

### **1.1. Aproximação com o Tema da Pesquisa**

A aproximação com as comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas teve início em 2011 quando, após finalizar minha graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tive a oportunidade de trabalhar durante um ano como voluntária em um projeto vinculado ao Programa de Extensão Geografia da Produção Alimentar, da Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro. Na ocasião, desenvolvi oficinas de teatro, trabalhando mitos e lendas locais com alunos das escolas dos Territórios Quilombolas Alto Trombetas I e II. A referida universidade possui uma unidade avançada no município de Oriximiná, onde permaneci alojada ao longo do ano, intercalando a estadia em diversas comunidades.

A escassez de recursos para o projeto acarretou em um primeiro contato com as comunidades quando a equipe, que não dispunha de meios próprios para deslocamento,

realizou a “subida” do rio de carona em um barco de linha<sup>5</sup> disponível para os comunitários, o B/M Silva Moda. A embarcação, o excesso de passageiros, os objetos transportados e as redes me forneceram o primeiro vislumbre do que seriam as comunidades remanescentes de quilombos do rio Trombetas, sobre as quais, até então, eu dispunha apenas de pouca bibliografia e relatos de parceiros de equipe. Durante a viagem de um dia inteiro de Oriximiná até a comunidade de Mãe Cué, no Território Quilombola Alto Trombetas I, pude observar — assim como ser observada, como ensinam tantos antropólogos (STOCKING, 1983) —, e começar a perceber melhor aquelas pessoas, até então tão distantes de mim e de tudo que eu imaginara a respeito delas.

A impossibilidade de comunicação telefônica com as comunidades dos cursos mais altos do Trombetas forçou a uma chegada, sem aviso, de quatro desconhecidos às três horas da madrugada no barracão comunitário. O que, em qualquer casa de família, poderia ser uma situação de tensão, em Mãe Cué, desde o primeiro momento, foi diferente. O carinho e o cuidado com o qual fui recebida desde a chegada e durante toda a minha estadia de mais de duas semanas, marcaram-me. Ali percebi que os laços de solidariedade extrapolavam os limites de parentesco e comunidade, e também se estendiam a quem necessitasse de algum tipo de ajuda.

Desde esse primeiro contato tive a oportunidade de trabalhar e pesquisar em diferentes frentes e projetos no local, ora diretamente nas escolas, ora com ações dentro das próprias comunidades, o que me possibilitou navegar pelo Trombetas e transitar das formas mais diversas possíveis: em grupos, sozinha, enquanto voluntária, pesquisadora, técnica, pegando carona entre uma comunidade e outra nos barcos de transporte escolar, andando de motor rabeta e motor de popa<sup>6</sup>, em botes de alumínio, em canoas, em barcos fretados e barcos de comunidades, em lanchas da mineração, ficando à deriva, necessitando de ajuda e a oferecendo, sempre que possível. Neste ínterim, minhas estadias e alimentação foram realizadas em casas de famílias e barracões comunitários,

---

<sup>5</sup> Os barcos de linha são os que fazem transporte regular para as localidades.

<sup>6</sup> Motores de baixa e média potência, respectivamente. Devido ao preço mais acessível e menor necessidade de combustível, o motor rabeta é o mais comum dentre os comunitários, adaptando-se a cascos de madeira (canoas) e botes de alumínio. O motor de popa é mais caro e demanda mais combustível, usualmente utilizado na região por equipes de pesquisa, organizações não governamentais e para fiscalização por parte de agentes do ICMBio.

o que foi crucial para a minha aproximação e a criação de vínculos com pessoas do lugar, agora já não tão distantes (de) para mim<sup>7</sup>.

O fato de ter circulado de maneiras tão distintas, e em tantos momentos diferentes por essas comunidades, e a fixação de minha residência em Oriximiná entre 2011 a 2013 me possibilitaram passar por uma gama de situações que me fizeram conhecer melhor pessoas das comunidades e sua realidade e entender — dentro das minhas limitações — um pouco mais a respeito dos remanescentes de quilombos do Trombetas. Assim, construí muitas relações de carinho e amizade, e desconstruí em mim a visão romantizada atribuída às comunidades de remanescentes de quilombos da Amazônia<sup>8</sup> — o que aprofundou minha vontade de pesquisar e entender melhor alguns aspectos dessas populações.

Minhas experiências no rio Trombetas me permitiram conhecer não só um pouco das comunidades, mas distinguir melhor umas das outras em diversos aspectos. Apesar dos elementos em comum que permeiam todas elas, cada uma estabelece relações distintas com o entorno e os elementos presentes no território, onde se destacam: as Unidades de Conservação sob gerência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as diversas comunidades de remanescentes de quilombo e a Mineração Rio do Norte.

A aproximação com o tema da presente pesquisa e com a comunidade do Moura se deu em 2016 na ocasião do Estudo do Componente Quilombola (ECQ)<sup>9</sup>, quando tive a oportunidade de integrar sua equipe como pesquisadora. Foi conduzindo um grupo

---

<sup>7</sup> Estou ciente de que “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento”, como bem ensinou Gilberto Velho (1980, p. 15), da mesma forma que reconheço diferenças importantes entre os universos sociais de que fazíamos parte, eu e os moradores das áreas onde atuei. O que friso é que a possibilidade de convivência continuada foi essencial para a familiarização com as comunidades e a aquisição de algum domínio dos códigos locais, permitindo uma comunicação mais eficaz com os sujeitos aos quais pesquisei.

<sup>8</sup> Além das experiências vivenciadas em campo, para o exercício de des-romantização das comunidades, foi fundamental fazer uma leitura crítica de textos clássicos sobre os quilombos do Trombetas, que, produzidos algumas décadas atrás, já não refletem a realidade do trabalho em uma comunidade como o Moura, onde o processo de monetização se intensificou a ponto de desafiar a primazia das atividades produtivas tradicionais.

<sup>9</sup> O Estudo do Componente Quilombola realizado na região do Alto Trombetas I, Alto Trombetas II e Boa Vista, entre outubro de 2016 e julho de 2017, é obrigatório no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental (LA) do projeto de lavra de bauxita nos platôs da Zona Central Oeste (ZCO) da Mineração Rio do Norte. Associa-se ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para cumprimento da Portaria Interministerial n° 60, de 24 de março de 2015, relativa à análise de estudos e manifestações sobre medidas de mitigação e controle de impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos e atividades na abrangência de territórios quilombolas. Por fim, o ECQ obedece à Sistemática do Processo de Licenciamento Ambiental elaborada pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

focal somente com as mulheres da comunidade que tive a possibilidade de conhecer um pouco da realidade e peculiaridades de seu cotidiano, que sofre influência direta das novas formas de trabalho no Moura, desde a criação da cooperativa de trabalho local (Coopermoura) em 2002. No tal grupo focal elas revelaram as mudanças então vivenciadas, do ponto de vista peculiar de quem, em geral, apesar de assumir menos funções públicas ou de liderança na comunidade, passa mais tempo na localidade e transita junto a indivíduos de diferentes gerações, na sua lida cotidiana com crianças e idosos.

No geral, as mulheres endossaram a percepção geral — exposta pelos líderes locais e pela bibliografia de referência sobre o assunto — de que a mineração, a proximidade com Porto Trombetas, cidade enclave do empreendimento, e as restrições impostas pela presença das UCs na região alteraram profundamente as formas de trabalho na comunidade, modificando não só aspectos relativos ao trabalho, mas o dia a dia e as interações familiares no Moura. Contudo, trouxeram informações novas, que os líderes locais, homens, jamais haviam mencionado. Mencionaram, entre outros fatores: a percepção da desestruturação das relações familiares por parte dos filhos; a falta de autonomia no que tange à mobilidade delas próprias e dos filhos na comunidade, uma vez que o homem tem prioridade no uso da embarcação familiar como transporte para o trabalho; as consequências dessa falta de mobilidade, inclusive na provisão de alimento para a casa, afetando a saúde e o bem-estar da família. Desde então, fui instigada a estudar e procurar entender um pouco mais dessa situação sob a perspectiva das mulheres da comunidade, cooperadas e não cooperadas.

## **1.2. Caracterização da Área de Estudo e da Problemática da Pesquisa**

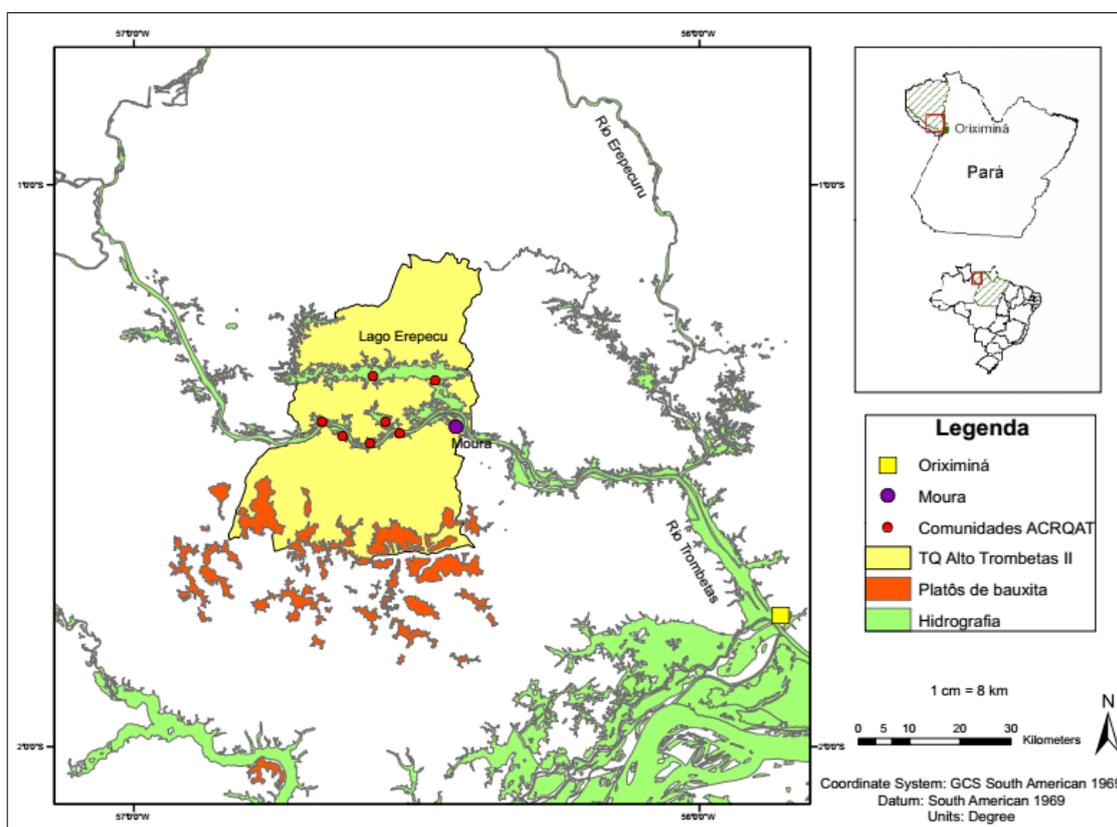
A comunidade de remanescentes de quilombo do Moura está inserida no Território Quilombola<sup>10</sup> Alto Trombetas II, que abrange também as comunidades Juquirizinho, Juquiri Grande, Jamari, Curuçá, Palhal, Último Quilombo do Erepecu

---

<sup>10</sup> De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): “um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano. É a partir da efetiva incorporação dessas características físicas e simbólicas (a terra e a vida social específica que ocorre sobre a mesma) que os membros dessas comunidades se reproduzem física e socialmente e se apresentam modernamente enquanto titulares das prerrogativas que a Constituição lhes garante”.

e Nova Esperança, representadas pela Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQAT). Situada na margem direita do rio Trombetas, a comunidade do Moura delimita-se a norte, sul e leste com as comunidades Palhal, Boa Vista, e Último Quilombo, respectivamente. A oeste faz limite com áreas de exploração de bauxita da Mineração Rio do Norte (MRN), onde estão localizados diversos platôs. Em sobreposição aos limites territoriais do Moura encontra-se a Floresta Nacional de Saracá-Taquera e, em seu entorno, a Reserva Biológica do Rio Trombetas, ambas sob gestão do ICMBio.

Figura 1. Mapa de Localização da Comunidade do Moura



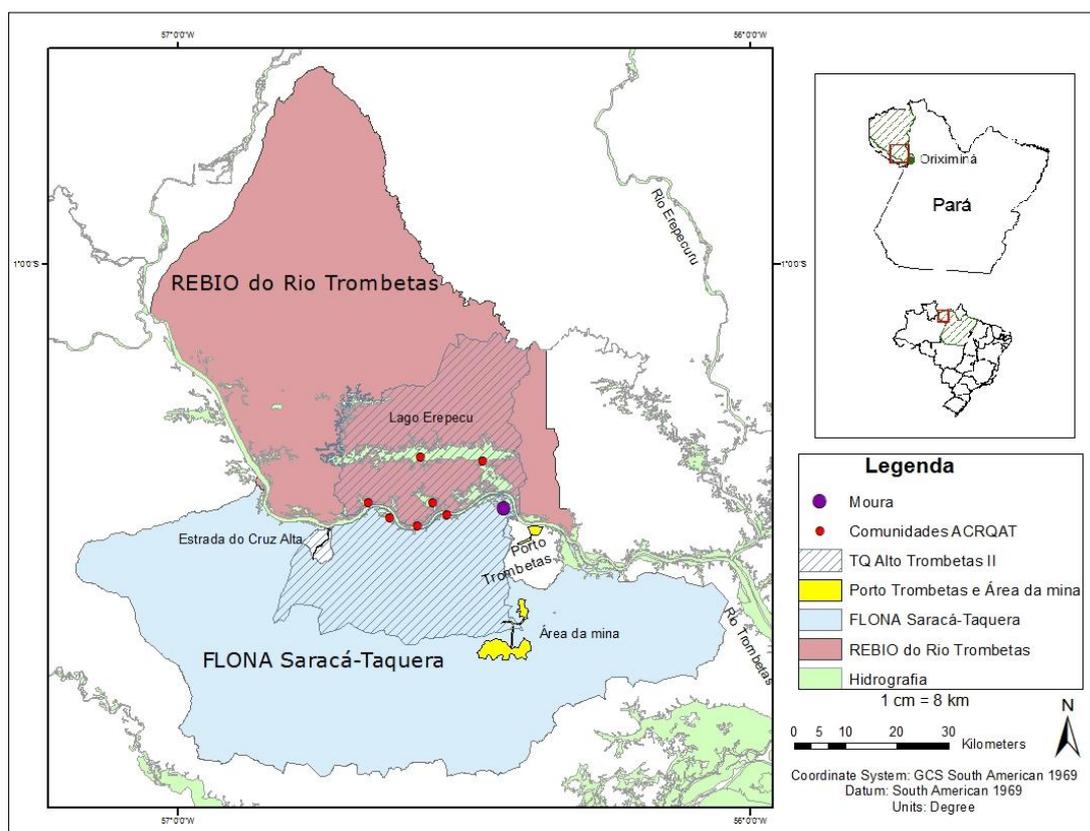
Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com 189.657,8147 hectares, o território encontra-se em processo de regularização, tendo seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação<sup>11</sup> publicado pelo Inbra em 2017. Em julho de 2018 o Inbra publicou a portaria nº 1.172 de

<sup>11</sup> Por força do Decreto 4.887/03 incube ao Inbra, na esfera federal, a titulação dos territórios quilombolas. A primeira parte dos trabalhos do Inbra consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Segundo o órgão: “O RTID tem como finalidade identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (...). Abordando informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas (...)” (INBRA, 2017).

reconhecimento do território. No documento, em acordo com a ACRQAT, determina-se que a regularização fundiária da área considerada pelos órgãos federais sobreposta à Flona Saracá – Taquera (93.794,1973 ha) seja realizada via concessão do direito real de uso emitido pelo ICMBio, sendo o Incra e a Fundação Cultural Palmares, intervenientes. Entretanto, devido à área sobreposta pela Rebio Trombetas, o próprio documento não encerra as tratativas referentes à definição final da área do TQ, assim a portaria é declaratória e as negociações para a regularização seguem em curso<sup>12</sup>.

Figura 2. Mapa de Localização da Flona Saracá – Taquera e Rebio Trombetas



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A comunidade está a 6,36 km de distância de Porto Trombetas (MRN, 2016). O acesso ao Moura é realizado por via fluvial, através do rio Trombetas e do lago do Moura, sendo o trecho navegável durante todo o ano, apesar de haver algumas dificuldades para a passagem de embarcações maiores durante o período de estiagem.

<sup>12</sup> Conforme o Art. 3º da Portaria: “A publicação desta Portaria de Reconhecimento não encerra as tratativas referentes à definição final da área a ser regularizada do Território Quilombola Alto Trombetas 2 sobreposta à Reserva Biológica do Rio Trombetas, considerando-se a sobreposição de interesses do Estado”

Não há rotas comerciais de barco, sendo assim, o deslocamento é realizado em embarcações próprias de cada família – geralmente canoas e *bajaras*<sup>13</sup> movidas a motor do tipo *rabeta*.

No Moura é possível observar o progressivo abandono das práticas tradicionais comuns às comunidades de remanescentes de quilombos do Trombetas, como as atividades agrícolas, extrativistas e manuais, aliadas à crescente dependência de produtos industrializados. Os moradores atribuem esse fato a um conjunto de fatores, entre eles as restrições de acesso e uso dos recursos naturais impostas a partir da criação das UCs, bem como a crescente monetização da economia local decorrente da presença da Mineração Rio do Norte e suas empresas terceirizadas. Afinal, muitos comunitários ocupam postos de trabalho nas empresas que, nos últimos 40 anos, fazem parte da vida de, ao menos, uma geração de moradores crescidos em um contexto cultural e de sistema de trabalho intrinsecamente relacionado às atividades de exploração minerária na região.

A partir da demanda por novas fontes de obtenção de renda, atreladas à dinâmica territorial implantada pós UCs e MRN, muitos comunitários estão organizados na Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura (Coopermoura), idealizada por moradores do Moura em 2002. Sediada em Porto Trombetas, desde sua concepção a Coopermoura vincula-se à empresa mineradora — sua principal apoiadora no processo de fundação, fornecendo suporte logístico e financeiro, além de orientações e capacitações aos envolvidos. A perspectiva de obtenção de renda não relacionada à sazonalidade do tempo da natureza ou a condicionantes restritivas dos planos de manejo das UCs é um de seus principais atrativos. Atualmente, quase todas as famílias do Moura possuem membros prestando serviços fixos ou temporários para a cooperativa, o que implica em deslocamentos diários para Porto Trombetas, influenciando diretamente no tempo disponível para a prática de outras atividades e para a interação comunitária e familiar.

Desde a sua fundação, a cooperativa já absorveu mão de obra de moradores de diversas localidades, além da própria comunidade que a sedia, sobretudo das mais próximas ao Moura. A cooperativa tem homens e mulheres em seu quadro de

---

<sup>13</sup> Pequena embarcação de madeira movida a motor (*rabeta* ou motor de centro), total ou parcialmente coberta, muito utilizada na região por comportar mais passageiros e carga do que a canoa.

associados, no entanto, devido à natureza dos serviços oferecidos, são os homens que ocupam a maior parte dos postos de trabalho, que se destacam pelo baixo nível técnico e salarial. Todas as mulheres que, atualmente, prestam serviço enquanto cooperadas exercem a mesma função: Auxiliar de Serviços Gerais, que consiste em atividades relativas à zeladoria de instalações da MRN, sobretudo serviços de limpeza.

Integrando o atual sistema de trabalho na comunidade e absorvendo boa parte da mão de obra adulta masculina disponível, a Coopermoura deve ser pensada como parte do processo de monetização do Moura e, nessa medida, requer ressalvas, principalmente devido às condições de trabalho que oferece e ao conseqüente afastamento das práticas tidas como tradicionais pelas gerações mais antigas. O distanciamento dos meios de produção do próprio sustento e a prestação de serviços exclusivamente ligados à MRN acarreta em uma crescente dependência em relação à empresa mineradora e aos postos de trabalho cuja oferta ela regula. Assim, essa pesquisa pretende investigar e responder, a partir do ponto de vista das mulheres, às seguintes questões: Além das práticas econômicas, o que a criação da Coopermoura tem modificado na comunidade e nos núcleos familiares? Quais as principais mudanças percebidas e como elas afetam o modo de vida na comunidade?

Em suma, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar, na perspectiva das mulheres entrevistadas, as mudanças que a Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura tem provocado no modo de vida dos moradores da comunidade. Os objetivos específicos desse estudo são:

- 1 – Identificar os elementos presentes no contexto territorial local que fomentaram a necessidade da criação de uma cooperativa de trabalho prestadora de serviços para a MRN;
- 2 – Descrever e analisar aspectos do trabalho e do modo de vida na comunidade do Moura antes da Coopermoura;
- 3 – Analisar o modo de vida das mulheres que trabalham na cooperativa, no que tange especialmente a aspectos como: interações em família, divisão de tarefas domésticas, atividades exercidas antes e após a filiação à cooperativa, renda e rotina.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1. Eixos e Métodos Investigativos**

Como procedimentos metodológicos este trabalho adota a pesquisa bibliográfica, o levantamento de fontes secundárias, a pesquisa de campo e a realização de entrevistas no intuito de construir uma abordagem qualitativa a respeito do tema estudado. Desta forma, para o desenvolvimento da dissertação, conta-se com três eixos de investigação:

- 1 - A pesquisa documental e bibliográfica;
- 2 - As percepções dos participantes da pesquisa, obtidas em campo por meio de entrevistas e conversas informais com comunitários(as), representantes da cooperativa local, trabalhadoras e representantes da MRN;
- 3 - As vivências e observações em campo, no intuito de transitar entre os espaços da comunidade e da cooperativa, buscando uma melhor compreensão das informações coletadas em bibliografia e entrevistas.

Para a compreensão do contexto de criação da cooperativa, a pesquisa bibliográfica em diversas fontes foi fundamental no intuito de conhecer e entender o histórico das comunidades de remanescentes de quilombos do Trombetas, assim como o contexto de inserção das UCs e da mineração no território, elementos que modificariam, desde sua implantação, as formas de trabalho no Moura. Entretanto, essa análise não seria satisfatória se não considerasse também as narrativas dos moradores e fundadores da Coopermoura, além de informações da MRN, empresa que criou a demanda de trabalho e apoiou a fundação da cooperativa. Assim, para além da pesquisa bibliográfica, foram utilizadas informações obtidas por meio de registros em entrevistas e conversas.

Para entender o modo de vida no Moura, utilizou-se da observação direta possibilitada pela permanência na comunidade e realização de entrevistas com mulheres, lideranças e demais pessoas consideradas representativas dentro do contexto da pesquisa. Segundo Duarte (2004, p. 215), “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados”. Já a observação dá acesso a uma ampla gama de

dados, muitos dos quais, não previstos no momento inicial da pesquisa. O observador se coloca na vida da comunidade por um determinado período de tempo, de modo a ver o que as pessoas normalmente fazem nas suas atividades diárias, tentando evitar ver as coisas apenas de acordo com suas hipóteses (BECKER, 1993, p. 122).

O observador não se limita à observação apenas. Ele pode também entrevistar membros do grupo, seja isoladamente ou em grupos. No primeiro caso, ele pode examinar as origens sociais e as experiências anteriores de um participante, assim como suas opiniões particulares sobre questões correntes. No último, ele está, com efeito, "penetrando" nos tipos habituais de comunicações correntes num grupo, vendo o que os membros dirão quando na companhia de outros membros. A diferença entre opinião particular e comunicação pública pode fornecer indicações importantes das normas do grupo.

Tendo em vista uma análise qualitativa, além das observações ao longo da permanência no Moura, foi realizado o acompanhamento de algumas mulheres tanto no âmbito da comunidade, quanto durante seus turnos de trabalho na cooperativa. Devido ao baixo número de mulheres prestando serviços no ano de 2017<sup>14</sup>, foi possível o contato para realização de entrevistas ou conversas com todas as atuais trabalhadoras, que se dispuserem a participar da pesquisa.

A pesquisa contou também com entrevistas e conversas informais realizadas com homens, entendendo que são maioria dentro da força de trabalho da cooperativa e visando à obtenção de um contraponto em relação à visão das mulheres. Assim, a partir da análise comparativa e relacional das falas e mudanças reconhecidas por homens e mulheres, foi possível identificar as questões pertinentes à esfera comunitária e as questões que se tangem exclusivamente às mulheres, percebidas na esfera familiar. As entrevistas complementaram e aprofundaram o levantamento do perfil dos(as) atuais cooperados(as), que esclareceu sobre a natureza e a frequência dos serviços prestados, possibilitando uma visão geral e atualizada em relação ao trabalhadores e atividades exercidas na Coopermoura.

Para a viabilidade deste estudo, em um primeiro momento, buscou-se a validação do tema e a aceitação da pesquisa junto aos comunitários. Por meio de

---

<sup>14</sup> Em levantamento prévio realizado em julho de 2017 junto à Coopermoura, constatou-se que 07 mulheres ocupavam em caráter permanente, e 08 em caráter temporário, o cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais", única função onde atualmente lotam-se mulheres cooperadas.

conversas informais com algumas mulheres da comunidade e pessoas envolvidas diretamente na cooperativa, avaliou-se a pertinência da proposta e a possibilidade de realização da pesquisa, já que entrevistas e a permanência na comunidade seriam fundamentais. Este processo é crucial devido à natureza da pesquisa, que implica a necessidade de informações coletadas *in situ*, além da disponibilidade de moradores e cooperados(as) em fornecer dados e relatos, muitas vezes, considerados de cunho pessoal ou de âmbito comunitário.

Após o acordo com os comunitários para realização da pesquisa, iniciou-se o levantamento bibliográfico de informações a respeito das comunidades de remanescentes de quilombos do Trombetas e outros atores presentes no território — as UCs e a Mineração Rio do Norte. Neste momento, apurou-se o processo de ocupação do rio Trombetas, a criação das UCs e a instalação do empreendimento minerário. Pesquisou-se também acerca da constituição das comunidades, seus modos de vida, ofícios, atividades tradicionais e geradoras de renda monetária. Para tanto, livros, pesquisas, artigos, relatórios, dissertações e teses foram utilizados. Outras fontes foram *sites* governamentais — Incra, Ibama, ICMBio —, planos de manejo das unidades de conservação, termos de compromisso, além de informações oficiais disponibilizadas pela mineração.

A segunda parte da pesquisa bibliográfica aprofundou-se na comunidade do Moura. Assim, o Relatório Antropológico da comunidade (Ecodimensão, 2014) e o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), realizado pelo Iphan (2014), foram de grande serventia para o melhor entendimento de características específicas do Moura e das formas como a comunidade se relaciona com as demais comunidades remanescentes de quilombo no Trombetas.

O prévio conhecimento de alguns aspectos da região em estudo facilitou os momentos iniciais da pesquisa, quando o contato anterior com as comunidades e a realidade local foi fundamental para um recorte mais objetivo do tema proposto e verificação das informações a serem pesquisadas. Em 2016, o trabalho de pesquisa realizado para o Estudo do Componente Quilombola também auxiliou nesta etapa, possibilitando um maior contato com os moradores do Moura e membros da Coopermoura.

A partir do levantamento bibliográfico, uma ida a campo para o esclarecimento de questões iniciais e verificação de dados fez-se necessária. Para o melhor aproveitamento do tempo, optou-se nesse primeiro momento, pela realização de entrevistas com representantes da cooperativa e pessoas de destaque dentro do tema proposto. Desta forma, seria imprescindível o contato com a presidência atual da Coopermoura e com os responsáveis da MRN pela gestão das relações com as comunidades.

Em relação ao Moura, buscou-se a realização de entrevistas com mulheres cooperadas e moradoras envolvidas indiretamente com a cooperativa, através de familiares e cônjuges que prestem serviços. O acesso a esse segundo grupo foi realizado a partir da indicação da própria cooperativa, considerando dados do seu quadro de associados e das cooperadas que prestam serviços. Assim, durante uma viagem a Porto Trombetas inicialmente programada para a finalização do ECQ — que, por motivos externos à pesquisa teve seu curso alterado —, foi possível permanecer uma semana no local, realizando contatos que promoveram a aproximação com a presidência da Coopermoura e suas cooperadas.

Esse primeiro momento em campo dedicado à pesquisa foi fundamental para a elucidação de indagações anteriores e para o levantamento de novos dados e questões que sobreviviam das falas dos entrevistados. Constatou-se o baixo número de mulheres cooperadas atuando em postos de trabalho, assim como as dificuldades e modificações que a rotina de trabalho junto à cooperativa trouxe para suas vidas.

De acordo com Becker (1993), a análise de dados não necessita esperar pelo término da coleta, e o resultado das análises preliminares pode ser utilizado para direcionar demandas futuras e novas coletas. Logo, a partir das primeiras falas recorrentes nas entrevistas, emergiu a necessidade de uma nova busca bibliográfica, agora voltada a temas como a divisão sexual do trabalho e o trabalho feminino dentro e fora do âmbito doméstico.

Para a segunda etapa da pesquisa realizou-se o aprofundamento de leituras que contemplassem as questões percebidas em campo a partir das entrevistas e percepções pessoais. A permanência na comunidade do Moura durante duas semanas possibilitou o maior conhecimento a respeito de como a comunidade apreende os impactos da cooperativa em seu cotidiano. Nesse período acompanhei cooperadas durante seus

turnos de trabalho em Porto Trombetas. Essa etapa foi fundamental para a percepção da dinâmica da comunidade em dias de semana e aos fins de semana, e para aproximação com os homens cooperados que compõem os núcleos familiares das entrevistadas, buscando-se a identificação das alterações da rotina e impactos na comunidade atribuídos à Coopermoura.

Dessa forma, apesar de priorizar a perspectiva das mulheres prestadoras de serviço, buscou-se contemplar as diversas narrativas presentes no contexto da pesquisa. Assim, foram realizadas entrevistas em campo em duas etapas. Na primeira, ocorrida em julho de 2017, foram feitas: uma entrevista com o presidente da cooperativa, no escritório da Coopermoura; uma entrevista com uma cooperada indicada por ele, também nas dependências da cooperativa; e uma entrevista conjunta com cinco cooperadas durante o expediente delas no Casema<sup>15</sup>, onde realizam serviços de zeladoria. Foram realizadas também duas entrevistas com funcionários da MRN — o analista e o gerente do Departamento de Relações Comunitárias da empresa—, nas dependências do escritório central da mineradora.

Já na segunda etapa de entrevistas, em novembro de 2017, foi possível entrevistar o gestor financeiro e a técnica de segurança do trabalho da Coopermoura, além de manter uma conversa informal com sua auxiliar administrativa, todas no escritório da cooperativa. No tocante às cooperadas que prestavam serviços na ocasião da pesquisa, oito concederam entrevistas individuais nas dependências do Casema, sendo que quatro delas já haviam participado da entrevista coletiva em julho. A auxiliar de serviços gerais, que presta serviços como cozinheira da Coopbarcos<sup>16</sup>, foi entrevistada na sede da referida cooperativa, em um flutuante<sup>17</sup> em Porto Trombetas. Na ocasião de uma reunião no centro comunitário do Moura, foram realizadas entrevistas individuais com quatro cooperadas que atualmente não prestam mais serviços. Na mesma oportunidade foi possível entrevistar dois cônjuges de cooperadas que prestam

---

<sup>15</sup> Alojamento simples disponibilizado pela MRN para pesquisadores contratados pela própria empresa e prestadores de serviços eventuais para a mineração.

<sup>16</sup> Cooperativa que presta serviços de transporte fluvial para a MRN e empresas terceirizadas.

Atuam na região três cooperativas de trabalho quilombolas no intuito de prestar serviços para a MRN: Coopbarcos, Cooperboa e Coopermoura. Apesar de se constituírem majoritariamente pelos comunitários do entorno e visar à melhoria das condições de vida e obtenção de renda local, não se confundem em termos de finalidade e representatividade com as associações quilombolas dos Territórios Quilombolas do rio Trombetas.

<sup>17</sup> Estruturas de madeira ancorada nas margens dos rios e suportadas por tanques flutuantes, que permitem que toda a estrutura acompanhe as cheias e vazantes do rio.

serviços, além de conversas informais com comunitários presentes, em sua maioria, cooperados.

Ainda em um terceiro momento, foi realizada em setembro de 2017 uma entrevista com um dos fundadores da Coopermoura e atual liderança comunitária, nas dependências da Ufopa, na ocasião de uma agenda da ACRQAT em Santarém.

## **2.2. Transcrição e Análise de Dados**

No intuito de preservar a fidelidade das informações, as entrevistas foram transcritas na íntegra pela própria interlocutora, em período não muito posterior ao retorno dos trabalhos de campo. Após esse processo, a análise qualitativa objetivou a identificação de discursos comuns e pertinentes ao tema da pesquisa. Para esta etapa, foram utilizadas categorias de análise, que consistem na segmentação da fala do entrevistado em unidades de significação, ou eixos temáticos, que foram interpretados e articulados uns aos outros, visando à formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado (DUARTE, 2004). Apesar de categorias de análise pré-definidas que orientam de forma mais ampla as entrevistas, subeixos temáticos foram identificados a partir da frequência significativa com que apareciam nas falas de entrevistados (MINAYO, 1998).

As categorias de análise podem ser eleitas pelo pesquisador antes da realização das entrevistas (integrando, portanto, os objetivos das mesmas), a partir de referências teórico/conceituais (...) ou de um conhecimento prévio do campo empírico (...). Podem também emergir no momento da análise, pela identificação por parte do pesquisador de conteúdos recorrentes no discurso de seus entrevistados. A análise final das entrevistas consistirá em dar sentido ao conteúdo do mosaico de categorias ou indexadores no interior dos quais estarão agrupadas as unidades de significação tendo como referência os objetivos da pesquisa e o contexto em que os depoimentos foram colhidos. (DUARTE, 2004, p. 221).

Apesar de um roteiro pré-definido para cada grupo de entrevistados, as entrevistas não seguiram um modelo fechado. O modelo parcialmente estruturado utilizado é aquele cujos temas são particularizados, tendo questões abertas e preparadas antecipadamente, permitindo liberdade quanto à eventual retirada de algumas perguntas, à ordem em que as questões estão colocadas e ao acréscimo de perguntas improvisadas (LAVILLE; DIONNE, 1999). Busca-se, dessa forma, a adaptação às demandas e

imprevisibilidades inerentes a todo trabalho de campo. Outro aspecto considerado são os próprios entrevistados e suas peculiaridades. Assim, no intuito de minimizar o estranhamento e o desconforto com as perguntas, as entrevistas seguiram por um viés mais informal e até mesmo foram realizadas em grupos, quando assim foi conveniente aos interlocutores, acompanhando a dinâmica de suas interações.

### **2.3. Estrutura da Dissertação**

O primeiro capítulo objetiva expor o processo de formação da comunidade de remanescentes de quilombo Moura e apresentar os aspectos gerais da comunidade, como organização socioespacial e infraestrutura. Pretende também contextualizar o leitor no cenário do Rio Trombetas, indicando os elementos que se relacionam com a comunidade e são identificados pelos comunitários como responsáveis pelas modificações na dinâmica de trabalho no Moura, especialmente a Mineração Rio do Norte, e as UCs — Rebio Trombetas e Flona Saracá-Taquera.

O segundo capítulo apresenta um panorama a respeito das formas de trabalho no Moura antes e depois da criação da Coopermoura, em 2002. Apontam-se, nesse capítulo, as atividades produtivas tradicionais nas comunidades remanescentes de quilombo do rio Trombetas e o contexto de seu declínio na comunidade do Moura. O capítulo busca elucidar, ainda, o contexto de trabalho local que fomentou a criação da Coopermoura, expondo as modificações decorrentes da reestruturação produtiva da MRN. Por fim, introduz a Coopermoura, apresentando informações sobre os tipos de contrato e a caracterização dos serviços prestados.

O capítulo III traz informações do perfil dos cooperados e aborda o trabalho feminino na cooperativa, aprofundando as questões relativas aos serviços prestados pelas mulheres, identificando as questões mais pertinentes para elas em relação ao trabalho e à interferência das atividades profissionais no dia a dia pessoal e de seus núcleos familiares.

Por fim, o capítulo IV busca identificar as alterações atribuídas à Coopermoura por parte dos seus associados e dos moradores da comunidade do Moura, visando expor os benefícios trazidos pela cooperativa, assim como pontuar as consequências negativas da criação da entidade, tal como citadas em entrevistas. O capítulo traz ainda as

expectativas dos cooperados em relação à cooperativa, demandas de melhorias e possíveis soluções para os principais problemas elencados.

## CAPÍTULO I – A COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO MOURA

### 1.1 Breve Histórico de Ocupação do rio Trombetas e Formação da Comunidade do Moura

A ocupação das margens do rio Trombetas e a formação dos quilombos deu-se nas primeiras décadas da expansão do cultivo do cacau, na segunda metade do século XVIII (ACEVEDO; CASTRO, 1998). As fugas dos escravos dos cacauais existentes nas regiões de Santarém, Alenquer e Óbidos os levaram a ocupar aqueles espaços de acordo com suas necessidades de moradia, plantio e extrativismo, formando os primeiros mocambos<sup>18</sup> da região. O ex-escravo, agora mocambeiro, agrega às atividades agropastoris e domésticas o cultivo, a caça, a pesca e o extrativismo, sobretudo em áreas de castanhais, na busca de sua autonomia e reprodução:

Extractar da floresta seus alimentos tornava-os usualmente próximos aos índios – na perspectiva de construção de uma outra identidade –, com os quais dividiam o mesmo espaço (...). O extrativismo vegetal, pouco comum no mundo do escravo, por ser uma prática de trabalhadores livres em decorrência de sua especificidade, no quilombo tornou-se tarefa diária e base da economia mocambeira. Um cuidado a mais, na hora de escolher o lugar do acampamento, onde a natureza lhes fosse pródiga, em especial na produção de castanhas. A área em que essas sociedades quilombolas se constituíram era, e ainda é, um castanhal único que vai desde a bacia do Paru do Leste, em Almerim, até a do Trombetas, em Oriximiná, sendo que as melhores “pontas de castanha” estão no alto dos rios, local onde os mocambeiros se estabeleceram (FUNES, 2000, p. 25).

As cachoeiras do Alto Trombetas — denominadas pelo termo *águas bravas*, o oposto das *águas mansas* dos baixos cursos — se configuraram no local ideal para os grupos se estabelecerem, dada a dificuldade de navegação e o acesso a essas áreas, o que garantia certa proteção contra investidas de recaptura (FUNES, 2000). A esse respeito, O’Dwyer (2002, p. 257) menciona um “isolamento consciente” enquanto estratégia de defesa e fortalecimento político e identitário:

---

<sup>18</sup> De acordo com Acevedo e Castro (1998), o termo “mocambo” era utilizado no século XIX por agentes do governo e da força policial para identificar e classificar pejorativamente agrupamentos de escravos fugitivos. Os “mocambeiros” eram tidos como criminosos desertores e preguiçosos pela sociedade escravista. “Atualmente esta designação ganhou força política, sendo reinterpretada pelo movimento quilombola, como sinônimo de quilombo, a relacionando a luta pela titulação de seus territórios” (FARIAS JÚNIOR, 2008, p.04).

A localização espacial desses grupos, distribuídos nas chamadas *comunidades* — termo usado aqui em seu sentido empírico, segundo denominação deles próprios — situadas ao longo das margens no alto dos rios e alcançáveis somente através de transporte fluvial (...), constitui fator que pode funcionar, na prática, em determinados contextos sociais e políticos, como um limite espacial usado para manter uma relativa distância física das suas famílias, reunidas em unidades residenciais localizadas no alto dos rios e em áreas de maior circulação, principalmente a sede municipal, que visitam periodicamente [...].

Por conseguinte, a configuração espacial desses grupos do alto curso dos rios, cujo relativo isolamento é mantido e atualizado de forma consciente, não deve conduzir à reificação de qualquer imagem de um “mundo fechado e autossuficiente”. Do nosso ponto de vista, a naturalização das ideias de “isolado social” e/ou “isolado cultural” deixa de fora e à margem das descrições etnográficas, diferentes processos históricos e sociais que resultam na construção de um “isolamento consciente”, baseado na memória histórica e genealógica desses grupos sobre sua origem comum.

O relaxamento progressivo das perseguições e a abolição da escravatura, em 1888, possibilitaram o deslocamento de alguns núcleos familiares para as áreas de águas mais mansas. Este processo, chamado de descenso, tinha como um de seus objetivos a aproximação de Óbidos e Oriximiná para fins comerciais, além de possibilitar a vigilância contra possíveis invasões nos quilombos acima das cachoeiras (FUNES, 2000). Segundo Acevedo e Castro (1998), o descenso das cachoeiras modificou a disposição da população no território. Antes tida como um sistema de aldeamento, a nova estratégia de disposição consistia em grupos pequenos, famílias nucleares, que, por meio de casamentos, interligavam rios e posteriormente constituíam famílias extensas que se fixavam em localidades distintas.

Com isso, uma nova configuração social emergiu exitosa no Trombetas, o que propiciou o incremento populacional (ACEVEDO; CASTRO, 1998) na região, conectando dezenas de povoados negros que, em fins do século XX, estavam “estabelecidos numa área ocupada por aproximadamente 500 famílias, cujos ‘ramos’ estão entrelaçados por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades” (FUNES, 2000, p.20). Dessa forma, a fixação dos primeiros mocambos na região constituiu-se estrategicamente em áreas onde o plantio fosse favorecido e a natureza apresentasse recursos necessários a sua sobrevivência.

Segundo Funes (2000), apesar de os principais mocambos estarem localizados acima das cachoeiras, mocambos menores situavam-se em cursos mais baixos, nos igarapés e nos lagos (dentre eles o lago do Moura), que, além de local de reunião, “poderiam servir de apoio, tanto para fuga e comércio com os regatões, quanto para a resistência, sobrevivência e reprodução daqueles sociedades situadas nas águas bravas” (FUNES, 2000, p. 37). Acevedo e Castro narram a fixação de moradias nas matas, onde os mocambeiros puderam desenvolver um calendário agroextrativista, contribuindo para a economia regional. Neste sentido, a procura por gêneros como copaíba, castanha e tartaruga expandiu as áreas de coleta e de núcleos populacionais: “nas proximidades de Cachoeira Porteira ergueram Nova Amizade e Arrozal e descendo, Tapagem, Tabuleiro [...] Boa Vista, Água Fria, Sacuri, Palhal e Moura” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 129).

A ocupação do lago do Moura remonta, então, a esses fluxos populacionais ocorridos entre os séculos XIX e XX, a partir do movimento de formação de mocambos nas cachoeiras presentes nos cursos mais altos do rio e do posterior descenso para as águas mansas. De acordo com as narrativas dos moradores do Moura, baseados em relatos de seus ascendentes, os índios identificados como Mura ou Muriá seriam os ocupantes da região que hoje abrange a comunidade. No entanto, teriam abandonado gradativamente a localidade a partir da expansão da ocupação negra no rio Trombetas (Iphan, 2014).

O encontro e a interação com indígenas permeiam a narrativa dos mocambos no Trombetas, desde a chegada dos escravos fugidos ao alto curso das cachoeiras, até o descenso. A esse contato atribui-se parte do sucesso da sobrevivência das populações negras no local. Neste sentido, Bezerra Neto (2001) aponta que o refúgio de escravos fugidos em aldeias indígenas contribuiu para o estabelecimento de trocas de produtos e conhecimentos entre esses grupos, mas também para a criação de laços de solidariedade e parentesco, havendo inclusive registros de matrimônios a partir da convivência entre negros e indígenas. Ademais, o compartilhamento de informações sobre o território e técnicas de manejo dos recursos naturais também contribuiu para a formação de certa autonomia dos mocambos.

As comunidades negras desenvolveram essa autonomia no território na primeira metade do século XX, consolidando uma economia de práticas extrativistas que eram

incentivadas pelas relações comerciais mantidas com os regatões<sup>19</sup> desde o século XIX (FUNES, 2000). Segundo Funes (2000), até então apenas os regatões ousavam adentrar o espaço dos quilombos, sobretudo entre os meses de fevereiro e abril, correspondentes à safra da castanha. Comprando-lhes a castanha, estabeleceram o comércio “que possibilitava aos negros ‘ter tudo quanto precisa inclusive fazenda, sal, pólvora e armas’, e com certeza, as informações de que necessitavam sobre a movimentação na cidade, no que se refere à organização das diligências” (FUNES, 2000, p. 52).

A relação econômica dos negros com os regatões, entretanto, era subordinada ao monopólio deste último sobre a compra e o transporte dos produtos fornecidos pelos primeiros. O sistema de aviamento que amparava a cadeia produtiva do extrativismo na região ocasionava a dependência e permanente endividamento das populações negras em relação aos comerciantes, também chamados patrões. Nesse sistema, os comerciantes forneciam, a crédito, bens e recursos inexistentes nos mocambos e, em troca, adquiriam castanha e outros gêneros florestais de interesse a preços determinados por eles mesmos.

Com a crise do cacau no início do século XIX, os bens oriundos das florestas locais, como a Castanha-do-Pará, as madeiras de lei e a borracha ganham grande valor no mercado interno e externo na segunda metade do século (PORTO-GONÇALVES, 2001). Assim, na primeira metade do século XX, as florestas situadas no vale do rio Trombetas, já ocupadas pelos negros fugidos, tornam-se alvo dos interesses econômicos das oligarquias locais, pois “as terras das margens do rio Trombetas destacavam-se por colocar no mercado regional óleo de copaíba, salsaparrilha e madeira (...). Havia unanimidade nos comentários sobre a qualidade e o tamanho da castanha dessa região” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 107-109).

O comerciante metamorfoseia-se em dono da terra e dos castanhais, na medida em que a garantia do trabalho do castanheiro ou da venda do produto do seu trabalho somente poderia ser assegurada com a proibição ou controle da coleta até então livre. Este procedimento de privatização dos castanhais avançou com apoio na legislação agrária

---

<sup>19</sup> “O regatão é um comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas” (MCGRATH, 1999, p. 57). Fundamental para a economia amazônica, constituía a base do sistema de aviamentos junto aos caboclos e patrões. Atualmente o termo segue amplamente utilizado entre os quilombolas na região, referindo-se majoritariamente aos comerciantes de castanha-do-Pará que fazem o intermédio entre os extrativistas e as usinas de beneficiamento, ou até mesmo o consumidor final. Também é conhecido na região como atravessador.

que, através de compra e venda, favoreceu um grupo particularizado da elite do município.

[...] Alguns donos de castanhais figuraram à frente das Câmaras, do governo municipal (Óbidos) e da subprefeitura (Oriximiná). (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 141-144).

Somente na década de 1960, com as descobertas do potencial mineral da região por empresas internacionais e nacionais, e como o sistema patronal de exploração dos negros começava a ruir, “o interesse pela terra se deslocou da castanha para os recursos minerais” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 192). O governo brasileiro pós-64 abriu as fronteiras a investidores estrangeiros, trazendo pesquisas de prospecção mineral à bacia do Trombetas.

Com a descoberta das minas de bauxita pela Alcan (*Aluminium Company of Canada*), foi designada a extração para a produção de alumínio, e, assim, em 1967 instalou-se na região a Mineração Rio do Norte (MRN) com apoio da elite local, sobrepujando os negros que habitavam a região. O avanço da mineração se deu sobre terras ditas desabitadas, numa área de concessão de 65.552 ha. Posteriormente, a mineradora adquiriu a posse de um lote de 400 ha; e em 1977 fez uma solicitação adicional de 87.258 ha ao Inbra (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

## **1.2. Características da Ocupação da Comunidade do Moura**

De acordo com o relatório antropológico do Moura, a comunidade constituiu-se principalmente pelos descendentes dos negros remanescentes dos antigos mocambos e por migrantes de outras regiões do Pará, como Alenquer e Óbidos (ECODIMENSÃO, 2014). Na segunda metade do século XX, sobretudo após a consolidação das atividades da MRN e a fixação do núcleo urbano de Porto Trombetas, em 1976, houve significativo incremento populacional no Moura, com a chegada de remanescentes de quilombos de comunidades vizinhas e de migrantes de distintas regiões que procuravam trabalho na mineradora.

Segundo o Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas Localizadas no Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas, 31% dos moradores se originou na própria comunidade do Moura. Um percentual de 18% advém do município de Oriximiná, já um percentual aproximado de 57% seria originário das comunidades vizinhas e das localidades de Serrinha, Varre Vento, São Nicolau, Acapu, Jauaracá,

Sapucaá, Cuminã, Sumaúma, São Francisco, Aracuã, Jauari, São João e Gaivota, além dos municípios de Óbidos, Alenquer e Terra Santa – no Pará, Brasília/DF e Manaus/AM (NÚCLEO MACACO PREGO, 2006).

Observa-se que a ocupação da comunidade ocorreu majoritariamente por quilombolas originários das comunidades vizinhas: Jamari, Curuçá, Juquiri, juquirizinho, Palhal e Nova Esperança, que em busca de trabalho e melhor infraestrutura, fixaram-se no Moura. Este fluxo migratório prosseguiu durante as décadas de 1980 e 1990, e perdura até os dias de hoje, com o incremento do mercado de trabalho regional devido às atividades do empreendimento minerário. A localização privilegiada do Moura em relação a Porto Trombetas teria sido o fator determinante de atração populacional para a comunidade, onde se percebem trânsitos de pessoas e relações de trocas mais intensas que em outras comunidades do Trombetas.

Outro fator de incremento populacional identificado na comunidade foi a criação das UCs, sobretudo a Rebio Trombetas em 1979, que forçou o deslocamento de diversos núcleos familiares do entorno do Lago do Erepecu para comunidades próximas localizadas fora da área de reserva, como é o caso do Moura. A partir desse processo, a comunidade buscou organizar-se formalmente, segundo relatam moradores para o Estudo do Componente Quilombola:

[...] 85, 86, por aí. Quando chegou a mineração, a comunidade não estava organizada. Tinha alguns moradores... É aquele processo que eles foram indenizados lá do Erepecu, aí vieram para cá para o Lago do Moura. Depois, foi chegando agregado, foi chegando, foi chegando... Eu acho que em 85 a comunidade se organizou, ficou organizada como comunidade com ajuda da paróquia, da igreja (Entrevista com moradores do Moura no âmbito do ECQ, 2017).

Atualmente residem no Moura cerca de 130 famílias; no entanto, no que se refere à população local, não existe um consenso entre as diversas fontes consultadas e os próprios moradores. Na ocasião do censo realizado em 2014 existiam 118 famílias e 515 moradores na comunidade (STCP, 2014), ao passo que no relatório antropológico baseado em informações do Incra, havia 128 famílias e 608 moradores no ano de 2013. O constante fluxo de pessoas e o ingresso, ou a formação, de novas famílias na comunidade são percebidos pelos moradores, que, estimando haver mais de 800 pessoas entre eles, afirmam a necessidade de um novo levantamento populacional.

No tocante à infraestrutura, as casas, em sua maioria, são de madeira, existindo algumas construções em alvenaria. Os telhados, em geral, são de Brasilit<sup>20</sup>, mas algumas casas apresentam telhas de barro, e ainda, em palha de ubim. As divisões entre os cômodos são usualmente tábuas de madeira que não tocam o teto; e o uso de portas entre os espaços também não é comum, o que confere às residências maior circulação de pessoas e ruídos. Não há saneamento básico, e os sanitários em sua maioria são fossas cavadas no chão, cobertas de madeira, geralmente localizadas em áreas de quintal. Não há coleta de lixo, sendo o mesmo destinado para queima realizada nos quintais das áreas de moradia.

Figura 4. Igreja católica e escola no centro comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Figura 3. Barracão comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Figura 6. Típica habitação na comunidade



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Figura 5. Lago do Moura visto do centro comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

---

<sup>20</sup> Telhas de fibrocimento onduladas, muito comuns devido ao baixo custo em relação às telhas de barro.

A água para consumo é preferencialmente retirada do igarapé do Moura, pois segundo os moradores, seria mais apropriada que a água do lago. Algumas residências possuem bombas movidas a gerador que puxam água para a rede interna; e a escola possui um sistema de abastecimento, no qual bombas abastecem caixas d'água. As roupas são lavadas em pontes, estruturas de madeira construídas pelas próprias famílias e localizadas no ponto de acesso à água mais próximo às residências. Por serem móveis, adaptam-se às variações de níveis de água nos períodos de cheias e vazantes.

Figura 7. Igarapé do Moura



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Não há fornecimento de energia elétrica e para esse fim são utilizados motores movidos a diesel nas áreas comunitárias e nas residências que contam com esses recursos. Nem todas as famílias da comunidade possuem gerador, e as que possuem limitam seu uso devido ao alto custo do combustível. Os aparelhos de telefones celulares e modem de acesso à internet funcionam em alguns pontos da comunidade, principalmente no entorno da escola e no centro comunitário, devido à proximidade com Porto Trombetas.

### **1.3. Organização Social e Política**

À Igreja Católica os moradores atribuem grande parte do auxílio para a estruturação da comunidade e sua organização social. Segundo diversos relatos, padres teriam apoiado a formação de lideranças quilombolas, assim como auxiliado na

implantação da escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 1987. Segundo entrevista de moradores para o relatório antropológico do Moura:

Logo após a fundação da escola foi quando começou o movimento social, que na época contou muito com apoio dos padres da paróquia de Santo Antônio, de Oriximiná. Um dos padres que se destacou bastante foi o padre Patrício e o padre José. A comunidade do Moura foi incentivada na base da organização social pelo senhor Manoel Viana [Mimi Viana], que, na época, trabalhava em Porto Trombetas. Ele vinha para a comunidade aos sábados e domingos catequizar as crianças e capacitar as lideranças da época para fazerem reunião, e, também, organizava os mutirões. (ECODIMENSÃO, 2014, p.100).

A organização social da comunidade, na segunda metade da década de 1980, embora alimentada pelas novas demandas e dinâmicas territoriais surgidas no Trombetas a partir da presença MRN e das UCs, remete a um movimento mais amplo ocorrido em todo o Brasil, iniciado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A categoria de “remanescentes de quilombos” emerge juridicamente no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o qual dispõe a respeito do reconhecimento da propriedade das terras ocupadas pelos mesmos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

O artigo 68 surge enquanto resposta do ordenamento jurídico a demandas e articulações políticas de movimentos negros, sendo um ato de reconhecimento jurídico e, ao mesmo tempo, de criação social, ao instituir sujeitos de direitos — fundiários e culturais —, e ao introduzir a categoria política e sociológica “comunidades remanescentes de quilombos” (ARRUTI, 2006). Ressalta-se, entretanto, que os legisladores não possuíam conhecimento suficiente a respeito das implicações sociais que surgiriam a partir desta categorização. A própria escolha do termo “remanescentes” indica um dispositivo voltado para o passado, para o que teria “sobrevivido”. Reconhece-se o residual, o que já foi, quando em verdade deveria sugerir o oposto: o que logrou reprodução e garantiu as condições para viverem e manterem sua independência em relação ao Estado (ARRUTI, 2006; ALMEIDA, 2011).

Apesar de algumas atualizações no conceito de “quilombo” a partir da CF/1988 e do Decreto 4887/2003<sup>21</sup>, e da garantia de direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, as definições encontradas em aparatos jurídicos não encerram ou contemplam a diversidade em que esse grupo étnico se encontra. Conforme Almeida (2011), a partir da CF/1988, a categoria “quilombo”, de atribuição formal de caráter repressivo que classificava um crime, desloca-se para categoria de autodefinição no intuito de reparar um dano.

Então, se, enquanto categoria histórica, o termo “quilombo” tem um significado localizado no tempo, enquanto categoria jurídico-político, é reinterpretado quando utilizado para legitimar as reivindicações por territórios garantidos a partir da CF/1988. Esta atualização política e jurídica do termo, fruto das articulações políticas e sociais que culminaram na inclusão do artigo 68 na Carta Magna, contribui para a afirmação étnica e mobilização política, e assim, transcende à ideia jurídica de reparação de injustiças históricas (ACEVEDO E CASTRO, 1998; ALMEIDA, 2011).

Esse deslocamento conceitual do termo, operado de modo abrangente no Brasil, pode ser observado com características específicas nas “comunidades negras rurais” do rio Trombetas, onde, segundo Acevedo e Castro (1998), os descendentes dos mocambos assumem a identidade política de remanescentes de quilombos a partir de fins dos anos 1980. Nesse período, como sustenta O’Dwyer (2002), a identidade étnica definida pela procedência presumida dos antigos mocambos situados acima das cachoeiras, insurge enquanto resposta aos conflitos com grupos econômicos e agências governamentais que, por intermédio da empresa mineradora e das UCs, implementavam novas formas de controle administrativo e político no território.

A identidade dos remanescentes de quilombos da comunidade do Moura é assim, historicamente constituída através de relatos de fugas “que misturam eventos fragmentados, presentes na memória social, com lendas heroicas e narrativas míticas (...), que impedia seus antepassados, verdadeiros ou míticos, de deslocarem-se livremente pelo rio” (O’DWYER, 2002, p. 261). Atualmente esta identidade histórica é

---

<sup>21</sup> Ainda no âmbito jurídico, uma definição mais detalhada encontra-se no Decreto 4887/2003, que visa regulamentar os procedimentos determinados no art. 68 do ADCT. De acordo com Arruti (2008), o decreto incorpora uma perspectiva comunitarista ao artigo – determinando direitos da coletividade, não de indivíduos –, e ao dar a dimensão conceitual de território, reconhecendo os distintos espaços de usos, costumes e tradições.

o alicerce para reivindicações a respeito do reconhecimento da ancestralidade da ocupação e, conseqüentemente, da titulação de seu território garantida pela CF/1988 (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Em fins dos anos 1980, face ao processo histórico de ocupação negra nas margens do rio Trombetas, os grupos negros locais começaram a acionar parcerias para a elaboração de estudos técnicos baseados nas novas normas jurídicas em prol da titulação de suas terras. Em paralelo, iniciaram o processo de organização formal em associações comunitárias, no intuito de fortalecerem suas reivindicações. Nesse cenário, em 1989, criaram a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), associação representante das comunidades remanescentes de quilombo do município de Oriximiná, motivada pela necessidade de defesa dos territórios e do direito à propriedade da terra assegurada pela CF/1988.

A ARQMO surgiu como uma resposta às invasões e ameaças contra os territórios quilombolas registradas a partir da década de 70, quando se intensificou a ocupação da região. Data desse período a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas, que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros (CPI – SP, 2017).

Com o objetivo de lutar pela defesa e titulação das terras quilombolas, a associação constituiu-se enquanto interlocutora entre as comunidades remanescentes de quilombos e diversas instâncias governamentais. Um marco importante em sua história foi a conquista da primeira titulação de um território quilombola no Brasil, referente à comunidade de Boa Vista, em 1995 (CPI-SP, 2017). De acordo com o estatuto da entidade, além de representar as comunidades em âmbito nacional, a ARQMO apoia as organizações comunitárias locais cuja formação estimulou, tal como a Associação das Comunidades de Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQAT), que abrange as oito comunidades do Território Alto Trombetas II, entre as quais o Moura.

No plano da comunidade, os moradores do Moura são representados por um coordenador e um vice-coordenador, escolhidos por eles próprios. A coordenação tem a função de representar os interesses da comunidade em âmbito local e regional, fazendo a interlocução com órgãos federais, organizações privadas, além de dialogar com as

demais comunidades locais. As decisões e demandas internas são discutidas em reuniões abertas a todos os comunitários.

Segundo relatam os moradores, assim como consta no Inventário Nacional de Referências Culturais do Moura (Iphan, 2014), a família a abrir o primeiro roçado na comunidade teria sido a Siqueira. No início dos anos 1900 e até 1950, apenas quatro famílias ocupavam a comunidade: Serrão, Macaxeira, Correa e Santana. As famílias distribuem-se no entorno do Lago do Moura, assim como próximas ao Igarapé do Moura e nos lagos do Ipireira e Patauí. Como é comum em outras comunidades do Trombetas, os moradores do Moura não restringem suas áreas de uso aos limites das áreas de moradia, utilizando extensões de terra, rios, lagos e igarapés em todo o entorno da comunidade e em toda a extensão do TQ Alto Trombetas II para realizarem suas atividades de caça, pesca e extrativismo.

Os lugares mais significativos para os comunitários são aqueles onde realizam suas principais atividades produtivas e os que estão relacionados à crença em encantarias e à trajetória histórica de ocupação do território. Da mesma forma, castanhais, copaibais, rios, igarapés e lagos que, frequentemente, atraem moradores de todo o TQ Alto Trombetas II, a exemplo dos castanhais situados no lago do Erepecu. Segundo o Inventário Nacional de Referências Culturais:

Os ambientes naturais também são marcos de valor histórico e identitário, na medida em que constituíram, no processo de ocupação do território, a condição mesma de sobrevivência e reprodução física e simbólica dos negros aquilombados no Alto Trombetas e seus descendentes (Iphan, 2014, F- 11 – 08, p. 02).

#### **1.4. Sobreposições Territoriais no Moura, a MRN e as Unidades de Conservação**

Na década de 1960 o governo civil-militar brasileiro, respaldado no discurso desenvolvimentista de “ocupação” do vazio demográfico da Amazônia, abriu as fronteiras a investidores estrangeiros, atraindo pesquisas de prospecção mineral para a bacia do rio Trombetas. Assim, em 1967 instalou-se na região a Mineração Rio do Norte (MRN), constituída pelo grupo Alcan do Brasil, em consonância com o II Plano Nacional de Desenvolvimento — II PND (1975/79) do governo Geisel. A lavra da bauxita iniciou-se no fim da década de 1970, e, em 1979, registrou-se o primeiro embarque de minério para exportação: na ocasião, uma carga de 21.054 toneladas de

bauxita produzida em Porto Trombetas seguiu com destino ao Canadá. Desde então, a capacidade de produção da empresa cresce gradativamente devido ao aumento da demanda de bauxita no mercado mundial. Enquanto a capacidade inicial de produção da mineradora era de 3,35 milhões de toneladas anuais, em 2017 chegou a 16,280 milhões de toneladas (MRN, 2018).

Figura 8. Navio chegando em Porto Trombetas para o embarque da bauxita



Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Em 1976 a empresa inaugurou na região o núcleo urbano de Porto Trombetas, cidade enclave idealizada no intuito de fornecer infraestrutura e alojamento para funcionários da MRN e demais empresas prestadoras de serviço, além de seus familiares. O distrito conta, atualmente, com 6.000 habitantes, 900 casas residenciais e capacidade de alojamento para 1.900 pessoas (MRN, 2016). Localizada na margem direita do rio e vizinha à comunidade de remanescentes de quilombos Boa Vista, Porto Trombetas é servido por rotas comerciais regulares por vias fluvial e aérea, com saídas de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Belém e Manaus.

A *company town*<sup>22</sup> possui infraestrutura de bens e serviços superior à de muitas cidades da região amazônica, inclusive Oriximiná, sede do próprio município onde está

---

<sup>22</sup> Conforme Rodrigues (2007), as *company towns* foram amplamente utilizadas por empreendimentos de exploração minerária na Amazônia a partir da década de 1960. Esta denominação “engloba qualquer formação habitacional (vila), de caráter autárquico, ligada a qualquer tipo de empresa ou companhia que demande formações habitacionais de apoio. Têm suas origens nas construções de moradias operárias (nos arredores de Londres, por exemplo) passando pelos Falanstérios de Fourier (1837), em função das

situada, a cerca de 70 km de distância. Além de concentrar operações e postos de trabalho da empresa mineradora, possui agências bancárias, comércio variado, inclusive um supermercado, correios, hospital e posto de saúde, escola, clube, restaurantes, alojamentos para pesquisadores e posto de gasolina, entre outras instalações. Há ainda o escritório local do ICMBio, e os escritórios das cooperativas Cooperboa e Coopermoura — das comunidades Boa Vista e Moura, respectivamente —, assim como da Coopbarcos.

Segundo Wanderley (2008), as corporações mineradoras, visando o exercício de suas atividades produtivas, criam nas localidades onde se instalam uma nova racionalidade por meio da reorganização do território, seja através da criação ou do rearranjo de antigos limites. O intuito é normatizar o uso e a circulação em áreas de interesse, assegurando a reprodução do capital. Neste sentido, elementos de coerção, como bases para regular o acesso, muros e sanções, são utilizados e garantem o controle sobre o território. Em escala local esse controle ocorreria através das restrições de uso e acesso aos bens e serviços existentes no distrito de Porto Trombetas, que são imputadas àqueles que não prestam serviços à empresa mineradora, sobretudo aos moradores das comunidades do entorno, além do impedimento de acesso às áreas de operações da MRN.

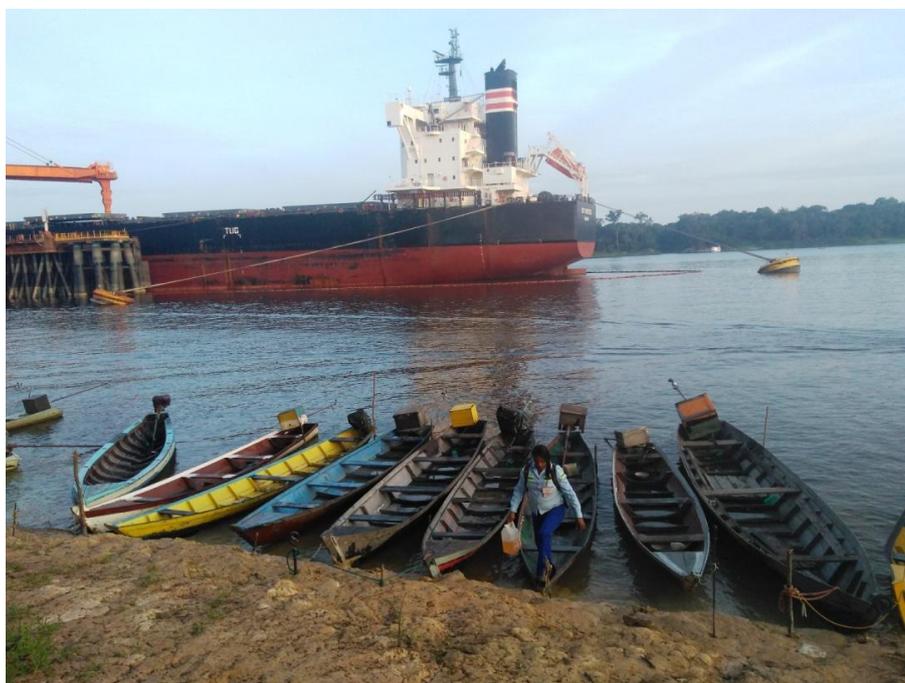
Figura 9. Guarita que regula o acesso a Porto Trombetas



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

De acordo com Canto (2016), as empresas de mineração em processo de instalação procuram não reconhecer a existência de povos e comunidades no território em que vão atuar. No caso do rio Trombetas, o conflito entre mineradora e comunidades não se dá pelo acesso aos mesmos recursos (já que, no caso, à empresa interessa apenas a bauxita), mas pelo controle do território e dos seus atributos materiais e simbólicos, sobretudo a flora e a fauna, profundamente impactadas durante as atividades de extração do minério (CANTO, 2016). A relação das comunidades locais e a MRN com o território é explicitada por Coelho et al. (2010, p. 278-279): enquanto para as comunidades “a lógica norteadora é a da reprodução social, de uma acumulação que permita tanto a continuidade do grupo quanto o financiamento dos projetos dos indivíduos e da família”, para a empresa o controle sobre o território garante o acesso à matéria prima para continuidade de suas operações, além de impedir o desenvolvimento de “qualquer ameaça efetiva ou imaginária ao seu empreendimento”.

Figura 10. Canoas de comunitários no porto da cidade enclave



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Segundo a concepção de Little (2002, p. 03), a territorialidade pode ser compreendida como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. O território, então, constitui-se enquanto produto histórico dos processos sociais e políticos vividos pelo grupo (LITTLE, 2002). Para as

comunidades locais, a movimentação pelo território, mais do que regra de sobrevivência, é prática de aproveitamento, manejo e preservação dos recursos, associados à reprodução social. Na base de sua produção, a posse e o uso comum, onde, através da cooperação e práticas associativas, realizam atividades produtivas e a ocupação através de agrupamentos residenciais (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Os conflitos ambientais se desencadeariam a partir do momento em que um grupo tem ameaçada a continuidade das suas formas sociais de apropriação do meio devido a impactos indesejáveis decorrentes das práticas de grupos com diferentes formas de apropriação, uso e significação do território (ACSELRAD, 2004). Assim, o Estado, ao mesmo tempo em que estimula a ação da empresa por intermédio de mecanismos que agilizam trâmites burocráticos para sua instalação e operação, necessitaria também dialogar com a sociedade local, facilitando a coexistência e visando estabelecer a disciplina, o controle e a regulação social (CANTO, 2016).

Contudo, o que se observa na implantação da mineração em Trombetas é que o Estado agiu sobre pressão da própria empresa em relação à restrição do acesso e do uso do território por parte da população local, favorecendo os interesses da mineradora. No caso, agiu por meio da criação de UCs para garantir a exploração mineral e criar territórios tampões, “áreas de preservação ambiental compreendidas como reserva de valor e faixa isolante que protege a área da mineração de eventuais disputas territoriais” (WANDERLEY, 2008, p.19).

Ricardo e Rolla (2006) apontam para o grande interesse de empresas mineradoras em diferentes categorias de UCs<sup>23</sup>. Apesar da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC<sup>24</sup>) vetar atividades de mineração em UCs de Proteção Integral, ela é flexível no tocante às Ucs de Uso Sustentável, como a Flona Saracá-Taquera, que

---

<sup>23</sup> Em levantamento realizado pelo Imazon em parceria com o Instituto Socioambiental em 2011, dos 44.573 processos minerários existentes na Amazônia Legal, 6.788 incidiam em UCs federais e 880 em UCs estaduais.

<sup>24</sup> “O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei 9.985/2000) - é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos (...). O SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UC, de modo que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais UC, assegurando que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais. Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).” (MMA, 2018).

inclusive é respaldada pelo seu próprio plano de manejo, ao prever expressamente em seu ato de criação a possibilidade de mineração:

Art. 2º. As atividades de pesquisa e lavra minerais autorizadas já em curso ou consideradas reservas técnicas na área da Flona, ora criada, não sofrerão solução de continuidade, devendo ser observado o disposto no art. 225 da Constituição Federal, em especial o seu § 2º, bem como o disposto no Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, e na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (BRASIL, Decreto nº 98.704, de 27 de Dezembro de 1989).

Assim, 25% da área da Flona Saracá-Taquera corresponde a processos minerários ativos (concessão de lavra, autorização de pesquisa e requerimento de lavra), havendo também a incidência de autorização de pesquisa em área da Rebio Trombetas (RODRIGUES et. al., 2016). De acordo com Wanderley (2008, p. 46), a delimitação dessas duas UCs é fruto do reordenamento territorial promovido pelo Estado a partir de articulações e do *lobby* realizado pela MRN objetivando “proteger-se de ameaças externas e preservar as possíveis reservas minerais existentes, a partir dos discursos de proteção ambiental e social”.

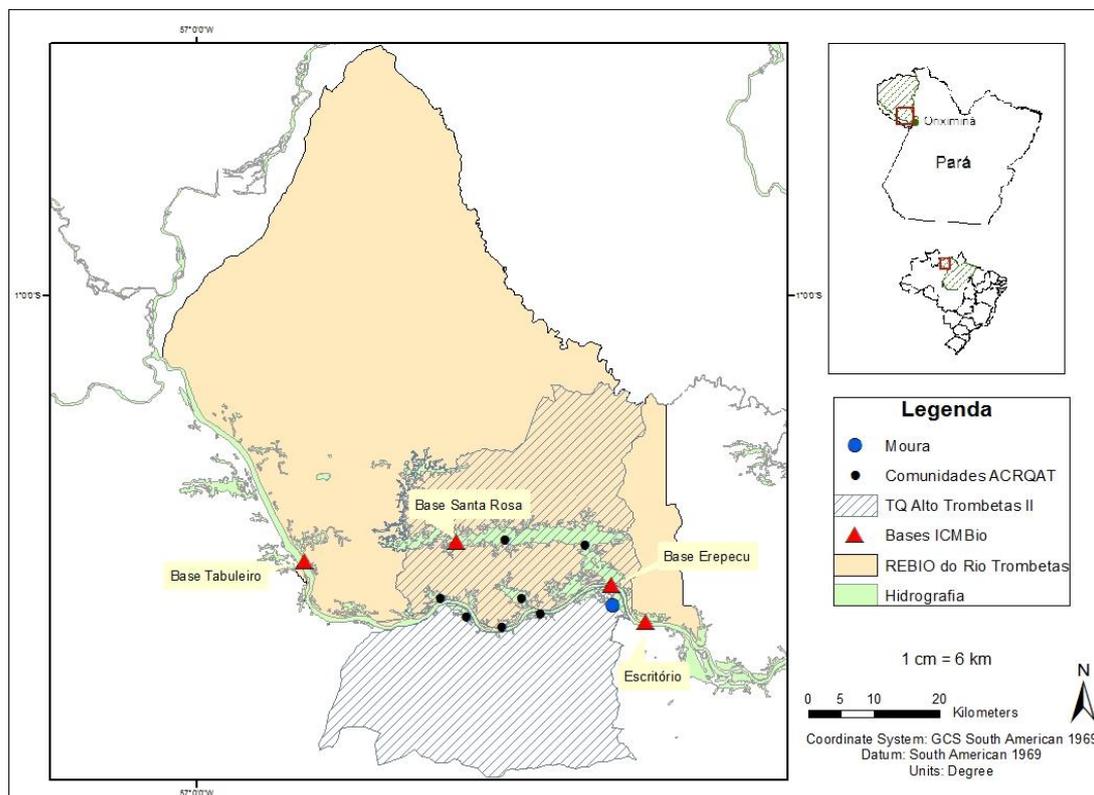
Em 1979 cria-se a Reserva Biológica do Trombetas, com 385.000 ha na margem esquerda do rio Trombetas (Ibama, 2004). Assim, todo o território situado dentro dos limites instituídos pelo decreto passa a ser de Proteção Integral, havendo mobilização das comunidades, pois não é permitida a presença humana neste tipo de unidade de conservação, realocando comunidades ao longo do rio Trombetas. Segundo o art. 10 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Biológicas têm como objetivo:

(...) a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (MMA, 2000, p.07).

A perda de controle sobre o território, relacionada a sucessivas situações de conflitos, expulsões e mortes envolvendo quilombolas e o órgão federal levou os quilombolas a se reajustarem em novas moradias, em novas comunidades, misturando núcleos familiares em áreas onde ainda eram permitidas as habitações. Neste sentido,

posteriormente à criação da primeira UC na região, observou-se um incremento populacional na comunidade do Moura, devido à sua proximidade com a área da Rebio.

Figura 11. Rebio Trombetas



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A implantação de bases do Ibama, atualmente sob a gestão do ICMBio, nas proximidades da reserva e a fiscalização por parte dos agentes do órgão são motivos de diversas queixas entre os comunitários, que se sentem cerceados, quando não, coagidos de exercer as atividades de extrativismo vegetal, caça e pesca, conforme elucida um morador do Moura: “com o ICMBio do outro lado a gente tinha um problema muito sério, tinha pessoas da comunidade nossa que foi preso, foi batido, a fiscalização antes era muito difícil pro quilombola aqui na nossa região”. (Entrevista com morador do Moura, Julho de 2017). Assim, a criação da Rebio configura-se enquanto uma intervenção de impacto ao promover a obstaculização de acesso às terras de trabalho, aprisionando fontes de produção, além da violência física e simbólica imputada aos moradores pelo órgão de fiscalização (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Ainda neste sentido, as autoras complementam:

Nas comunidades do Trombetas e de forma mais agressiva, o estatuto da Reserva Biológica e Florestal tem sido uma intervenção de impacto, pela obstaculização de acesso às terras de trabalho e mesmo pela violência física e simbólica que têm norteado suas ações de fiscalização sobre moradores de comprovada ancianidade na área. Literalmente, a Reserva biológica foi aprisionadora das fontes de produção: os peixes dos lagos, de rios e igarapés, as sementes e os frutos coletados na mata, os cipós e as palhas para fabricação do artesanato e de suas casas e a madeira para fazer canoas (itaúba). Na área da Reserva encontram-se os mais ricos castanhais, cuja atividade de exploração não importa absolutamente qualquer prejuízo à natureza, pelo contrário, sua retirada realimenta o novo ciclo da natureza pela alimentação do homem que ali vive e dos animais que também se beneficiam comendo as cascas dos ouriços quebrados (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 209).

Em 1989 o Governo cria pelo Decreto nº 98.704 a Floresta Nacional Saracá-Taquera, com 429.600 ha em área já explorada pela MRN e atrelada diretamente aos interesses empresariais de exploração mineral devido ao seu potencial de recursos naturais renováveis e não renováveis, sobretudo, a bauxita. Por ser uma UC de uso direto, compreende coleta e uso, comercial ou não, de recursos naturais e pesquisas na área (MMA, 2001).

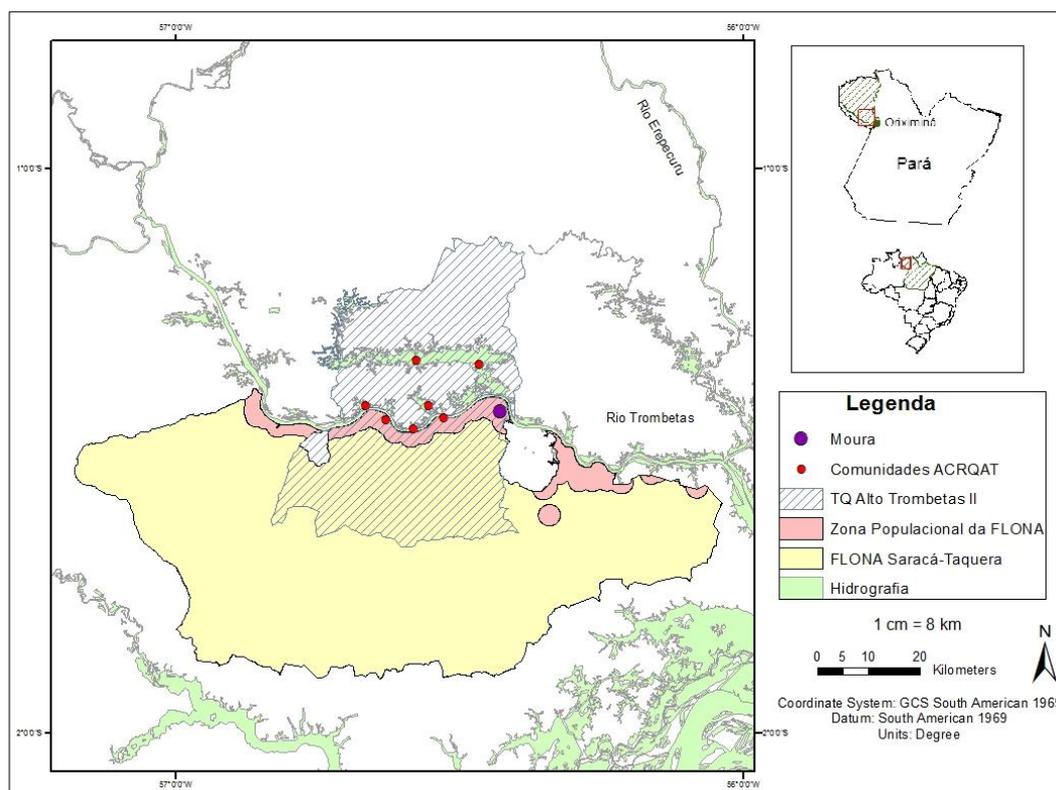
O Termo de Referência da Flona foi elaborado em conjunto entre o Ibama e a empresa mineradora, neste sentido, seu plano de manejo prevê uma série de atividades que respaldam as ações já exercidas e pretendidas pela MRN na região. Assim, o plano autoriza atividades de pesquisa e lavras minerais que já estivessem em curso, permite ainda a celebração de convênios e a realização de desapropriações que o Ibama julgar necessárias para o cumprimento dos objetivos da Flona (MMA, 2001). A parceria com a mineradora oficializa-se através de um convênio que prevê repasses financeiros anuais “com o objetivo de monitorar, fiscalizar, realizar pesquisas científicas, promover educação ambiental e implantar projetos de alternativa de renda voltados à conservação dos recursos naturais” (MRN, 2016).

A Flona Saracá-Taquera se sobrepõe à área da comunidade do Moura. Conforme previsão do SNUC é permitida a permanência de populações tradicionais que habitavam

a Floresta Nacional quando da sua criação. De acordo com o Plano de Manejo, a zona populacional<sup>25</sup>, com uma área de 10.690,75 hectares:

É aquela que compreende a moradia das populações tradicionais residentes dentro da Floresta Nacional, abrangendo também os espaços e o uso da terra necessários para sua manutenção. As atividades de exploração dos recursos florestais poderão ocorrer em outras zonas. O objetivo geral de manejo é conciliar as necessidades das populações tradicionais residentes com a conservação da Unidade em conformidade com o estabelecido no Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. As atividades de visitação, englobando educação ambiental e interpretação só poderão ser desenvolvidas com autorização da liderança da comunidade (MMA, 2001, p. 50).

Figura 12. Flona Saracá - Taquera



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

<sup>25</sup> Segundo o Plano de Manejo (MMA, 2001), para atender aos objetivos gerais da Flona Saracá – Taquera, foi realizado um zoneamento, considerando-se a paisagem natural e o conjunto de sistemas naturais integrados que evoluem com a ação do tempo. Definiram-se assim as seguintes zonas: Primitiva; Produção Florestal; Mineração; Uso Especial; Recuperação; Uso Intensivo, e Populacional. “A Zona Populacional foi delimitada por um *buffer* de 1000 m a partir da margem direita do Rio Trombetas, dos lagos e igarapés da Tapagem, Água Fria, dos Apés e do Moura. Às ocupações que não foram englobadas pelo *buffer* de 1000 m, foram acrescidas um *buffer* de 500 m. As ocupações estão localizadas em áreas marginais ao norte da Floresta Nacional, às margens do rio Trombetas e lagos, nas comunidades da Tapagem, Mãe-Cué, Jamari, Moura e Boa Vista” (MMA, 2001, p. 67).

As atividades que pressupõem o uso e a comercialização dos recursos naturais no interior da Flona devem estar em conformidade com o Plano de Manejo, o que impõe uma série de regras e normas restritivas e proibitivas, muitas vezes não condizentes com as atividades exercidas tradicionalmente pelas comunidades.

O reordenamento territorial implantado pelo Estado através das Unidades de Conservação na região ressignificou a relação dos quilombolas com o próprio território. De tal modo, configurou-se uma relação marginal, ilegal, digna de punição, entre os quilombolas, a floresta e seus territórios. Assim descreve O'Dwyer (1993, p. 119):

Os negros do Trombetas [...] são vistos pelas autoridades administrativas e pelo corpo técnico dos organismos governamentais como indivíduos que precisam ser disciplinados visando a alteração dos seus hábitos, sendo suas práticas culturais identificadas como transgressões.

A criação das duas UCs, devido à extensão e ao caráter das unidades, subtraiu parcelas consideráveis dos territórios das comunidades de remanescentes de quilombos.

As populações ribeirinhas “remanescentes de quilombos” localizadas a montante da cidade industrial de Porto Trombetas sempre viveram dos roçados e também da pesca, da caça e da coleta sazonal da castanha. Com a decretação da Reserva Biológica do Trombetas, em 21 de setembro de 1979, com uma superfície de trezentos e oitenta e cinco mil hectares (Decreto 84.018/79) e da Floresta Nacional Saracá-Taquera, dez anos depois em 27 de dezembro de 1989, com quatrocentos e vinte seis mil e seiscentos hectares (Decreto 98.707/89), foram subtraídos das comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas a principal parcela do território, porção mais rica em lagos piscosos, com fauna e flora abundante (O'DWYER,1993, p. 117-118).

Observa-se que as limitações de uso e acesso impostas pelas UCs e os impactos naturais e sociais advindos, sobretudo, das atividades de extração da bauxita, afetam diretamente o modo de vida local. As atividades econômicas pautadas no roçado, no extrativismo, na caça e na pesca, bem como o comércio de pescados e gêneros extrativistas, encontram-se desde então proibidas ou condicionadas aos planos de manejo ou sob intensa fiscalização do ICMBio (O'DWYER, 2002). Esse cenário força a adaptação dos comunitários a políticas públicas que desconsideram a ocupação histórica

do território, assim como o manejo sustentável que garantiu a sobrevivência e reprodução dos remanescentes de quilombos do Trombetas nos últimos 200 anos.

Além do cerceamento proveniente da implantação das UCs, as atividades da empresa mineradora na região afetam o Moura em diferentes frentes. Em relação à alteração do ambiente, as áreas de exploração dos platôs frequentemente sobrepõem-se às áreas de uso da comunidade. No que concerne à comunidade do Moura e ao TQ Alto Trombetas II como um todo, as áreas de coleta da copaíba coincidem com platôs de exploração minerária (Iphan, 2014).

A presença de maquinário, a abertura de estradas e ramais, assim como a circulação constante de pessoas e a poluição, prejudicam e até mesmo restringem atividades extrativistas que eram praticadas tradicionalmente, assim como atividades de caça e pesca, o que impacta a economia local, sendo comum relatos de moradores a respeito da diminuição da caça, além do aumento da poluição no lago e igarapé do Moura, ocasionando a diminuição de pescados, conforme expressa uma liderança local:

O impacto maior referente à pesca era a poeira da lavra, da secagem [da bauxita]. Matou todas as árvores da beira do rio na época, porque não tinham aquele filtro, era direto, as árvores do Moura, do Ajudante<sup>26</sup>, do Batata, morreu na época. Posso garantir que de 1979 até 1985, dá pra se pensar dessa forma, era muito forte essa parte do pó da bauxita. (Entrevista com morador do Moura. Setembro de 2017).

Outro fator de impacto é o distrito de Porto Trombetas, com a oferta de bens e serviços que atraem diariamente moradores do entorno, sendo esse fator agravado pela distância das comunidades em relação à cidade de Oriximiná. Apesar da grande circulação de pessoas e embarcações nos arredores, o acesso ao distrito é controlado, sobretudo para os comunitários que buscam atendimento médico<sup>27</sup>, o que acarreta uma série de constrangimentos aos remanescentes de quilombos, que não têm o direito de acessar a infraestrutura da cidade enclave em sua totalidade.

---

<sup>26</sup> A Comunidade Lago do Ajudante localiza-se na margem esquerda do rio Trombetas, em frente à cidade enclave e é composta majoritariamente por migrantes trabalhadores da MRN.

<sup>27</sup> Como não há posto de saúde nas comunidades, o primeiro recurso no sistema de saúde costuma ser buscado na cidade de Porto Trombetas, onde um hospital da MRN oferece os serviços básicos de atendimento. Assim após os primeiros socorros em Porto Trombetas, os quilombolas não cadastrados no hospital da mineradora são encaminhados para o Sistema Único de Saúde (SUS) em Oriximiná.

No intuito de reduzir e compensar parte desses impactos, atendendo às exigências do licenciamento ambiental para a execução das suas atividades<sup>28</sup>, a MRN adota uma série de medidas que, conforme os próprios quilombolas, contribuem para aumentar a dependência dessas comunidades em relação à empresa, desde o acesso à saúde ao apoio para a consolidação de cooperativas locais e absorção da mão de obra, situação agravada pela ausência de assistência e ações efetivas por parte do Estado na localidade, à exceção da gestão do ICMBio nas UCs.

Apesar dos problemas de infraestrutura comuns à maioria das comunidades de remanescentes de quilombos da região, percebe-se no Moura o progressivo incremento de estruturas, bens e serviços, o que pode ser atribuído à sua proximidade física com Porto Trombetas e às atividades minerárias em áreas próximas e sobrepostas ao TQ onde se localiza a comunidade, que exigem da empresa mineradora o constante diálogo com a associação quilombola. A comunidade possui infraestrutura e uma série de facilidades consideravelmente maiores em relação a outras comunidades mais distantes da *company town*, como serviços de telefonia e internet nas imediações do centro comunitário, maior acesso ao comércio de Porto Trombetas e mobilidade para barcos de linha, além de maiores oportunidades de postos de trabalho — seja via cooperativa, de forma autônoma em casas de família de funcionários da MRN, ou enquanto funcionários da própria mineração.

A comunidade possui também acesso facilitado a projetos de cunho social, responsáveis por ações pontuais desenvolvidas pela MRN em parceria com instituições. Dentre os já executados destacam-se o projeto de incentivo à produção de cerâmica, o qual, em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi, rendeu à comunidade estrutura física para a confecção e exposição das peças, além da capacitação de artesãos. Outro destaque é o projeto Vagalume, de incentivo à leitura em parceria com uma instituição de São Paulo, responsável pela implantação da biblioteca e acervo de livros na comunidade em 2002.

Enfim, diante do exposto, tem-se que a legislação ambiental e minerária vigente, ao restringir e condicionar o modo de vida no rio Trombetas, fomentou novas formas de

---

<sup>28</sup> Segundo a MRN (2018): “Todas as etapas do processo de licenciamento têm prazos estabelecidos para tramitação de documentos, realização de estudos ou relatórios de impacto socioambiental e execução de condicionantes (obrigações, medidas ou atividades exigidas pelo órgão licenciador) como pressuposto para a respectiva licença. O objetivo das etapas é adequar o empreendimento às medidas de proteção, preservação, conservação e melhoria do meio ambiente”.

trabalhar e viver, atreladas agora aos novos atores presentes no território. A redução das alternativas econômicas ocasionadas pelos entraves à realização de práticas extrativistas tradicionais, à comercialização de seus produtos, e, em última instância, à mera presença da mineração, acarretou na busca por novas fontes de renda na comunidade. Essa busca tem sido progressivamente impulsionada pela perspectiva de assalariamento em Porto Trombetas (Iphan, 2014), configurando um novo fator de incremento populacional nas comunidades próximas ao empreendimento, dentre elas, o Moura.

Ademais, as comodidades supracitadas e a proximidade com Porto Trombetas acarretaram mudanças graduais, porém sensíveis, no modo de vida da comunidade do Moura. Ao longo dos últimos quarenta anos, o acesso a bens e a realização de atividades assalariadas inseriram novos padrões de consumo na comunidade, alterando hábitos e interferindo nas atividades tidas como tradicionais, como a pesca, a caça e o roçado. O ritmo da vida cotidiana também se modificou em função da necessidade da adequação dos trabalhadores a uma rotina de trabalho subordinada a horários rígidos ditados por terceiros. Essas e outras alterações já são percebidas pelos moradores no âmbito individual, familiar e comunitário. De modo geral, em sua percepção, a dependência econômica cada vez maior da comunidade em relação à MRN acarreta no receio de que a sobrevivência do Moura esteja sujeita à continuidade das atividades da empresa na região.

## **CAPÍTULO II - TRABALHO: DAS ATIVIDADES TRADICIONAIS À COOPERMOURA**

### **2.1. Divisão social do Trabalho nas Comunidades Remanescentes de Quilombos do Trombetas**

Considerando que o contexto histórico, social, cultural e econômico exerce influência nos sentidos do trabalho, para compreender as modificações ocorridas nesse campo, na comunidade do Moura, a partir da presença das UCs e da MRN, faz-se necessária a exposição de características relativas às práticas de trabalho exercidas tradicionalmente na região do Alto Trombetas.

Pode-se entender que historicamente o trabalho emerge enquanto meio de satisfazer as necessidades humanas de sobrevivência, sendo, segundo Marx, inerente à condição humana, um processo entre o homem e a natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos —, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2004b, p. 211).

Dessa forma, o trabalho pode ser entendido como o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, possibilitando tanto a transformação do meio em que ele vive, como de si próprio. A consciência de um objetivo direcionando a ação e uma finalidade seria a natureza do trabalho humano, distinguindo-o em relação aos outros animais: “No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2013, p.327). É, então, através do trabalho e da apropriação daquilo que foi produzido, que o ser humano desenvolve sua forma de agir, de pensar e sentir (VALE et al., 2009).

Nas comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas, a origem do sistema de produção precede ao sistema capitalista. Nas relações de produção pré-capitalistas o trabalhador associa-se intimamente com o produto de seu trabalho, sendo

o idealizador e mentor de toda a cadeia produtiva, onde a gestão comunal e a apropriação dos recursos disponíveis têm papel fundamental. A natureza constitui-se enquanto fonte de recurso e objeto de trabalho, sendo apropriada e transformada pelo homem durante o processo de trabalho: “A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho.” (MARX, 2004, p. 298). Assim, o ser humano desenvolve-se na medida em que desenvolve as potencialidades que lhe são inerentes.

Em *Negros do Trombetas* Acevedo e Castro (1998) demonstram que o quilombo foi a opção de conquista da liberdade, fundando de uma territorialidade específica fortemente atrelada ao trabalho sobre o ambiente natural. Conforme Acevedo e Castro (1998, p. 161): “os ex-escravos transformam-se em segmentos camponeses, (...) ao definir ao lado de uma situação de domínio espacial dos antigos quilombos, as condições de sobrevivência com base na exploração agroextrativista do território sob seu controle”.

Segundo Almeida, o quilombo “designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários” (2011, p. 45). O autor chama a atenção para a unidade familiar enquanto sistema produtivo e economicamente autônomo, de modo que o trabalho familiar e a cooperação entre famílias evidenciam práticas de uso comum dos recursos naturais. A articulação entre as unidades familiares implica em uma divisão de trabalho que lhes é peculiar, enquanto elas produzem para o autoconsumo e diferentes mercados. O acesso às terras de uso comum e as atividades produtivas se dão não só no âmbito familiar, mas em relações de afinidade, vizinhança e laços de solidariedade (ALMEIDA, 2008). Deste modo, para essas populações, o território é condição de existência e sobrevivência física (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

As práticas associativas e de cooperação, fundamentais para a unidade do grupo, constituem um modo de produção familiar ou doméstico no Trombetas, onde todos os membros da família envolvem-se em alguma medida, nas atividades de produção, comercializada ou não (ACEVEDO; CASTRO, 1998). De acordo com Wolf (2003), em estudo sobre os tipos de campesinato latino-americanos, os grupos camponeses objetivam a subsistência a partir das necessidades definidas por sua cultura, não tendo como principal finalidade o reinvestimento na produção. Assim, quando há a

comercialização da produção, investem o retorno financeiro na compra de bens e serviços para subsistir e manter o *status* social, ao invés de ampliarem suas escalas de operações produtivas.

A família camponesa organiza sua produção por uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de trabalho agrícola da geração presente e das anteriores (...). A família não intensifica o trabalho de seus membros para além do referido ponto de equilíbrio em que um possível aumento do produto é suplantado pela penosidade do trabalho extra. Em outras palavras, há uma avaliação específica da relação insumo/produto. O ponto de equilíbrio é afetado pelo tamanho da família e pela proporção de membros trabalhadores e não trabalhadores. A partir daí, tudo depende do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (WOORTMANN, 2001, p. 04).

O trabalho em grupo racionaliza as forças produtivas e maximiza os resultados e limites impostos pela natureza e pela ausência de tecnologias mais avançadas. Na bacia do rio Trombetas esse tipo de organização em grupo não se limita ao núcleo familiar, estendendo-se à rede de solidariedade intracomunitária e entre comunidades. No sistema de uso comum que remonta ao quilombo, as famílias acessam a terra enquanto membros do grupo, escolhendo seus locais de roça e circulando nas áreas comuns para caça, pesca e extrativismo. Assim, por meio do trabalho toda família usufrui da terra e de seus recursos (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Neste sentido, a unidade doméstica pode ser considerada enquanto uma organização econômica, onde se trocam serviços entre seus membros de acordo com regras pré-estabelecidas. Especificamente se tratando de grupos camponeses, a unidade doméstica é ao mesmo tempo unidade produtiva e de consumo, guiada por códigos de parentesco (WOORTMANN, 1987). As famílias, no entanto, não mantêm contabilidade dos custos de produção ou valoram seu trabalho monetariamente; dessa forma, o trabalho não é uma mercadoria dentro do núcleo familiar, não é pago individualmente ou proporcionalmente ao tempo dispensado por determinado membro da família para cada processo (WOLF, 2003).

A divisão do trabalho é realizada por sexo e idade, e combinada à sazonalidade — inverno e verão — é potencializada pela complementaridade entre trabalho feminino e masculino (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Bandeira (1989) ressalta que essa especialização dos trabalhos feminino e masculino transcende o grupo doméstico,

podendo ser observada positivamente em toda a estrutura do sistema econômico comunitário.

A respeito da divisão sexual do trabalho, Hirata (2002) afirma que as atividades atribuídas a homens e mulheres são culturalmente determinadas a partir da naturalização de diferenças biológicas entre os sexos, onde os homens seriam os responsáveis pelo exercício de tarefas mais penosas, que solicitam mais força física (caça, confecção de canoas, derrubada da mata), enquanto às mulheres imputam-se atividades relativas aos cuidados do lar e da família. Em análise sobre as relações de gênero nas famílias camponesas no Brasil, Arnauld de Sartre et al. expõem:

Apesar de existir diversidade de participação dos dois sexos na reprodução do campesinato, ela não se manifesta da mesma forma em todos os lugares; pode variar numa mesma sociedade ou em um grupo social, porque diferentes e diversas são as formas de se construir mulher e homem no campesinato brasileiro. A divisão sexual dos papéis nada tem de natural: é uma construção social. (...) Esta crença se desdobra ainda na naturalização de afirmativas tais como: carregar peso é “serviço para homem”, às mulheres cabem as tarefas consideradas “mais leves”. Tão pouco essas fronteiras são estáticas, sem flexibilidade ou “rasuras” (SARTRE et al., 2013, p. 108).

Ao encontro desse argumento, Acevedo e Castro (1998) discorrem a respeito da flexibilização das fronteiras entre o trabalho feminino e masculino, que nas comunidades do Trombetas não há uma divisão rígida de papéis, apesar de algumas tarefas serem predominantemente realizadas por um determinado sexo. Esta divisão sexual do trabalho nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas pode ser observada no quadro abaixo, resultado de pesquisa de campo realizados pelas autoras em 1991:

Quadro 2. Divisão Sexual do Trabalho nas Atividades

Atividades		
Exclusividade <sup>29</sup>	Não rígida	Complementaridade
Masculinas	Femininas	Masculinas e Femininas
Derrubada	Alimentação familiar	Plantio da roça

<sup>29</sup> Apesar de utilizarem-se do termo “exclusividade” para compor o quadro, as autoras ressaltam no decorrer da obra que a divisão sexual do trabalho nas tarefas relacionadas não é uma barreira rígida, como nesse trecho: “as atividades de caça, quando as condições de acesso e o local de busca são distantes e impõe maiores perigos, é tarefa reservada aos homens, embora não haja regras rígidas que impeçam o exercício dessa prática por mulheres” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 181).

<p>Roçado</p> <p>Coleta de castanha em castanhais distantes</p> <p>Pesca mais avultada, com deslocamento noturno Caçada</p> <p>Confecção de canoas Confecção de instrumentos de pesca Confecção de instrumentos para farinha</p>	<p>Alimentação de trabalhadores do puxirum</p> <p>Criação de animais</p> <p>Caça (pequeno porte)</p>	<p>Capina da roça Colheita Preparo da farinha</p> <p>Coleta de castanha em castanhais próximos</p> <p>Pesca para as necessidades imediatas do núcleo familiar</p> <p>Preparação de utensílios de trabalho (paneiro, tipiti, ralo, roda, remo, cuias, peneira, pé de cabra, etc...) Fabricação de utensílios domésticos</p>
--	--	--

Fonte: Negros do Trombetas (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Destaca-se, a partir do exposto, que na dinâmica observada no Trombetas as mulheres também se deslocam para atividades tidas como masculinas, como a caça de animais de porte menor, assim como a pesca realizada em local próximo às moradias para as necessidades imediatas da família. O cultivo no quintal de plantas medicinais, frutíferas e hortaliças é tarefa predominantemente feminina, ainda que não haja exclusividade, assim como o trabalho no âmbito doméstico, sobretudo o relativo à alimentação. Bem como se observam em outros grupos rurais e urbanos, à mulher incumbe ocupar a casa, o núcleo simbólico da família, e seus espaços derivados, a exemplo dos quintais (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997).

A respeito disso, Acevedo e Castro (1998, p. 175) destacam: “a produção de alimentos por mulheres é uma atividade percebida não apenas como função produtiva, mas também, como elemento importante para estreitar laços de convívio coletivo e integração das relações comunitárias em vários planos, incluindo o lazer”. Woortmann (1989) ressalta ainda que o papel doméstico da mulher enquanto responsável pela alimentação do grupo não é desprezado de viés econômico, pois através de “meios de produção” — panelas, fogão —, o alimento como matéria-prima, e a economia dos recursos disponíveis, ela produz bens (a comida) e serviços consumidos pelos membros da unidade doméstica.

O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem estar e felicidade de outras pessoas. Estamos falando do trabalho de gerenciamento e preparo da alimentação, de manutenção da casa, de educação dos filhos, de cuidado com idosos e enfermos, além dos demais membros adultos da família. É um trabalho distribuído desigualmente entre os gêneros, que recai, em sua maior parte, sobre as mulheres (SILIPRANDI, 2004, p. 07).

De acordo com Acevedo e Castro (1998), dentre as atividades produtivas nas comunidades do Trombetas, é no roçado que a divisão social de tarefas se torna mais visível, sendo utilizada para a maximização de rendimentos e economia de esforços, propiciando a integração de todos os membros da família em sua autorreprodução.

Principal atividade realizada no verão, a roça fornece diversidade alimentar — cereais, raízes, frutas, legumes —, e estreita os laços de solidariedade intra e interfamiliares através da organização do trabalho em “puxirum”. O puxirum consiste em uma técnica social na qual o trabalho coletivo, sob a forma de ajuda mútua, racionaliza o uso de tempo e esforços individuais em atividades produtivas (CASTRO, 1998). As práticas de ajuda mútua são comuns na agricultura familiar, também chamadas de mutirão ou troca de dias, a estratégia é a multiplicação da força de trabalho da unidade de produção para em menor tempo processá-la (FRAXE, 2012).

O que está presente é um sistema organizando a troca de tempos de trabalho relativamente iguais para tarefas semelhantes e socialmente necessárias. Somente por exceção e segundo acordos prévios, deixaria de corresponder a tarefas iguais, a exemplo de um companheiro que trocava o trabalho de derrubada da roça pela busca de alimentos (pesca ou caça) para suprir o grupo no puxirum. Nessa perspectiva, as mulheres também participam do puxirum, encarregadas da preparação de alimentos. Os costumes que estabelecem as condições e as regras dessa troca prevêm o seu uso também, mas de forma excepcional, na coleta e no transporte de castanha em áreas distantes e com grande densidade dessa espécie (CASTRO, 1998, p. 11).

A preparação da roça (derrubada e queima) é realizada pelos homens, enquanto às mulheres cabem o plantio, a capina e a colheita, além da responsabilidade pela alimentação do grupo durante os puxiruns. Da mandioca, principal gênero do roçado, derivam diversos subprodutos destinados ao autoconsumo, comercialização e trocas familiares. Na fabricação da farinha, principal produto para a subsistência e geração de

renda monetária, as mulheres em geral se responsabilizam pelo processo de descascar e ralar, enquanto os homens espremem e torram (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Dessa forma, a divisão social do trabalho dentro do núcleo doméstico garante a coesão e a reprodução social do grupo familiar, superando o sentido de oposição entre o trabalho feminino e o masculino (SEGALEN, 1980, apud MOTA et al., 2008).

As crianças se incumbem da participação nas tarefas produtivas acompanhando membros da família, sempre que possível, nos roçados, pescarias, caçadas e extrativismo. Esse tipo de trabalho é, também, instância de aprendizado da cultura do grupo, conforme ilustra uma moradora do Moura:

Meu filho tá pequeno ainda... meu pai que gosta muito dele, já tá começando a ensinar ele, leva de noite pra ensinar como começa a pegar peixe. Ele faz questão e eu mando mesmo, “leve, porque quando ele crescer e eu estiver mais velhinha, ele que vai cuidar de mim. (Entrevista com cooperadas. Novembro de 2017).

A pesca, a caça e a agricultura são ofícios passados através das gerações e geralmente realizados em conjunto — dentro ou não dos núcleos familiares —, de modo que a participação das crianças estimula a socialização e garante o aprendizado dos processos produtivos. Essas atividades reforçam o caráter de coletividade na gestão do território e no respeito à exploração dos recursos, racionalizando a força produtiva e maximizando esforços, que não se limitam ao grupo doméstico (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Em estudo realizado por Mota et al. (2008) sobre o extrativismo no Nordeste e Norte do país, os autores comentam a respeito da participação de crianças nas tarefas familiares em áreas rurais, pontuando que em geral, elas acompanham as mães:

Na divisão social do trabalho, as crianças (meninos ou meninas), em geral, acompanham as suas mães quando não estão na escola. Está embutido nesta prática tanto a usual “ajuda” quanto o controle para que “não fiquem aprontando por aí”. A proporção que crescem, no entanto, os meninos se afastam e passam a acompanhar mais o pai. [...] Como em outras atividades no espaço rural, as crianças se alternam entre brincadeiras e a iniciação para o trabalho (MOTA et al., 2008, p. 58-62).

Em relação às atividades identificadas como predominantemente masculinas no Trombetas, destacam-se aquelas que solicitam períodos mais longos fora de casa, que implicam dificuldade de acesso ao local de trabalho e que impõem maiores riscos em

sua execução, por exemplo: a caça de animais de grande porte, a pesca avultada e as atividades extrativistas realizadas em localidades distantes.

Ressalta-se, entretanto, a presença de mulheres nos castanhais mais próximos às comunidades. Segundo Simonian (*apud* MOTA; FERNANDES, 2001), o extrativismo de castanha é desenvolvido em regime familiar, havendo permanência de integrantes do núcleo doméstico nos castanhais, onde a mulher participa na coleta, transporte e beneficiamento mesmo quando o homem é o principal responsável pela atividade e venda.

Em relação ao trabalho feminino constata-se a mobilidade entre o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa: a pesca e a caça de pequeno porte, a coleta em áreas próximas às residências, a provisão da alimentação familiar e o cuidado dos filhos. Enquanto os homens permanecem longos períodos fora de casa para caçar, pescar e coletar, as mulheres alternam-se nas atividades produtivas, garantindo também os cuidados na esfera reprodutiva: “dentro da lógica de ser agricultora, toda e qualquer atividade ligada diretamente à esfera doméstica não é considerada trabalho e sim responsabilidade” (RÖHNELT, 2011, p.95). Constitui-se assim, um arranjo útil à divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres exercem uma função produtiva, ao mesmo tempo em que cumprem as funções que lhes são historicamente atribuídas e naturalizadas como responsáveis pela esfera reprodutiva (FREITAS, 2015).

Conforme o exposto, na dinâmica dos remanescentes de quilombos do Trombetas, a divisão e os espaços de trabalho feminino e masculino não são permanentemente delimitados ou exclusivos, são sobretudo complementares (ACEVEDO; CASTRO, 1998). A respeito da complementaridade e relações de gênero nos grupos domésticos rurais, Parry Scott (2002) argumenta:

A família precisa ser abordada por pelo menos duas perspectivas - como um grupo solidário, de aliança e de reciprocidade que procura abrigar todos os seus membros, e, simultaneamente, como uma malha de poder onde se realizam constantes subordinações no empenho da construção da vida social cotidiana. Essas relações entre "reciprocidade" e "hierarquia" se resolvem, em termos globais, de acordo com a própria envergadura e complexidade das relações sociais mais amplas de cada sociedade na qual as famílias se inserem. Há muitos anos que os antropólogos reconhecem que as sociedades de caçadores e coletores se organizam em torno de princípios da relativa igualitarismo e complementaridade de mulheres e homens em grupos

familiares, permitindo uma certa permeabilidade na circulação de indivíduos entre grupos familiares (SCOTT, 2002, p. 04).

Acevedo e Castro (1998) remetem a Godelier, para quem cada sistema econômico e social define um modo de exploração dos recursos naturais e de uso da força humana para o trabalho, determinando, assim, normas de uso e um sistema de regras que visam alcançar os objetivos do grupo. Ao se complementarem, o trabalho feminino e o trabalho masculino permitem o desenvolvimento do sistema econômico e social praticado no Trombetas, que requer a polivalência de conhecimentos e habilidades no manejo dos recursos. Ao incorporarem a participação dos filhos na realização de algumas tarefas, garantem a transmissão da cultura do grupo às novas gerações (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

## 2.2. O Trabalho na Comunidade do Moura

A agricultura e o extrativismo são praticados no Moura e são intrinsecamente relacionados ao calendário sazonal, que dispõe de duas estações, a chuvosa (janeiro a junho) e a seca (de julho a dezembro). Este calendário natural direciona a agricultura em pequenas roças próximas às habitações, pesca, caça, a produção de farinha e a realização de atividades extrativistas (MMA, 2001). O Inventário de Referências Culturais dos Quilombos de Oriximiná, sobre o Moura, evidencia os locais mais acessados e respectivas práticas:

A pesca e a caça estão entre as principais atividades de exploração de recursos naturais no território. Para a pesca os moradores da comunidade acessam o lago do Ipireira, a Ilha do Cauixi, a Boca do Moura, o Lago do Patauí e o Igarapé do Moura, além do próprio Rio Trombetas e do Lago do Moura. Já a caça é praticada em toda a área de mata fechada que circunda a comunidade.

A exploração da copaíba se concentra em áreas sobrepostas pela Flona de Saracá-Taquera (...). Os principais pontos de coleta de castanha acessados pelos moradores do Moura, vale ressaltar, localizam-se no entorno do Lago Erepecu, no território Jamari-Último Quilombo<sup>30</sup> (Iphan, 2014, F- 11 - 08, p. 08).

---

<sup>30</sup> Nos processos de titulação do TQ Alto Trombetas II pelo Incra datados de 2004, a comunidade pretendia o reconhecimento do Moura como um território separado das outras sete comunidades que se identificavam como parte do TQ Jamari-Último Quilombo: Palhal, Juquiri Grande, Juquirizinho, Curuçá, Nova Esperança, Jamari e Último Quilombo. Após a finalização dos Relatórios Antropológicos e dos estudos que compõem o RTID, as oito comunidades, em consenso, solicitaram a adequação dos processos de regularização fundiária para que conformassem, juntas, um único território, ora denominado TQ Alto Trombetas II (ECQ, 2017).

O extrativismo é praticado para consumo próprio e comercialização, e os recursos naturais de maior destaque — tanto devido à incidência na região do rio Trombetas e quanto ao valor de mercado — são a castanha-do-Pará e o óleo resina de copaíba. Há ainda o interesse de alguns moradores por outros gêneros tais como breu, andiroba, açai, madeiras, palhas, cipós e castanha de caju, todavia sua coleta não visa fins comerciais, destinando-se à confecção de utensílios, a construções e ao uso medicinal.

A extração do óleo-resina de copaíba é realizada na Flona Saracá-Taquera, dentro dos limites pleiteados pelo território Alto Trombetas II, ao longo do igarapé do Moura, em área onde incide o platô Monte Branco, recentemente aberto para exploração da bauxita. A atividade pode ser realizada durante todo o ano desde que o manejo adequado seja realizado, respeitando-se o tempo de descanso da copaibeiras (CORDEIRO, 2013).

No Moura, a venda dos produtos florestais não madeireiros não é organizada por intermédio de cooperativas ou associações, sendo o escoamento, em geral, de responsabilidade do próprio extrativista. O extrativismo da copaíba no Alto Trombetas é praticado em grupos formados exclusivamente por homens (CORDEIRO, 2013), fator que pode ser atribuído ao caráter da atividade, que compreende períodos em mata fechada e longas trilhas, onde carregam por quilômetros os recipientes — galões de cinco a vinte litros —, nos quais armazenam o óleo-resina coletado.

Na região do rio Trombetas, a castanha é comercializada em caixas (de 30 a 40 kg) para atravessadores — comerciantes da própria comunidade ou proximidades. O preço da caixa é determinado de acordo com a safra, que compreende os meses de janeiro a julho, em uma média de R\$30,00 a R\$60,00. A ausência de castanhais na área da comunidade faz com que os castanheiros se desloquem até o lago do Erepecu, área do TQ Alto Trombetas II onde se inscreve a Rebio Trombetas, gerida pelo ICMBio. Assim, o extrativismo dentro da área é regulamentado e fiscalizado por meio de um Termo de Compromisso. Segundo informações do Monitoramento Participativo da Coleta da Castanha do Pará nos Castanhais do Vale do Rio Trombetas:

O Termo de Compromisso entre as associações comunitárias do interior da Rebio do Rio Trombetas e o ICMBio possibilita o monitoramento da produção da castanha, diminui o ingresso de

forasteiros não comprometidos com as normas constantes no Termo, reduzindo consideravelmente a caça e a pesca predatória, a poluição e o desmatamento. Além de reduzir os impactos ambientais, a legalização da coleta de castanha, reduziu o conflito existente entre a gestão da UC e os remanescentes de quilombolas, que se viram valorizados ao ter sua prática reconhecida. Destaca-se que a coleta da castanha tem importância não só econômica, mas, sociocultural; tendo os costumes das populações tradicionais preservadas (ICMBio, 2016).

O termo, firmado entre as associações comunitárias do interior da Rebio do Rio Trombetas e o ICMBio, localmente conhecido como “acordo da castanha”, determina que a coleta seja permitida no período de safra, correspondente à época do inverno amazônico, em datas que variam de ano para ano. O controle da atividade por parte do ICMBio é realizado nas bases do órgão no rio Trombetas e na entrada do lago do Erepecu, utilizando-se uma planilha vulgarmente conhecida como “papeleta”, na qual se faz o monitoramento da entrada e saída de coletores tradicionais e as suas respectivas produções. Dentre as atividades extrativistas praticadas no Moura, a coleta da castanha é a mais expressiva e de maior valor comercial.

A coleta compreende parte do núcleo familiar, que se desloca para os castanhais levando consigo redes, utensílios e paneiros, acomodando-se em barracos durante a safra. A estadia e permanência nos castanhais dependem da distância dos mesmos em relação à comunidade e o período do ano (LOBO, 2016). A participação das mulheres na coleta já foi mais frequente, entretanto o aumento do índice de crianças e adolescentes nas escolas gradualmente modifica a atividade. Atualmente, é mais comum que apenas o homem permaneça nos castanhais durante a safra, enquanto a mulher permanece em casa com os filhos (Iphan, 2014). Esta situação é prevista inclusive no Termo de Compromisso, que veta a permanência de crianças em idade escolar nos castanhais durante o período letivo, além de proibir que menores de 16 anos operem terçados e carreguem paneiros com castanha (ICMBio, 2011).

É possível observar o progressivo abandono das práticas tradicionais na comunidade como as atividades agrícolas, extrativistas e manuais, aliadas à crescente dependência de produtos industrializados adquiridos em Oriximiná, Porto Trombetas e até em estabelecimentos comerciais na própria comunidade. De acordo com os moradores do Moura, a criação das UCs e a implantação da MRN foram determinantes

para a progressiva diminuição das atividades extrativistas, como já se afirmou em outras passagens.

Porém, nos últimos anos, as restrições impostas pelas UCs e os novos hábitos de consumo cultivados em quatro décadas de convivência com a mineração teriam desestimulado ainda mais o exercício das atividades tradicionais. Por um lado, a proibição de comercialização de alguns gêneros, a necessidade de adequação aos planos de manejo e o acesso regulado às áreas de coleta de castanha seriam entraves tanto para a prática quanto para a comercialização dos produtos extrativistas. Por outro lado, devido à incidência de platôs de exploração na área da comunidade, para viabilizar as operações, a empresa mineradora vem trabalhando para a abertura de ramais para entrada de maquinário, o que conseqüentemente aumenta a circulação de pessoas nas imediações, além de provocar ruídos e luminosidade que acarretam o afugentamento de animais, além de dificultar o acesso e até mesmo suprimir áreas de coleta extrativista, a exemplo dos copaibais localizados nas áreas de platôs de exploração.

Ao restringirem e condicionarem o modo de vida no rio Trombetas, esses elementos fomentaram novas formas de trabalhar e viver no Moura. Os últimos quarenta anos já compreendem algumas gerações de moradores crescidos em um contexto cultural e de sistema de trabalho intrinsecamente relacionado às atividades de exploração minerária na região, portanto, distinto daquele em que viveram pessoas de mais idade.

Para as gerações mais novas, a perspectiva de obtenção de renda não relacionada à sazonalidade ou às condicionantes restritivas dos planos de manejo das UCs é um fator de atração importante para postos de trabalho em Porto Trombetas. Assim, atualmente, quase todas as famílias da comunidade possuem membros prestando serviços fixos ou temporários na MRN, o que influi diretamente no tempo disponível para a prática de outras atividades e da própria interação comunitária. Conforme consta no Inventário Nacional de Referências Culturais:

A produção de farinha decaiu consideravelmente em função de um grande número de moradores deixarem suas roças para irem trabalhar como assalariados na Mineração Rio do Norte. Agora, dizem eles, a farinha que antes obtinham na comunidade (não necessariamente por meio de compra e venda, mas com alguma frequência por meio de trocas de produtos) tem que ser comprada na feirinha de Porto

Trombetas. O mesmo ocorre com outros produtos, que antes eram produzidos na própria comunidade, como é o caso do arroz, do milho, do feijão, que também podiam ser trocados por outros gêneros produzidos ou coletados na comunidade. Nesse contexto alteram-se os padrões alimentares da comunidade, que são cada vez mais influenciados pelo consumo de gêneros industrializados, e também se esquecem as atividades artesanais subsidiárias da economia agroextrativa – deixa-se de fazer tipitis, paneiros, jamanxins, etc. (Iphan, 2014, F- 11 - 08, p. 13).

O processo de monetização na comunidade do Moura requer ressalvas, principalmente devido às condições de trabalho e ao conseqüente afastamento das práticas tidas como tradicionais pelas gerações mais antigas. Segundo relatos dos moradores, a atividade de pesca é menos frequente do que em outras comunidades próximas devido ao regime de trabalho assalariado a que os moradores se submetem, no qual não haveria tempo para o “trabalho fora do trabalho”, para parafrasear Weber (2015)<sup>31</sup>. Ademais, o aumento do fluxo de embarcações em áreas de pesca, devido ao deslocamento diário dos trabalhadores, também prejudicaria a atividade, como relata uma moradora: “Atrapalha a pesca, logo no início [do verão] quando tá começando a secar o rio, a gente conferia, às vezes era dez, oito canoas na boca do igarapé, os peixes saíam fora de lá” (Entrevista com moradora do Moura. Novembro de 2017).

Desta forma, surge a demanda por outras fontes de obtenção de renda, atrelada agora à nova dinâmica local, onde a presença da mineração é fator determinante. A proximidade física da comunidade do Moura com Porto Trombetas é um fator facilitador da atração por novos modos de vida, constatando-se entre os moradores ser comum a prestação de serviços de forma autônoma ou através de cooperativas de trabalho.

No tocante à prestação autônoma de serviços, predomina a demanda de serviços de limpeza, lavanderia e babás aos moradores de Porto Trombetas, uma vez que os funcionários casados dispõem de residências no local<sup>32</sup>, onde podem instalar-se com seus familiares. Os trabalhos em casas de famílias, em geral, são realizados por mulheres das comunidades mais próximas: Ajudante, Boa Vista e Moura. Porém, não

---

<sup>31</sup> Florence Weber realizou, junto a operários franceses, um estudo sobre suas percepções, bem como de suas formas de classificação e valoração dos tipos de trabalho que realizavam na fábrica e fora dela, este último considerado como “trabalho paralelo”.

<sup>32</sup> Os funcionários solteiros ou temporários dispõem de alojamentos ou repúblicas, enquanto que os casados podem dispor de maiores comodidades em relação às instalações físicas, como casas particulares em melhor localização.

há, no Moura, um número tão expressivo de mulheres nesses postos de trabalho quanto há entre moradoras das demais comunidades supracitadas.

Ainda no escopo dos serviços prestados individualmente, destacam-se os “fichados”: comunitários contratados pela mineração ou, mais comumente, suas empresas terceirizadas. Em geral, os contratos compreendem aqueles que possuem algum curso profissionalizante e já prestaram serviços via contratos temporários ou cooperativas. Ressalta-se, entretanto, que esses são casos pontuais, não havendo um número expressivo de moradores do Moura e comunidades do entorno atualmente exercendo funções de carteira assinada na cidade enclave. De acordo com os próprios comunitários e funcionários da MRN, é baixo o número de postos de trabalho disponíveis nessas condições, e, quando há vagas, a baixa qualificação profissional impede que os moradores do Moura os ocupem.

Revela-se, assim, que, apesar de a MRN ser a maior empregadora do setor secundário em Oriximiná, a absorção da mão de obra é limitada. Dentre os motivos desse quadro estão os altos custos de mobilização da mão de obra decorrente do isolamento geográfico, fator de incentivo à redução do efetivo próprio da empresa, já estimulado pelo processo de reestruturação produtiva adotado pela mineradora a partir da década de 1990 (TRINDADE, 2001).

### **2.3. MRN e Trabalho — Da Reestruturação Produtiva às Cooperativas de Trabalho**

A reestruturação produtiva da MRN teve início em 1991, calcada em um Programa de Qualidade Total<sup>33</sup> e um acentuado nível de terceirizações, visa o enxugamento do quadro do pessoal e o maior controle da força de trabalho (TRINDADE, 2001). Essa estratégia volta-se para a “obtenção da maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho, com vistas à redução máxima dos custos, da ociosidade dos meios de produção e dos riscos determinados pela instabilidade e manutenção dos mercados” (BUSNELLO, 2013, p. 27).

---

<sup>33</sup> O Programa de Qualidade Total baseado no “método japonês” teve grande adesão no país a partir da década de 1990, buscava otimizar o processo produtivo a partir da produção enxuta e do envolvimento do efetivo da força de trabalho. Guia-se por princípios de metas, visões e missões, advindos das gerências (top-down) e impregnados da crença em uma identidade entre os interesses dos trabalhadores e do capital (TRINDADE, 2001).

Esse processo, na MRN, acompanhou a tendência nacional a partir das reformas implantadas no governo Collor, que marcaram a introdução de um projeto neoliberal no país, expondo à economia à concorrência internacional (BUSNELLO, 2013). A política adotada baseava-se em ações como a abertura comercial da economia e privatizações, com a pretensão de afirmá-las enquanto medidas coerentes para a estabilidade monetária e a inserção do Brasil “no seletivo grupo de países do Primeiro Mundo” (SANTOS; POCHMANN, 1996, p. 208). Na prática, o que se observou a partir do movimento abrupto de inserção da economia no mercado internacional foi o aumento da competição entre as empresas nacionais a partir da exposição à concorrência externa, acarretando em uma busca desenfreada por ganhos em produtividade (DEDECCA, 1999, apud VAZQUEZ, 2008)<sup>34</sup>.

A falta de sintonia entre produção e emprego decorre da pressão competitiva imposta pela nova política econômica sobre a estrutura industrial local, que é obrigada a proceder a um ajuste produtivo que garanta a sobrevivência no novo contexto econômico (...) as empresas industriais acabaram por adotar posturas defensivas, racionalizando a produção através da redução seletiva dos mercados em que atuam, da modernização parcial das suas plantas e da terceirização de produção e serviços de apoio (DEDECCA, 1997, p. 15).

No Brasil, a reestruturação no setor industrial se destaca não pelas inovações tecnológicas, mas pela introdução de novos padrões de gestão e organização do trabalho, onde a terceirização tem papel fundamental (BORGES; DRUCK, 2002). A descentralização das atividades garante às mineradoras menores custos de produção e maior controle da qualidade, aspectos primordiais para se manter no mercado perante a concorrência (DIEESE, 1993). Assim, o coletivo de trabalhadores se dispersa entre empresas de médio e pequeno porte, o que fica nítido ao observarmos os dados relativos ao número de empregados da MRN.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade mais recente da empresa, lançado em 2017 e referente ao ano de 2015, o efetivo próprio somava 1.424 empregados, enquanto que o número de terceirizados foi de 2.963 empregados, cerca de 68% dos contratos

---

<sup>34</sup> Esse cenário culminou em pressão por parte do empresariado brasileiro sobre o Estado, visando sua retirada da economia “para a desregulação dos direitos sociais e para a flexibilização das relações de trabalho, a fim de reduzir os custos com encargos sociais e, com isso, elevar a produtividade e aumentar a competitividade”, frente a um contexto de baixo crescimento econômico e de acirrada concorrência no mercado nacional (VAZQUEZ, 2008, p. 91).

vigentes. A empresa flexível caracteriza-se então pela diversidade de status de assalariados: no centro e em menor número, o núcleo de trabalhadores assalariados e estáveis, enquanto que nas periferias existem dois grupos — o dos assalariados contratados por tempo determinado —, e o dos colaboradores externos, ou seja, os terceirizados (TAVARES, 2004).

Tabela 1: Relação de Trabalhadores na MRN em 2015

Força de Trabalho	Total de empregados
Empregados próprios	1424
Programa Jovem Aprendiz	25
Empregados terceirizados	2963
<b>Força Total de Trabalho</b>	<b>4412</b>

Fonte: GRI, MRN 2015 (adaptado), 2017.

Tabela 2. Relação dos tipos de contrato de trabalho na MRN em 2015

Tipos de Contrato	Empregados Próprios
Tempo Determinado	25
Tempo Indeterminado	1424
<b>Total</b>	<b>1449</b>

Fonte: GRI, MRN 2015 (adaptado), 2017.

A respeito da mão de obra efetiva na empresa, Trindade (2001) expõe:

A MRN recruta sua mão de obra fundamentalmente nas regiões norte e sudeste. Da primeira região, seleciona os efetivos operacionais e certos quadros intermediários – operadores de nível IV e mecânicos líderes -, formando um mercado local e sublocal para um conjunto de atividades semiqualficadas ou qualificadas, contudo com amplo padrão de rotinas operacionais, aprendidas ou desenvolvidas no sistema de treinamento do próprio serviço. (...) Os quadros do “staff” são, em sua maioria, recrutados no sudeste, junto às mineradoras de Minas Gerais e Espírito Santo (...) esse “staff” estaria passando nos últimos anos por uma paulatina regionalização, tendo em vista os aspectos de custo e adaptação da mão de obra contratada no sudeste (TRINDADE, 2001, p. 109).

Atualmente, o quadro funcional da MRN é composto por cerca de 86,4 % de empregados paraenses, 2,42 % dos demais estados nortistas, e 11,18 % provenientes de

outros estados, totalizando 1.462 empregados ativos (MRN, 2018). Entretanto, observa-se que apesar do investimento em regionalizar o quadro, a baixa qualificação da mão de obra proveniente das comunidades quilombolas do entorno segue como um dos entraves para a absorção desse contingente em cargos efetivos. Em geral, esses trabalhadores acabam se dispersando — ainda timidamente — entre as empresas terceirizadas prestadoras de serviços para a mineradora.

Em 2017, o número de empregados indiretos (efetivo médio) contratados para serviços permanentes, como manutenção da ferrovia, operações florestais e limpeza predial e industrial, foi de 1.833 profissionais. Os serviços comunitários, que incluem hospital, empresas de ônibus, clube, hotelaria, entre outros, contou com um efetivo médio de 165 profissionais. Outra categoria de empregos indiretos, o grupo de obras, responsável por atividades como a construção de estradas ou aberturas de novas minas, fechou o ano de 2017 com uma média de 519 profissionais (Relatório de Administração 2017. MRN, 2018, p. 02).

Os dados do relatório expõe a fragilidade dos contratos flexíveis. Conforme se observa no trecho acima, em 2017 houve considerável decréscimo das atividades terceirizadas em relação aos anos anteriores, de 2.963 empregados terceirizados em 2015 para 2.517 terceirizados, menos 446 vagas. Enquanto que o número de empregados ativos apresentou ligeiro crescimento, de 1.424 vagas em 2015 para 1.462 vagas.

A MRN opera com cinco categorias de contratação: serviços permanentes ou contínuos, serviços temporários, serviços de obras, serviços comunitários e cooperativas. Destacam-se entre os principais serviços terceirizados os relativos à limpeza, transporte, alimentação, plantio de mudas e manutenção de equipamentos (MRN, 2017). O deslocamento do emprego para o setor de serviços decorre da política de subcontratações advindas do processo de terceirização, que fomentou o surgimento de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços para as grandes indústrias, muitas em relação de exclusiva dependência de suas contratantes. A vantagem da subcontratação se dá na medida em que as empresas menores garantem o ajuste às flutuações do mercado através da flexibilização produtiva, ao disporem de uma abundante mão de obra pouco qualificada, onde predomina a competição entre trabalhadores propensos a aceitar qualquer oferta (COSTA, 2017).

A terceirização passa a ser sinônimo de rebaixamento generalizado das condições de trabalho e salário de inúmeras categorias de trabalhadores que antes gozavam do *status* de serem efetivas das contratantes, normalmente grandes empresas onde as relações de trabalho são mais protegidas pela negociação coletiva e pela legislação. A terceirização, no caso brasileiro, mais que uma estratégia de especialização, constituiu-se no principal mecanismo de redução dos custos do trabalho por permitir que as empresas transferissem para terceiros as responsabilidades legais da contratação. Sua propagação nos anos 1990 se beneficiou tremendamente do contexto político que propugnava maior liberdade para as empresas demitirem e contratarem, legitimando a adoção dos contratos flexíveis de trabalho, regulamentados ou não (COSTA, 2017, p. 125).

De acordo com Trindade (2001), a redução dos custos operacionais da MRN resulta na flexibilização das relações de trabalho, uma vez que esta seria a variável de ajuste mais barata dentro do cenário industrial, que requer grandes investimentos para alterações em processos produtivos contínuos, com o investimento em novas tecnologias e maquinário. Dessa forma, a flexibilização dos contratos de trabalho permite a maior maleabilidade dos custos da empresa através da maior ou menor exploração da força de trabalho, que a partir das subcontratações, pode ser facilmente dispensada ou contratada conforme a demanda de produção e as variações do mercado, garantindo a empresa mineradora o maior controle sob o capital.

(...) o que se concebe como a moderna organização do trabalho consubstancia um sofisticado arranjo entre os dois polos da relação-capital, mediante formas que dissimulam a exploração (...). A disseminação da pequena empresa, da cooperativa, do trabalho domiciliar e das outras práticas utilizadas pela terceirização, além de, objetivamente, maximizar a exploração, ainda cumpre a função ideológica de alterar a realidade em prol das políticas que respondem aos interesses dominantes (TAVARES, 2002, p. 116).

No Brasil, as terceirizações seriam responsáveis pela redução dos postos de trabalho melhor remunerados nas grandes empresas, sendo esses substituídos por empregos com menores salários e benefícios nas empresas terceirizadas (DRUCK, 1999). A reestruturação produtiva na MRN culmina em um quadro de flexibilização e precarização das condições de trabalho através da consolidação dos contratos flexíveis, que segundo Borges e Druck (2002, p. 111) podem ser entendidos como “contratos por tempo determinado, por tempo parcial, por tarefa, por prestação de serviço, sem

cobertura legal e sob responsabilidade de terceiros”. Assim, a empresa contratante vê-se livre dos custos trabalhistas e responsabilidades na gestão da mão de obra.

É nesse contexto de reestruturação produtiva instaurado na MRN a partir da década de 1990, com os processos de subcontratações e a consequente precarização das relações de trabalho, que a absorção da mão de obra regional passa a ser facilitada. Na empresa mineradora, majoritariamente, as terceirizações relacionam-se às atividades ligadas à infraestrutura de Porto Trombetas — zeladoria, manutenção predial, restaurante — assim como atividades meio e fim, relacionadas diretamente com o processo de lavra da bauxita: desmatamento e desmanche de rocha, manutenção da via permanente da ferrovia e de equipamentos (TRINDADE, 2001). A natureza dos serviços comumente terceirizados, que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, possibilita a absorção da mão de obra das três cooperativas locais, constituídas por moradores das comunidades quilombolas do entorno de Porto Trombetas, dentre elas, o Moura.

#### **2.4. A Coopermoura**

Atualmente a fonte de renda mais expressiva no Moura advém dos serviços prestados através da Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura (Coopermoura), onde boa parte da mão de obra da comunidade encontra-se organizada. A cooperativa de trabalho foi fundada em 2002 com o objetivo de facilitar a contratação de moradores para a prestação de serviços gerais para a MRN e suas empresas terceirizadas. A localização da comunidade a apenas 6,36 Km de Porto Trombetas facilita o acesso de moradores, o que, somado à necessidade de novas fontes de renda, gerou a demanda por uma organização da mão de obra comunitária para suprir postos de trabalho na mineração e suas empresas terceirizadas. As relações de produção outrora extrativistas, baseadas no uso intensivo da mão de obra familiar e de tecnologias de baixo impacto (DIEGUES, 2000), adequam-se agora às demandas empresariais locais.

Segundo o atual presidente da Coopermoura, a inspiração deriva do modelo em vigência na Cooperboa, também prestadora de serviços para a MRN e empresas terceirizadas. Fundada em 1996, a Cooperboa, cooperativa de trabalho que abrange os moradores da comunidade Boa Vista, surgiu enquanto alternativa às limitações impostas pelas UCs à realização das práticas agroextrativistas geradoras de renda. Ao observarem

o retorno financeiro para a comunidade de Boa Vista, e também com suas atividades extrativistas restritas pelas UCs, os moradores do Moura articularam-se para a criação da Coopermoura.

Identificam-se distintas finalidades e sentidos na criação de cooperativas. Enquanto alternativas ao desemprego, surgem como forma de geração de trabalho e renda, além de possibilidade de inclusão social de pessoas em situação econômica precária (MANCINI, 2012). Desta forma, as cooperativas de trabalho constituem-se em um importante mecanismo em que os próprios trabalhadores podem viabilizar ocupação e renda (MAUAD, 2000).

Assim como ocorreu na ocasião da criação da Cooperboa, apesar de a iniciativa ter partido da comunidade do Moura, a consolidação só foi possível com o auxílio da empresa mineradora, que forneceu suporte logístico e financeiro, além de orientações e capacitações aos envolvidos. A respeito do seu contexto de criação, o Inventário Nacional de Referências Culturais (Iphan, 2014) elucida:

A criação dessa entidade responde, em grande medida, aos impactos gerados pela degradação ambiental causada pela própria mineração na localidade e às restrições imputadas pela legislação preservacionista da Flona de Saracá-Taquera. Como as atividades agroextrativistas tradicionais (caça, pesca, agricultura, coleta de recursos naturais dentro da floresta) ficaram progressivamente comprometidas por esses dois fatores de intervenção no território quilombola, ao findar o século XX os moradores viram significativamente reduzidas suas alternativas econômicas e, foram, então, obrigados a buscar outros tipos de trabalhos para o sustento das famílias. Nesse cenário a perspectiva de assalariamento em Porto Trombetas passou a atrair um número cada vez maior de homens e mulheres, que foram buscar empregos na cidade da mineradora. (Iphan, 2014, F- 11 - 08, p. 07)

Sediada em Porto Trombetas, a estrutura física da Coopermoura conta com um escritório que dispõe de duas salas, uma destinada à administração e a outra, almoxarifado, ambas equipadas com ar condicionado, computadores e impressora, um depósito e banheiro. De acordo com o Estatuto Social da Coopermoura, o quadro da cooperativa constitui-se de um Conselho Administrativo, composto por três cooperados eleitos em assembleia geral, que exercerão os cargos executivos de Conselheiro Presidente, Conselheiro Administrativo/Financeiro e Conselheiro de Produção, além de um Conselho Fiscal, composto por seis cooperados. A presidência é definida de quatro

em quatro anos, através de assembleia com os associados, ainda segundo o estatuto, são previstas duas assembleias ordinárias, nos meses de março e agosto.

Apesar do incentivo financeiro da MRN no momento da estruturação física e jurídica, o presidente expõe que a aquisição e manutenção de todos os bens de capital e de consumo são de responsabilidade da cooperativa, que necessita ainda, estar sempre de acordo com as rígidas normas de segurança previstas em uma área de mineração.

Figura 13. Entrada das salas da Coopermoura    Figura 14. Interior da sala da administração



Fonte: Arquivo pessoal (2017).



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

No Brasil, a criação das cooperativas foi disciplinada pela Lei Geral das Cooperativas, Lei nº 5.5764/71. Entretanto, à época, os empreendimentos cooperativos não eram autogestionários, podendo o Estado intervir na criação, funcionamento e fiscalização, limitações superadas apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que proibiu a interferência do Estado nas associações cooperativas (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

As cooperativas de trabalho, como a Coopermoura, são reguladas atualmente pela Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012<sup>35</sup>, que consagra os princípios cooperativistas da Lei Geral das Cooperativas e agrega peculiaridades ao cooperativismo de trabalho. Conforme a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) a Lei não trouxe

<sup>35</sup> “Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.” (Art. 2.º da Lei n.º 12.690/2012).

obrigações típicas da CLT<sup>36</sup>, mas garantiu aos associados alguns dos direitos sociais do trabalho constantes no art. 7.º da Constituição Federal. Segundo a organização:

Tais obrigações estão associadas ao conceito de direito ao trabalho digno e não precarização das relações de trabalho e buscam assegurar a observância de normas de ordem pública relacionadas à dignidade, segurança, saúde e medicina do trabalho. Por sua íntima relação com direitos fundamentais (direito à vida, à saúde etc.), os mesmos devem ser resguardados não só àqueles que se encontram na condição de empregados, mas a todos que exercem atividades laborativas, seja na forma de trabalho subordinado, autônomo ou cooperado (Sistema OCB, 2012, p. 12).

Apesar de trazer inovações e contemplar as especificidades das cooperativas de trabalho, diversos estudos apontam para a fragilidade da Lei nº 12.690/2012. Segundo Silva e Severo (2014), a lei inviabiliza o desenvolvimento de um sistema verdadeiramente cooperativo ao adotar princípios dissociados do seu campo de atuação, institucionalizando a precarização do trabalho. Dentre as contradições apontadas pelas autoras, o art. 4º que determina que as cooperativas de serviço são aquelas “constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego”. Ora, segundo as autoras, se o empreendimento é instituído para a prestação de serviços a terceiros, isso implicaria necessariamente em uma relação de emprego, mascarada sob o manto de uma terceirização.

Outro dispositivo jurídico que fragilizou as reivindicações trabalhistas dos cooperados foi a Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994, que acrescentou o parágrafo único ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.”. A lei acaba por excluir os cooperados do rol de trabalhadores protegidos pelo artigo 3º da CLT, que dispõe: “Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”.

No Brasil, tem-se o processo que Misi (2000) chama de “proliferação das cooperativas de trabalho”, caracterizadas pela prestação de serviços para empresas que passam por uma reestruturação produtiva, constituídas justamente para suprir a

---

<sup>36</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, criada através do Decreto-Lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 refere-se ao direito do trabalho e ao direito processual do trabalho no Brasil.

demanda de mão de obra e baratear os custos de produção pela não incidência dos encargos trabalhistas. Segundo Costa (2017, p. 126) as cooperativas de trabalho podem ser caracterizadas pela “extrema relação de dependência e subordinadas à hierarquia, à organização do processo de trabalho e às demandas de suas contratantes”, o que as constituiria como meras intermediadoras da mão de obra em uma relação legalizada de exploração e precarização do trabalho.

Desde sua concepção a Coopermoura vincula-se à empresa mineradora. Segundo a presidência, o intuito sempre foi a prestação de serviços para a MRN, e não a organização de outras formas de produção. Atribuem esse fato às restrições de manejo dos recursos naturais, e à falta de conhecimento dos fundadores, motivo pelo qual teriam criado, segundo os mesmos, “um estatuto fechado, apenas de prestação de serviço” (Entrevista realizada em julho de 2017). A legislação dessa forma permite, de acordo com Tavares (2004):

(...) muitos trabalhos sejam executados sistematicamente por membros de cooperativas sob determinações advindas de uma empresa capitalista, sem que sejam considerados empregados, portanto, sem direito a um salário fixo e a proteção social que deveriam ter, se a lei não se ativesse apenas ao aspecto formal da relação. (...) No caso dos “cooperados”, mesmo que fique evidente a sua participação no trabalho, eles não podem recorrer à justiça para reclamar os direitos do empregado (TAVARES, 2004, p. 72).

Para Borges e Druck (2002) as cooperativas seriam a forma mais perversa de terceirização ao promoverem a precarização do trabalho amparadas pela legislação e a ilusão da autogestão. Para as autoras, o que diferenciaria as cooperativas das demais modalidades de terceirização seria:

(...) a definição formal/legal que, coberta por legislação específica, garante às grandes empresas contratantes utilizarem um contrato que as dispensa de todos os custos associados aos direitos garantidos pelo assalariamento formal. Ou seja, os trabalhadores são cooperativados e, nessas condições, não são assalariados, o que lhes retira a proteção social do Estado, já que, teoricamente, eles estariam se “autogerindo” e assim, se “autoprotogendo” (BORGES; DRUCK, 2002, p. 119).

Segundo Mauad (2000), a finalidade principal das cooperativas é a melhoria da qualidade de vida dos associados, promovendo o trabalho através da ajuda mútua,

gerando renda e a repartindo de forma justa. Confirma-se essa intenção na fala do presidente: “a gente criou a cooperativa pra justamente prestar serviço pra mineração e aí termos uma renda melhor pra comunidade, beneficiar as famílias, o ideal foi esse” (Entrevista. Julho de 2017). Apesar da associação espontânea dos trabalhadores, a cooperativa conformaria, de acordo com Tavares (2002, p. 73), “um mecanismo de exploração criado pelos trabalhadores para ser utilizado pelo capital”, assim, apesar da pretensão de obterem oportunidades para a garantia da sobrevivência dos trabalhadores, acabam por se organizar para a exploração em condições mais precárias do que as dos trabalhadores empregados diretamente pelas empresas, pois “o capitalismo não coexistiria com outra forma de organização com a qual tivesse que compartilhar poder” (TAVARES, 2002, p. 74).

Diferentemente das cooperativas de produção — aqui entendidas enquanto aquelas que negociam diretamente no mercado os resultados de seu trabalho, sendo autogestionárias em termos de organização, produção e trabalho —, as cooperativas de trabalho são apenas fornecedoras de mão de obra, não estendendo a autogestão para o âmbito da prestação de serviços. Desta forma, cooperativas como a Coopermoura acabam por desenvolver suas ocupações condicionadas às demandas da empresa tomadora do serviço, agravando a relação de dependência em relação à contratante. Neste sentido, apesar do intuito de trazer melhorias e renda para o Moura, ao ter na prestação laboral a principal fonte de sustento, a natureza da cooperativa torna-se sua própria limitante, já que a mesma se vincula diretamente às necessidades da MRN, mais que às necessidades da comunidade local. Agrava-se o quadro, tendo em vista o caráter temporário das atividades minerárias, na medida em que, esgotadas as minas, há gradual desmobilização de investimentos e estruturas da empresa na região.

Segundo o gestor financeiro da cooperativa, em 2017 havia apenas um contrato com a MRN, com duração de um ano e no valor de R\$ 2.409.387,92, que vinha sendo renovado desde o ano de 2008, e um contrato com uma empresa terceirizada da mineração, uma transportadora de Manaus onde apenas um cooperado atuava atracando as balsas em Porto Trombetas. De acordo com o Departamento de Relações Comunitárias da MRN, apesar do incentivo inicial e do interesse da empresa em movimentar a renda localmente, não há preferência para a contratação da cooperativa, pois os contratos seguem o rito de licitação. Em relação às empresas terceirizadas, o contato é realizado diretamente com a cooperativa, não passando pela mineradora.

Outra categoria de contrato existente entre a Coopermoura e a MRN são os temporários, que se referem a atividades pontuais, como abertura de minas, estudos de impacto ou reflorestamento. Caracterizam-se por contratos que utilizam a cooperativa como organizadora e concentradora da força de trabalho disponível nas comunidades quilombolas do entorno, e que consumam acordos entre a empresa mineradora e as próprias comunidades. Um exemplo desse tipo de contrato ocorreu para a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental das Zonas Central e Oeste, quando lançaram mão de quilombolas como prestadores de serviço. Conforme o próprio Relatório de Administração da MRN, em um período de seis meses de 2016, a empresa contratou 95 trabalhadores quilombolas por intermédio da cooperativa para serviços de apoio em campo e atividades comunitárias (MRN, 2016). Tal tipo de contratação acarreta na criação de uma nova categoria, a de “cooperados temporários”, conforme esclarece a atual presidência:

A partir do momento que existir a necessidade, traz o [futuro] cooperado, toda a documentação dele. A partir dos 18 anos já pode ser cooperado, com Ensino Fundamental pra frente. (...) O número maior de trabalhadores que eu tive foi na época da expansão do Estudo do Impacto Ambiental. A mineração fez um acordo com as comunidades do entorno da área [Alto Trombetas] I e II e aí o foco, o ponto de referência pras comunidades prestarem serviço pra dentro da mineração, foi a Coopermoura, e aí fizeram um acordo e a gente conseguiu fazer um movimento, muita gente veio das comunidades, deu tudo certo, eles prestaram serviço porque eles precisam ganhar dinheiro, são comunidades mais distantes. A gente cria uma ficha de matrícula, são cooperados temporários, na época dos estudos foi criado esse vínculo, eles vieram por seis meses que foi a época do estudo (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

Os contratos temporários entre a empresa mineradora e a cooperativa culminam na flexibilização e consequente fragilização das relações de trabalho dentro da própria Coopermoura, interferindo no recrutamento para trabalho mediante remuneração fixa e criando a subordinação e diferenciação nos contratos de trabalho dos cooperativados. Uma vez que passa a adequar o quadro de associados em função da demanda e especificidade de serviços temporários, a própria cooperativa contraria os princípios do cooperativismo, que se caracteriza pela divisão de lucros, decisões coletivas, adesão voluntária e igualdade entre os associados (SEVERO, 2005).

O atual presidente da cooperativa esclarece que, na ocasião de sua fundação, havia mais postos de trabalho, além de serviços mais variados dentro dos contratos firmados. O decréscimo é observado nos últimos três anos e associado à diminuição da extração da bauxita no platô Monte Branco e a uma reorganização interna da MRN, que, por intermédio do Centro de Custo e Natureza, passa a designar setores com orçamentos específicos, que condicionam as contratações.

Constata-se que, apesar de não haver explicitamente a figura de um patrão ou empresário, a autonomia almejada pelos cooperados não existe, uma vez que a organização do trabalho permanece determinada pelas leis econômicas do mercado que rege a empresa contratante da cooperativa, ainda que não acompanhada pelas leis trabalhistas (TAVARES, 2002). Assim, a cooperativa está gradativamente perdendo a pouca autonomia que tem em relação ao escopo dos serviços prestados para a mineração:

Eu podia colocar um cooperado meu em qualquer área. Eu que sou presidente, tenho dois coordenadores de campo, meus coordenadores vão pra campo, eles olham, veem uma área “olha aqui tá precisando tal serviço”, ele vai lá com o gerente daquela área e conversa com ele, o cooperado ia, fazia o serviço e trazia uma renda melhor pra nós. Hoje não se pode fazer isso, só onde tiver esse orçamento de quantidade de diária pra cooperativa prestar serviço. Foi o planejamento dela [MRN] com o orçamento, mas tá nos prejudicando na comunidade. A gente tem vários setores em que podemos prestar serviço, mas não pode porque não tá orçado dentro desse planejamento da própria mineração (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

No intuito de contornar a diminuição dos postos de trabalho, a Coopermoura opera em um sistema de rodízio baseado na demanda dos contratos. Atualmente, cerca de trinta cooperados são fixos, trabalhando em horário integral de segunda a sexta; outros cem fazem rodízio, a fim de que todos tenham oportunidade de trabalhar. Coordenadores de campo acompanham o rendimento dos cooperados, monitorando seu desempenho, pontualidade e assiduidade. Em casos de trabalhadores aquém das expectativas, não hesitam em realizar substituições e oportunizar as vagas a novos cooperados.

Conforme Lima (2004) são frequentes os problemas de disciplina, hierarquia e participação em cooperativas, pois os trabalhadores teriam dificuldades em entender o

rigor de horários impostos e em adotar a disciplina como condição essencial para o bom funcionamento. Ora, tal dificuldade não é peculiar a cooperativas de modo geral, nem mesmo a cooperativas formadas por quilombolas. Uma rápida revisão da evolução do capitalismo no mundo — guiada por autores como Elias (1995), Thompson (1998) e Weber (2015), só para citar alguns — evidencia processos históricos de transformação no mundo do trabalho que conduzem ao progressivo disciplinamento do corpo e dos costumes, à burocratização das relações e à mecanização do tempo nesse campo das atividades humanas. Tais transformações estão associadas a um processo civilizatório que — afastando as sociedades do tempo e do espaço da natureza — não transcorre sem dificuldades e tensões.

Segundo Foucault (1999), a disciplina emerge enquanto modalidade de exercício de poder, onde existem três elementos que garantiriam o sucesso do poder disciplinar: a vigilância hierárquica, que consistiria em um jogo de olhares silencioso, no intuito de observar, fiscalizar e controlar; a sanção normalizadora, uma micropenalidade que buscaria punir desvios às regras e “normalizar” o indivíduo, e o exame: combinação dos dois elementos anteriores, vigilância que permite classificar, qualificar e punir.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1999, p. 165-166).

No âmbito da cooperativa, a atual equipe de administração acompanha o desenvolvimento dos trabalhadores e afirma que, ao longo dos anos, eles têm passado a se adequar melhor ao regime de trabalho exigido nos contratos com a MRN. Isso faz supor que o processo civilizatório esteja logrando resultados, ainda que haja percalços no disciplinamento de sujeitos, que até poucas décadas atrás praticavam atividades tradicionais, para a assunção de funções tipificadas no sistema de produção capitalista.

De acordo com a técnica de segurança do trabalho da Coopermoura, os cooperados atualmente estão mais adaptados ao regulamento, sobretudo no que

concerne ao uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI). Ela relata que era comum a perda de capacetes e outros equipamentos, entretanto a partir da conscientização e da adoção de penalidades: “perdeu, pagou”, a situação teria se resolvido.

Quando foi criada a cooperativa, tivemos muito problema com isso, com mão de obra, atendimento, cumprimento de horário, aí eu ficava preocupado porque nós temos que nos adequar ao mercado senão acaba perdendo. (...) Já teve conflito pelo cooperado achar que, como ele é o dono, ele deve fazer o que bem entende só que o procedimento não é assim, a gente tá no mercado de trabalho, tem que seguir toda a legislação, todo o processo, se a cooperativa não tiver de acordo com a legislação ela acaba não se enquadrando. Por ser da comunidade do Moura e por eu ser do Moura eu acho que eu posso fazer aquilo que eu quero fazer, e não é bem assim...(Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

Um dos fatores que podem se associar a essas dificuldades de adequação às normas é a baixa qualificação dos cooperados, o que também prejudicaria os ocupantes de cargos de direção, onde a carência do conhecimento técnico-organizacional para a escolha de um corpo técnico adequado à autogestão implica em mais um desafio à consolidação da cooperativa (TAUILE E DEBACO, 2002). As dificuldades elencadas refletem o perfil da força de trabalho da cooperativa, que se constitui por moradores das comunidades do Moura e seu entorno, em sua maioria, pessoas com poucas oportunidades de estudo e crescidas em um contexto de trabalho voltado para a informalidade e subsistência.

Observou-se, até aqui, os fatores que impulsionaram a necessidade dos moradores da comunidade do Moura a gradativamente abandonarem algumas de suas práticas de trabalho tradicional e buscarem novas formas de trabalho remunerado através da Coopermoura. Analisou-se o contexto de criação da cooperativa e as limitantes impostas por sua própria natureza jurídica, pelos tipos de contratos disponíveis e a qualificação da sua mão de obra. Nos próximos capítulos serão aprofundadas de que forma a dinâmica de prestação de serviços para a cooperativa vem modificando o dia a dia de suas cooperadas e as implicações dessas alterações na comunidade do Moura.

## CAPÍTULO III - O TRABALHO FEMININO NA COOPERATIVA

### 3.1. Perfil dos Cooperados e o Trabalho Feminino

A Coopermoura tem atualmente 267 associados. Apesar dos cooperados, em sua maioria, serem naturais da própria comunidade<sup>37</sup>, a cooperativa já contratou, em caráter fixo ou temporário, moradores de comunidades próximas, quilombolas ou não, como o Batata, Ajudante, Boa Vista, Último Quilombo, Nova Esperança, Palhal, Juquiri, Juquirizinho, Curuçá, Jamari, Mãe Cué, Sagrado, Tapagem e Abuí. Além disso, já prestaram serviços através dela moradores das cidades de Oriximiná e Terra Santa.

Há homens e mulheres em seu quadro de associados, no entanto, devido à natureza dos serviços oferecidos são os homens que ocupam a maior parte dos postos de trabalho. A baixa oferta de vagas para as mulheres desestimula a associação das mesmas, o que se reflete nos números: dentre os 267 sócios, apenas 28 são mulheres, ou seja, pouco mais de 10,5% dos associados. Já em relação à força de trabalho atuante, dentre os 102 trabalhadores temporários e permanentes<sup>38</sup>, apenas 13 mulheres exerciam atividades por intermédio da cooperativa na ocasião da pesquisa.

Em relação à faixa etária dos associados, a média de idade geral é de 35,5 anos. Entre as mulheres associadas a idade média é de 34 anos, entretanto, entre as que estavam de fato em exercício em outubro de 2017, a média de idade era de 31 anos, sendo a mais jovem de 20 anos, enquanto que a mais velha tinha 40 anos. Já em relação aos homens, a média de idade entre os prestadores de serviço em atividade é de 35,8 anos, tendo os mais jovens 20 anos, e havendo três trabalhadores na faixa dos 60 anos.

Tabela 3. Faixa Etária dos Cooperados em Out/2017

Faixa Etária	Cooperados		Cooperados em Exercício	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
20 – 30	10	75	4	30
31 – 40	13	52	9	37
41 – 50	5	33	0	15
51 – 60	0	23	0	7

<sup>37</sup> A informação é um consenso entre cooperados, presidência e comunitários do Moura, entretanto, não há nos registros da cooperativa o controle da procedência de cada associado, não sendo possível identificar com exatidão o número de cooperados naturais do Moura.

<sup>38</sup> Os serviços prestados para a cooperativa podem ser temporários – que compreendem ações pontuais e contratos específicos, com somente algumas semanas ou meses de duração –, ou permanentes.

61 – 70	0	2	0	0
Médias de Idade	34	35,3	31	35,8

Fonte: Coopermoura, 2017 (adaptado).

Constata-se que a mão de obra do gênero masculino abarca um espectro de indivíduos em faixas etárias mais amplas, tanto em relação ao número de associados, quanto em relação aos postos de trabalho efetivamente ocupados na cooperativa. Há 21 trabalhadores homens nas faixas entre 41 e 60 anos, enquanto que nenhuma mulher em exercício está compreendida nesse intervalo, não havendo nenhuma cooperada ocupante de postos de trabalho acima dos 40 anos. A média de idade dos associados do gênero masculino encontra-se acima da média de idade geral entre os associados homens e mulheres (35,5 anos), sendo a mão de obra feminina efetivamente prestadora de serviço, a mais jovem da cooperativa, 31 anos, quatro a menos da média geral.

Em relação à menor associação de mulheres e ao baixo número de serviços prestados por elas, alguns fatores podem ser apontados como principais motivadores. Um dos principais seria o ciúme dos cônjuges, que, sob a justificativa de a cooperativa ser um ambiente predominantemente masculino, criam entraves para que suas companheiras se associem ou disputem uma vaga. O ciúme também é identificado como um dos maiores motivadores para que mulheres abandonem o trabalho na cooperativa, conforme narra uma associada:

Já aconteceu muito caso, até mesmo aqui no setor que a gente trabalha, de mulher vir trabalhar pra cá e o marido ficar com ciúme em casa, aí fica aquela briga deles... até a menina saiu daí, o marido dela brigava muito com ela, dizendo que ela vinha pra cá e ficava dentro do quarto com peão, ela contava que ele cismava e dizia pra ela... aí foi que eles se deixaram...aí voltaram e ela decidiu parar de trabalhar, porque ele tinha muito ciúme dela, aí ela parou de trabalhar (Entrevista com cooperadas. Novembro de 2017).

O ciúme dos cônjuges em relação ao trabalho feminino se explicaria, segundo Fischer (2000), a partir da crise da autoridade masculina dentro do núcleo familiar, que passa a ser redefinida a partir do trabalho remunerado feminino e sua contribuição no orçamento doméstico, assim como das novas relações sociais estabelecidas pelas mulheres em seu ambiente de trabalho. De acordo com a autora, a oportunidade de

comunicação com colegas de trabalho permite a identificação de problemas familiares comuns, o que despertaria a consciência, e possíveis questionamentos, para questões relativas aos filhos e cônjuges. As novas relações auxiliam também na perda da inibição e timidez imputada a essas mulheres pela criação patriarcal, possibilitando novos laços sociais, normalmente vistos como uma ameaça à estabilidade conjugal.

Os cônjuges têm visões diferentes da participação da mulher nesse mercado. Por um lado, ela entende a sua saída de casa como um sacrifício, uma vez que deve realizar a dupla jornada. Por outro lado, alguns maridos insinuam que a participação da mulher no trabalho remunerado incita-a à vagabundagem e a aventuras amorosas. Daí o conflito que resulta em agressões, depreciação moral e insultos contra a mulher. O fato de as mulheres saírem do isolamento do lar e juntarem-se aos trabalhadores de ambos os sexos favorece a escolha de um novo companheiro, e conseqüentemente a separação, caso o relacionamento conjugal não esteja satisfatório. Isso desperta o ciúme nos maridos, que não aceitam a suposta perda do controle sobre a mulher dentro de casa. A “perda” dessa autoridade sobre a esposa leva o marido a vivenciar a chamada desonra masculina. Muitos deles consideram a entrada da mulher no mercado de trabalho como um caminho para o adultério (FISCHER, 2000, p. 11).

Outro ponto identificado em entrevistas é o caráter dos cargos ofertados às mulheres, ainda mais restrito do que para os homens, limitando-se majoritariamente a atividades de zeladoria de alojamentos, de viveiros e de instalações em Porto Trombetas. Foram identificadas apenas três mulheres que participaram de atividades relativas ao acompanhamento de pesquisadores em campo na ocasião do EIA, todas em regime temporário. Um dos motivos seria a natureza dos contratos firmados com a MRN:

Temos mais cooperados homens, porque pra nós a cooperativa tem espaço pouco de prestação de serviço, a MRN classificou dentro do projeto, eles criaram uma sigla, GHI, GSA, pra cada sigla tem um setor que eu posso prestar serviço. O setor maior que eles têm é o GHI, que mexe com infraestrutura e esse contrato ficou a maior parte com a Cooperboa, que tem um número de mulheres muito maior, que mexem lá com parte de limpeza. A nossa [cooperativa] tá mais na parte de monitoramento da mineração, parte mais braçal que vai pra campo olhar as áreas onde vai fazer extração ou já extraiu, é o acompanhamento do processo da bauxita. Tem mais homem. Tem algumas áreas que a gente coloca as mulheres lá dentro, no trabalho do EIA nós colocamos meninas lá que acompanharam o processo (...) acompanharam a pesquisa. Mas ainda é mais limpeza, mais essa parte...e pros homens mais braçal, de operação (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

Constata-se que em ambas as cooperativas locais o trabalho desempenhado pelas mulheres, essencialmente de limpeza, não é socialmente atribuído ao homem, não constituindo assim uma ameaça aos trabalhadores do sexo masculino. A feminilidade é associada ao trabalho mais leve, limpo, que exige minúcia, enquanto que o trabalho pesado, realizado em ambientes inóspitos, que requerem força e determinação é associado aos homens (HIRATA, 2002). Deste modo, a presença das mulheres na cooperativa, por mais que não seja totalmente aceita pelos respectivos cônjuges, é bem vista pelos demais trabalhadores na medida em que a elas são designadas tarefas entendidas como melhor executadas pelo sexo feminino, em postos de trabalho pouco desejados pelos associados homens.

Segundo as cooperadas entrevistadas, os serviços destacam-se pelo baixo nível técnico e salarial. Dentre as atividades predominantemente masculinas identificam-se serviços de transporte de carga, manutenção e operação de máquinas, trabalho nas minas de exploração de bauxita e apoio a pesquisas, em geral como mateiros no auxílio a pesquisadores. Além dos serviços prestados em Porto Trombetas, a cooperativa também realiza serviços nas comunidades mais próximas, geralmente atividades de limpeza de terreno e construções (barracões, cozinhas comunitárias) nos centros comunitários.

Tabela 4. Triagem dos cargos exercidos na Coopermoura em Out/2017

Função	Temporário	Permanente	Total
Ajudante de Serviços Gerais	1	0	1
Assistente Administrativo	0	1	1
Auxiliar de Serviços Gerais	57	13	70
Auxiliar de Via Permanente	10	4	14
Coordenador de Campo	0	2	2
Diretor Financeiro	0	1	1
Operador de Máquina Lateral	2	0	2
Operador de Equipamento Móvel	0	1	1
Operador de Roçadeira	0	1	1
Motorista	7	0	7
Presidente	0	1	1
Técnico (a) de Segurança do Trabalho	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>25</b>	<b>102</b>

Fonte: Coopermoura, 2017 (adaptado).

Conforme se constata, há o predomínio dos trabalhos de natureza temporária, onde o cargo de maior incidência, Auxiliar de Serviços Gerais, não requer qualificação por parte dos cooperados. Atualmente a maior quantidade de cooperados em serviço atua na Gerência de Serviços Ambientais (GSA), setor da MRN que trata de meio ambiente, onde monitoram e acompanham a área de extração da bauxita. De acordo com o relatório de triagem da Coopermoura de outubro de 2017, dos 102 cargos disponíveis, 60 referiam-se ao setor: 07 na função de motorista, 01 ajudante de serviços gerais e os 52 restantes, auxiliar de serviços gerais.

Em entrevista, uma cooperada relata que dentro do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, apenas mulheres exercem as atividades relativas à zeladoria. Apesar de a cooperativa ter a liberdade de designar homens ou mulheres para os cargos – desde que atendam à qualificação, se exigida –, é praxe delegarem as atividades de limpeza para as mulheres, conforme informa a técnica de segurança do trabalho, quando questionada a respeito da escolha para as vagas: “A cooperativa escolhe, até porque a gente vai por... zeladoria tem mais a ver com mulher, é a visão né... pra onde vamos colocar a mulher” (Entrevista com cooperada. Julho de 2017).

Esta diferenciação entre atividades tipicamente masculinas e femininas indica uma divisão sexual do trabalho que estende e muita vez condiciona o mercado de trabalho feminino às características da esfera doméstica e reprodutiva. Conforme pontua Quirino (2015, p. 05), “a extensão do trabalho doméstico e a qualificação feminina para o trabalho, definida historicamente pelos talentos e aptidões naturais, estão sendo transferidas para o trabalho produtivo”. Nesse sentido, os cargos ofertados às cooperadas em predominância se associam ao trabalho doméstico, no que concerne ao cuidado, às atividades de limpeza e maior zelo. Para os homens da cooperativa, direcionam-se atividades de maior valor social agregado dentro do escopo de serviços disponíveis.

O capital tem sabido também se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. (...) O capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (ANTUNES, 2000, p. 110).

A divisão sexual do trabalho, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), decorre das relações sociais historicamente construídas entre os sexos, sendo inclusive o fator primordial para a sobrevivência dessa relação, que designa majoritariamente os homens para as esferas produtivas e de maior valor social agregado (políticos, militares, religiosos) enquanto que as mulheres dedicam-se majoritariamente ao campo reprodutivo no espaço doméstico. Ainda, segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho, fundamentada na esfera biológica e, portanto, naturalizada no discurso da superioridade da força masculina, pauta-se nos princípios da separação e da hierarquização: “trabalho de mulheres”, que compreende o trabalho doméstico e “trabalho de homens”, que estabelece maior valor social ao trabalho masculino.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018) no estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, em 2016 as mulheres ocupavam apenas 39,1% dos cargos gerenciais no Brasil. Já na esfera política o número é ainda menor, apenas 11,3% das cadeiras ocupadas na Câmara dos deputados e no Senado Federal em 2017. Em relação aos rendimentos, os números apontam para uma maior valorização do trabalho masculino, que se reflete na remuneração: as mulheres brasileiras recebem em média R\$ 1.764,00 mensais, enquanto que a média de rendimento masculina é de R\$ 2.306,00.

Apesar das transformações do mundo moderno, ainda hoje destinam-se as mulheres sobretudo as atividades reprodutivas, como os cuidados com a casa e a família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor desse grupo. Estas condições diferenciadas por gênero são apropriadas pelo mercado de trabalho, determinam que homens e mulheres ocupem nele lugares diferentes e hierarquicamente determinados e favorecem a ocorrência de mecanismos discriminadores em relação às mulheres, que se expressam tanto no acesso ao trabalho, quanto na posição ocupada e na qualidade do trabalho realizado (BRUSCHINI, 1996, p.540).

Diversos estudos apontam a predominância da mão de obra masculina em atividades de concepção ou capital intensivo (operação de maquinário), enquanto o trabalho feminino é mais frequente e restrito às áreas rotinizadas, que requerem menor qualificação. Assim, o trabalho manual repetitivo é atribuído às mulheres, enquanto o que demanda maior conhecimento técnico é atribuído aos homens (ANTUNES, 2000). Esta divisão sexual do trabalho pode ser observada tanto em unidades que exigem maior

conhecimento técnico-científico quanto no âmbito de serviços menos especializados, como os oferecidos em contrato para a cooperativa.

Tabela 5. Triagem dos cargos exercidos por mulheres em Out/2017

Função	Temporário	Permanente	Total
Ajudante de Serviços Gerais	0	0	0
Assistente Administrativo	0	1	1
Auxiliar de Serviços Gerais	5	6	11
Auxiliar de Via Permanente	0	0	0
Coordenador de Campo	0	0	0
Diretor Financeiro	0	0	0
Operador de Máquina Lateral	0	0	0
Operador de Equipamento Móvel	0	0	0
Operador de Roçadeira	0	0	0
Motorista	0	0	0
Presidente	0	0	0
Técnico (a) de Segurança do Trabalho	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>13</b>

Fonte: Coopermoura, 2017 (adaptado).

Observa-se que, dentro do escopo de atividades da Coopermoura, apenas duas mulheres exercem funções distintas da de Auxiliar de Serviços Gerais: a técnica de segurança do trabalho e a assistente administrativa. Conforme as entrevistadas, esses dois cargos não dizem respeito aos cooperados, são empregadas com carteira assinada devido ao caráter dos serviços prestados. A assistente administrativa foi contratada a partir da crescente demanda de organização da cooperativa. Entretanto a funcionária não nasceu nem reside no Moura nem no entorno; pressupõe-se, assim, a ausência de mão-de-obra qualificada para o cargo dentre as comunitárias.

Já a Técnica de Segurança do Trabalho é nativa do Moura e ocupou outros cargos dentro da cooperativa. A capacitação para o cargo ocupado em 2017 foi promovida pela MRN, que ofereceu bolsa e estágio para a cooperada. O atual presidente afirma que, sempre que possível, busca designar mulheres para outras atividades, a exemplo do acompanhamento de pesquisadores na ocasião do EIA<sup>39</sup>, no entanto, essa situação foi uma exceção dentro dos contratos vigentes.

<sup>39</sup> O entrevistado refere-se ao Estudo do Impacto Ambiental realizado em 2016, referente ao licenciamento ambiental do Projeto Zona Central e Oeste.

As auxiliares de serviços gerais queixam-se da natureza do serviço, que consideram repetitivo e cansativo. Dentre as dez entrevistadas, oito exercem a mesma função de zeladoria desde a entrada na cooperativa<sup>40</sup>, sendo responsáveis pela limpeza de alojamentos e oficinas. Uma trabalha no horto em uma equipe de homens, e exerce função diferente, o trabalho consiste em acompanhar os trabalhadores no horto fazendo anotações e marcando pontos no GPS, mas frequentemente é solicitada, conforme a demanda, e desloca-se para atividades de zeladoria. Já a outra cooperada exerce a função de cozinheira para os trabalhadores de outra cooperativa de trabalho local, a Coopbarcos.

Figura 16. Auxiliar de Serviços Gerais realiza limpeza no Casema



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Figura 15. Técnica de segurança do trabalho na sede da Coopermoura



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Figura 17. Auxiliar de serviços gerais na sede da Coopbarcos



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

<sup>40</sup> Dentre as entrevistadas, todas prestam serviços intermitentemente desde sua associação, em intervalos de tempo que variam de treze anos a um ano.

Todas as entrevistadas aspiram a novos cargos: os cargos do escritório, de motorista e jardinagem. Afirmam, entretanto, que raramente há vagas para esses cargos e lhes falta qualificação para acessá-los. Entre outros motivos, a baixa qualificação profissional das mulheres está relacionada à predileção em investir a renda familiar na capacitação do homem, conforme narra uma cooperada: “no momento eu pretendo ter a oportunidade, ter a oportunidade eu tenho, mas ou é eu, ou o meu marido ainda, eu dei a oportunidade mais pra ele... ser motorista, agora quando ele terminar eu vou tirar a carteira e fazer a minha” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017). Em relação à formação, 50% das entrevistadas tiveram acesso a curso de informática, 20% fizeram auto-escola, 90% afirmou ter cursado ao menos uma etapa do Ensino Médio, através do EJA<sup>41</sup>.

### **3.2. A Rotina das Cooperadas**

O dia a dia das cooperadas apresenta-se mais complexo e cansativo do que inicialmente supunha no início da pesquisa. 90% das entrevistadas trabalham em Porto Trombetas de segunda a sexta, das 07:00 às 17:18, sendo que o deslocamento da comunidade até o local leva de 30 minutos a uma hora de rabetá. A auxiliar que exerce função de cozinheira trabalha de segunda a sábado na sede da Coopbarcos (em flutuante próximo à sede da Coopermoura, com acesso fluvial), das 07:00 às 16:30. O trajeto varia de acordo com o período do ano e o local de moradia das trabalhadoras. Durante as cheias do rio com o surgimento de atalhos, o deslocamento por via fluvial é facilitado.

Todas possuem cônjuges ou parentes na Coopermoura e apenas duas afirmam ter embarcação própria para deslocamento. Assim, 80% das entrevistadas dispõem de apenas uma embarcação no núcleo familiar, ou têm necessidade de economia de combustível, o que significa que seus horários e deslocamentos são organizados de acordo com os horários de trabalho dos homens (cônjuges ou parentes). O fator agravante é que a natureza do trabalho masculino – nas minas ou em monitoramento na área de extração da bauxita –, requer que os mesmos entrem e saiam de Porto Trombetas em horários distintos dos delas. Quando questionadas a respeito das

---

<sup>41</sup> O EJA (Educação de Jovens e Adultos) é um programa do governo federal gerido pelo Ministério da Educação que visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar.

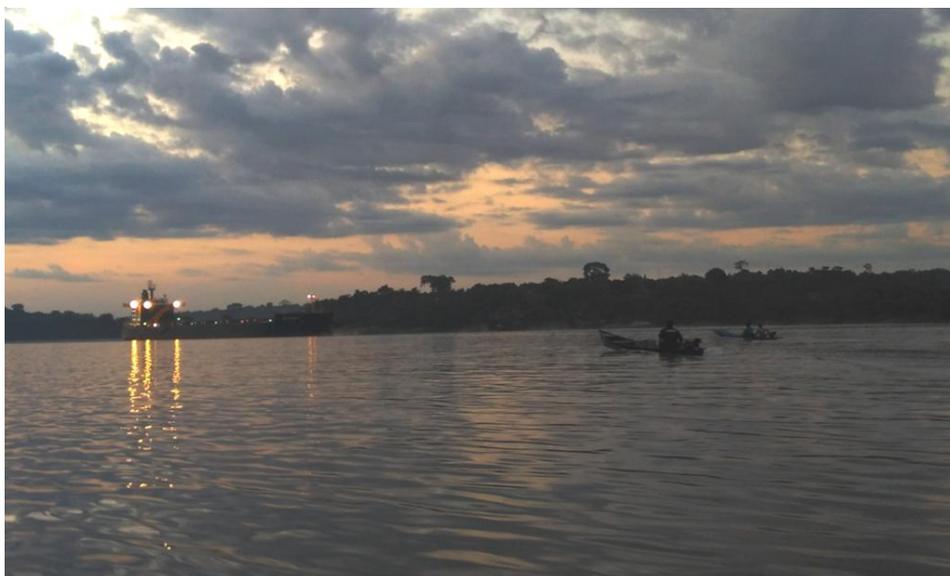
dificuldades enfrentadas na rotina desde que começaram a trabalhar, as cooperadas informaram que a maior delas foi passar a acordar de madrugada:

A gente acorda às vezes 2:00 horas pra ter que vir [do Moura para Porto Trombetas], às vezes 4:30, pega chuva, tem que enfrentar tudo (...). Eles [os homens] que fazem a gente acordar cedo, às vezes eles pegam 4:00, 5:00 da manhã, tem gente que pega 2:00 horas...aí a gente tem que acompanhar porque não tem com quem vir de lá [do Moura].

Até 2:00 horas da manhã eu já cheguei aqui [em Porto Trombetas], por causa do meu irmão, que ele subia [para a mata] 2:30, tinha que chegar aqui mais cedo por causa dele, aí só tem um rabeta, tem que vir nesse horário mesmo pra não perder o dia.

Tem vezes que eles chegam mais cedo e vão embora [para casa mais cedo], e a gente fica andando atrás de carona por aí [em Porto Trombetas] pra voltar [para o Moura] (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Figura 18. Cooperados chegam a Porto Trombetas ainda de madrugada



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

De acordo com Sarti (1996), nas famílias de baixa renda o trabalho remunerado feminino é comum e motivado pela lógica das obrigações familiares, mesmo que secundário no orçamento doméstico. Assim, apesar de trabalharem fora, não subvertem a autoridade masculina dentro do patriarcado no qual comumente se inserem, podendo essa autoridade ser estendida a outros homens da rede familiar. Das entrevistadas, 80% se adequavam aos horários de trabalho dos homens, e apenas o marido de uma a

aguardava terminar o trabalho antes de retornar para a comunidade com a canoa da família.

Em geral, incumbe-se às mulheres a conciliação entre a vida familiar e a profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nesse sentido, apesar de alguma autonomia advinda do próprio trabalho, são as cooperadas quem normalmente se submetem e têm que adaptar-se à rotina de trabalho masculina, coordenando seu tempo também com as demandas familiares:

Até se o filho da gente tá doente, que a gente não vir trabalhar, já leva falta porque às vezes não entendem. Outro dia meu filho passou muito mal numa sexta feira, daí mandei recado...foi falado aqui, e foi onde eu levei falta porque eu não vim... mas eu disse que não levei porque eu quis, porque meu filho tava doente, não vou deixar ele doente lá por trabalho. Trabalho todo tempo tem, mas a vida dele só é uma (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Segundo Hirata (2002), as mulheres atuam em um *continuum*, alternando-se entre as atividades produtivas e reprodutivas<sup>42</sup>, dividindo-se entre o espaço público e privado sem descanso. São elas também quem geralmente necessitam optar entre uma atividade e outra, quando não é possível conciliá-las. Assim, quando os filhos adoecem ou é necessário ir à cidade durante a semana, é a cooperada quem costuma perder o dia de trabalho. O tempo para o cuidado de pessoas que não podem se cuidar sozinhas e para tarefas como alimentação, abrigo e aconchego, não é percebido como parte da organização social do tempo de trabalho, sendo subtraído da vida das mulheres como parte de suas atribuições femininas. Desta forma, as tarefas de reprodução são entendidas enquanto desprovidas de valor social, são orgânicas, condições naturais e intrinsecamente femininas. Institui-se assim uma dupla jornada às mulheres assalariadas (ÁVILA, 2004).

De acordo com o IBGE (2018), as mulheres no país dedicaram aos cuidados de terceiros e ao trabalho doméstico em 2016 cerca de 73% a mais de horas semanais do que os homens (18,1 horas e 10,5 horas, respectivamente). As mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam, especificamente na região norte o número chega a 18,6 horas semanais, acima da média nacional e da média das mulheres brancas da mesma

---

<sup>42</sup> As atividades reprodutivas são aqui entendidas enquanto aquelas necessárias para o processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, as quais tem como base material de sustentação, o trabalho doméstico (ÁVILA, 2004).

região (17,7 horas). De maneira geral, o estudo mostra também que esse indicador tem uma variação muito baixa em relação aos homens quando se considera a raça e região: no norte homens brancos dedicam 10,4 horas semanais, e pretos e pardos, 10,6 horas, muito próximos da média nacional de 10,5 horas. O comportamento masculino uniforme entre as diferentes raças e regiões do país sugere que a identidade masculina segue se reproduzindo pela distância que os homens mantêm em relação à esfera doméstica (SORJ, 2014).

Somente uma das entrevistadas não possui filhos, sendo também a única que declarou que há algum grau de divisão de tarefas com o companheiro nos cuidados relativos ao lar, apesar de 60% das mulheres ouvidas se declararem casadas ou amigadas: “A gente se ajuda, tem que ajudar. Mas a maioria das vezes eu que faço a janta, e as roupas eu lavo tudo na mão. A casa nós dois limpamos. Mas ainda trabalho um pouco mais que ele” (Entrevista com cooperadas. Novembro de 2017).

A naturalização do termo “ajuda” para a caracterização do trabalho doméstico desempenhado pelos homens indica que o mesmo não possui o peso da obrigatoriedade, como o atribuído às mulheres. Para Sorj (2010, p. 57), no país vigora o regime familiar que responsabiliza as mulheres pobres por todo o trabalho reprodutivo, realizado sempre na esfera privada: “as desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família”.

Embora o fardo do trabalho reprodutivo recaia sobre todas as mulheres, sem divisão de classe, as mulheres de classes mais altas dispõem de maior acesso ao planejamento familiar, tendo menos filhos, além de terem recursos para o investimento em eletrodomésticos e para a contratação de profissionais, delegando parte do trabalho e cuidado dos filhos. Já para os homens de classes sociais distintas, não há grande variação entre as horas dedicadas aos afazeres domésticos. Conclui-se assim que a mercantilização do cuidado possui um claro perfil de gênero e classe social (SORJ, 2010).

São as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à alta tecnologia disponível

para uso doméstico, nem contam com recursos para contratarem outras mulheres. O que se produz nesse caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada (ÁVILA, 2004, p. 9).

Todas as entrevistadas se responsabilizam pelo trabalho doméstico em alguma medida. Apenas uma tem o apoio de uma diarista, que se limita aos cuidados imediatos dos filhos: fazer almoço, lavar a louça e cuidar das crianças durante a semana. Porém, 100% das entrevistadas contam com o auxílio de mulheres do núcleo familiar – mães, irmãs, cunhadas e filhas mais velhas –, tanto para a realização das tarefas domésticas quanto para a supervisão e alimentação dos filhos durante o expediente. Segundo Sarti (1994), as famílias mais pobres não se constituem em núcleos, e sim em redes com ramificações em todo o parentesco, compondo uma trama de obrigações morais que dão a sustentação básica e viabilizam sua existência. Assim, em casos de instabilidade econômica, é comum que as crianças passem a ser de responsabilidade de toda a rede de sociabilidade da família (SARTI, 1994).

Apesar da delegação e da troca de favores entre mulheres, a gestão do conjunto do trabalho doméstico e familiar é sempre da competência de quem delega, ou seja, da mulher “dona da casa” (HIRATA; KERGOAT, 2007). Dessa forma, relatam as entrevistadas que, apesar do suporte que recebem durante a semana, são elas as principais responsáveis pela organização das questões relativas ao lar, principalmente a limpeza da casa e a lavagem das roupas de todos os membros da família: “Quando eu vejo que minha filha tá muito atarefada, eu lavo a roupa. Agora todo dia ela lava, mas tem coisa que não deixo mesmo ela fazer, aí me lasco e depois eu me arrependo de não ter deixado ela lavar” (Entrevista com cooperadas. Novembro 2017).

As atividades consideradas menos onerosas, como lavar louça, geralmente acumulam-se e costumam ser realizadas após o expediente. Já as atividades que solicitam mais tempo são realizadas em etapas, ou distribuídas ao longo dos dias: “Terça feira eu só dormi era umas 23:00, pra bater roupa... pra deixar e depois só espremer”. Outras cooperadas narram como utilizam os sábados e domingos: “É o tempo de arrumar... lavar roupa, arrumar a casa. Quando vai lavar a roupa, não é pouquinho não” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Figura 19. Após o expediente, cooperada leva a louça para lavar no igarapé do Moura



Fonte: Arquivo pessoal (2017).

Um trabalho considerado sem valor leva a uma situação onde o tempo empregado na sua realização não é medido, não é visível. Para as mulheres a questão do tempo sempre se colocou como algo fora de seu controle, Por tradição, o tempo do trabalho doméstico é elástico, sem limites, sem valor, parte da existência das mulheres. Para as mulheres trabalhadoras as tarefas domésticas se estendem, pelo menos enquanto preocupação, para seu espaço na esfera produtiva. Um trabalho se realiza sem que a preocupação com o outro desapareça (...) (ÁVILA, 2004, p. 8-9).

Um dos fatores mais citados pelas entrevistadas, e que corrobora o argumento de Ávila (2004) da constante preocupação com as responsabilidades domésticas, é relativo aos cuidados com as crianças. Apesar de todas afirmarem, em alguma medida, terem auxílio para a supervisão dos filhos, foram unânimes em apontar o receio de acidentes, principalmente de afogamento no rio e queimaduras no fogão. Destaca-se abaixo na fala da cooperada a preocupação maior com a filha mais nova, com quem teve menor convivência e, conseqüentemente, menos tempo de educá-la, devido ao seu regime de trabalho na cooperativa:

Não tem condição de ficar tranquila né, porque uma criança, a gente se preocupa, até o almoço dela eu já deixo pra minha cunhada fazer porque tenho medo dela utilizar o fogão, mas é o jeito, a gente tem que trabalhar pra no final do mês ter uma renda pra ajudar.

Tranquila a gente diz entre aspas... a preocupação consta (...) aí tem aquele risco de brincar na água, brincar na canoa, e essas coisas assim.

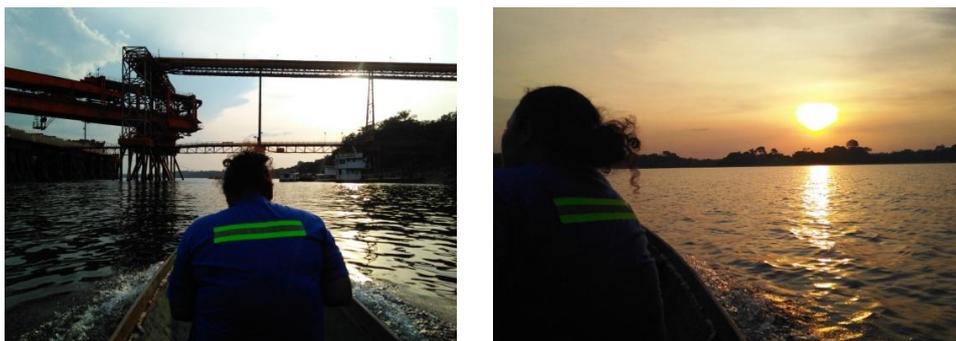
A gente na verdade não confia em ninguém porque a gente sai, fica sozinha (...) mas tenho mais [medo] do fogão, a menor foi a que menos teve desde pequena eu ensinando as coisas...aí é isso que eu tenho medo, ela mexer no fogão e se queimar (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Esta outra entrevista, feita para o Estudo do Componente Quilombola (STCP, 2017), reflete a sobrecarga de trabalho e a inquietude da mulher que transita entre as esferas produtivas e reprodutivas:

É complicado porque tem que trabalhar lá e, depois, chegar em casa e trabalhar em casa. É um pouco difícil para a gente que tem casa, tem filho. Porque a gente chega de lá já preocupada em fazer trabalho em casa, cuidar de filho. A gente trabalha oito horas por dia. Não dá muito tempo de ser mãe, porque a gente deixa o filho em casa, não sabe o que está acontecendo. É uma preocupação. A gente se preocupa com filho em casa, com o trabalho (Entrevista com moradores do Moura no âmbito do ECQ. Dezembro de 2016).

Em relação aos filhos, além do receio de acidentes, as mulheres relatam dificuldades em acompanhar a rotina das crianças. A permanência em casa e atenção aos filhos depende dos horários de trabalho (doméstico e assalariado) da mulher, do homem e do período do ano, já que o tempo de viagem até Porto Trombetas é relacionado à navegabilidade do rio, conforme esclarecem: “No tempo no verão tem muitos que quando saem pra trabalhar tá noite, o filho tá dormindo, quando volta, é verão... tem que rodar lá a boca do lago, quando chega em casa já tá dormindo”. Diversas falas nesse sentido surgiram ao longo das entrevistas: “Só a mãe que vê o filho, o filho não vê a mãe”, “Muitas vezes ele nem me vê no dia, quando eu chego, ele já tá dormindo” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Figura 20. Em sequência: Saída de Porto Trombetas após o expediente e chegada ao Lago do Moura, quase ao anoitecer



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Naturalmente, estas ausências também são sentidas pelas crianças, que segundo as entrevistadas, queixam-se da permanência da mãe por longos períodos fora de casa “trabalhando”. As falas abaixo reforçam como o trabalho doméstico, ao ser exercido no âmbito familiar, próximo dos filhos, e muitas das vezes, em conjunto com eles, não são valorados enquanto trabalho: é considerado enquanto parte da “essência da mulher”, parte de “ser mãe”:

Eu sei que o meu reclama: “a mamãe passa o dia inteiro fora de casa, trabalhando”.

Tem vezes que ela reclama, ela pede: “Mamãe, pares de trabalhar”. Às vezes fica só ela, ainda mais agora que ela tá de férias, fica só ela... já fui até buscar uma sobrinha minha pra fazer companhia com ela lá em casa pra não ficar só (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Na impossibilidade de serem exercidos integralmente pela mãe, os “papéis femininos” são rotineiramente deslocados para outras mulheres da rede familiar (SARTI, 1994). Observa-se a prática comum de transferência de responsabilidades das mães para as filhas mais velhas, que durante sua ausência, se encarregam de cuidar dos irmãos mais novos, auxiliar na limpeza da casa e até cozinhar. Todas as entrevistadas que possuem mais de um filho, afirmaram delegar à filha mais velha algum tipo de cuidado. Nesse aspecto foram relatados conflitos entre irmãos quando a autoridade da mãe é transferida às filhas, uma vez que, no tocante aos filhos, as mães estão em posição de poder, sobretudo em relação à apresentação de *status* – aparência física limpa e comportamento moral – a terceiros (COLLINS, 2015).

Quando eles vão estudar eles falam “mamãe não dá pra senhora arrumar nós pra ir pra escola?”. Quem faz é a irmã dele, e sempre é assim, não se dá com a irmã. Eles não gostam de tomar banho cedo e ela obriga eles a tomar (...) E eu gosto de amarrar o cabelinho d’uma, e ela fala “ninguém sabe amarrar meu cabelinho como a senhora” (Entrevista com cooperadas. Novembro de 2017).

### **3.3. Salário, o Maior Benefício**

Para caracterizar a adesão à cooperativa, grande parte das entrevistadas utilizou a palavra “sobrevivência”, o que indica o caráter essencial que a Cooper Moura tem exercido dentre as opções de renda na comunidade do Moura. Nesse sentido, a

remuneração fixa mensal é citada por 100% das entrevistadas como o principal motivo para associação à cooperativa e o maior benefício trazido por ela, apesar de avaliarem, em uníssono, que a remuneração é muito baixa.

Conforme contrato firmado junto à MRN em 2017, a diária para o cargo de auxiliar de serviços gerais é de R\$ 69,74, a mais baixa dentre os serviços prestados, que chegam a R\$ 172,00. Segundo o gestor financeiro da Coopermoura, após os devidos descontos o valor da diária de auxiliar cai para R\$ 32,00, o que rende por mês até R\$ 704,00<sup>43</sup> para cada cooperada prestadora de serviço.

Tabela 6. Detalhamento de Serviços e Diárias em contrato vigente em 2017

Serviços	Nº diárias	Preço unitário	Total
Zeladoria e demais serviços de campo	24.818	69,74	1.730.807,32
Operador de roçadeira	283	86,35	24.437,05
Operador de roçadeira c/equipamento	629	172,70	108.628,30
Operador de motosserra	725	90,05	65.286,25
Auxiliar de via permanente	5.040	86,35	435.204,00
Motorista	350	90,05	31.517,50
Operador de equipamento móvel de roçagem	150	90,05	13.507,50
<b>TOTAL</b>			<b>2.409.387,92</b>

Fonte: Coopermoura, 2017 (adaptado).

Em relação ao uso do salário e à divisão de gastos dentro das famílias, as cooperadas casadas afirmaram dividir igualmente as despesas com os maridos. Duas das entrevistadas são solteiras e mães, uma mora com os pais e complementa a renda em casa, outra, recém-separada utiliza o salário para manter a casa e os gastos não cobertos pela pensão do ex-marido aos filhos. Apesar do exposto, não se percebe o sentimento de vergonha ou desvalorização pela natureza dos serviços prestados; ao contrário, todas apontam o trabalho como uma oportunidade frente à ausência de postos de emprego e qualificação na região.

Ainda neste sentido, entendem como privilégio o fato de terem uma ocupação assalariada, sobretudo considerando o grande número de mulheres cooperadas e não cooperadas que gostariam de exercer alguma atividade remunerada. Ademais, ressaltam a todo o momento a necessidade de se criar mais postos, reafirmando a importância do

<sup>43</sup> Cálculo realizado considerando-se 22 dias trabalhados por mês, a R\$ 32,00 a diária.

trabalho da mulher para o sustento familiar: “Faltam mais vagas pras mulheres. Tem muita mulher que precisa, tem mulher que é cooperada na nossa comunidade que é mãe solteira, tem filhinhos, tem necessidade de estar trabalhando” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

A importância dada à renumeração explica-se pelo fato de as entrevistadas não considerarem o seu trabalho apenas para si, mas para o sustento e estruturação familiar (SARTI, 1996), conforme se explicita recorrentemente em suas falas:

A cooperativa é um meio da gente sobreviver... benefício de dinheiro, muitas vezes a gente precisa, pelo menos eu que tenho um filho, a gente vem trabalhar pra cá pra conseguir dinheiro pra comprar algo pros filhos.

Meu dinheiro eu invisto em alguma coisa entendeu, tipo alguma coisa pra dentro de casa, algum objeto... tem uma filha que tá morando em Manaus, mando dinheiro pra ela, compro as coisas pra mim, compro pros nossos filhos...agora já tenho duas netinhas.

É mais uma renda pra dentro de casa porque nossos filhos estudam, tem que chegar no final do mês e tem as coisas pra comprar, achei uma boa ideia mesmo (...) não penso nem em mim, penso nos meus filhos, eles vão crescendo, tem a cooperativa, já tem como ajudar a gente a pagar um curso pra eles, as crianças a terem uma boa educação, ajudar na comunidade, na educação, na escola (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Segundo Sarti (1996), a disposição feminina para o trabalho difere da masculina ao se vincular ao seu papel dentro da família. Enquanto trabalhadora assalariada, mãe e dona de casa, o que a motiva é saber o que está “faltando dentro de casa”. Assim, ao aceitarem trabalhos de baixa remuneração e considerados cansativos, o fazem em um código moral recortado dentro das diferenças complementares dos gêneros, onde terão a oportunidade de suprir e utilizar o salário em demandas não percebidas ou não priorizadas pelos homens. Neste sentido, identifica-se o emprego do salário em gastos relativos à melhoria da estrutura e conforto familiar, sobretudo para os filhos. Destaca-se também o investimento em eletrodomésticos que visam à diminuição do tempo dedicado às tarefas domésticas, como máquinas de lavar. Apenas a entrevistada que não possui filhos relatou investir o dinheiro da cooperativa em capacitação pessoal: curso de informática, operadora de caixa, autoescola.

Uma das entrevistadas detalhou a separação dos gastos em casa: enquanto que o dinheiro do marido é investido em alimentação e combustível, o dela é integralmente voltado para outras demandas do lar, confundindo-se, na fala, com demandas de uso pessoal:

Compro coisas pra casa, eu dou pra minha mãe quando não to muito aperreada. Tem umas coisas que eu já comprei: fogão, televisão, antena... geladeira não porque não tem luz, cimento pra fazer piso. O salário dele serve pra fazer a compra da casa, tira metade pra fazer a compra e o resto compra gasolina. Já eu não, eu invisto nas minhas coisinhas (Entrevista com cooperadas. Novembro de 2017).

Identificam-se muitos gastos relativos à alimentação, sendo comum a prática de “comprar fiado” em pequenos estabelecimentos na própria comunidade: “Chega final do mês, vê o que tá devendo porque tem muitas vezes que compra fiado mesmo, aí compra fiado e no final do mês tem que pagar... quando é pouca conta aí dá de sobrar um pouquinho” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017). A grande demanda de gastos em alimentação relaciona-se ao processo de monetização do Moura e o abandono de práticas como roçado, caça e pesca, que gradativamente modifica os hábitos alimentares dentro da comunidade, e conseqüentemente, eleva os gastos familiares:

Mudou porque a gente agora trabalha, já tem como comprar aquelas coisas que a gente não tinha como comprar pra comer antes... era só peixe que a gente pescava pra comer, agora tem um dinheirinho já leva um frango, uma carne... legumes e verduras eu compro mesmo porque eu não tenho horta, compro aqui na feira [de Porto Trombetas] (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Conforme se observa na fala dessa e das outras entrevistadas, o aumento do poder aquisitivo é considerado um aspecto positivo no que diz respeito ao acesso a novos gêneros alimentícios ou rancho, como dizem (carne, frango e refrigerante). A aquisição de produtos frescos como pescados, legumes e verduras é realizada no próprio Moura ou em Porto Trombetas, comercializados por alguns moradores da comunidade e do entorno. Segundo as cooperadas, a proximidade com o comércio em Porto Trombetas incentiva novos gastos, no entanto, ele é considerado muito caro para os padrões locais, sendo normalmente utilizado para compras emergenciais.

Mensalmente, a maior parte do rancho é adquirida em supermercados populares no município de Oriximiná, onde também adquirem mobiliários, eletrônicos e eletrodomésticos, o que requer planejamento familiar para os gastos e o tempo dispensado com o deslocamento até a sede municipal. O barco de linha comunitário realiza viagens às sextas-feiras com retorno aos domingos, o que significa que após a semana de trabalho, se quiserem realizar as compras por conta própria, as mulheres devem dedicar ao menos um fim de semana do mês para essa atividade. No intuito de contornar a situação, as cooperadas dispõem de algumas alternativas, não menos onerosas:

No final de semana, na sexta-feira, no barco do Orlandino...manda comprar, manda o dinheiro pra mãe comprar, manda no barco aí recebe aqui...às vezes a gente tira, na segunda ou terça que tem barco ou lancha [de linha comercial] de manhã e a gente vai...só que a gente vai, mas aqui no trabalho pega falta...aí muitas vezes manda o dinheiro pra lá (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Assim, apesar de considerarem como ponto positivo a existência de uma remuneração fixa mensal, que eleva o padrão de consumo e permite o investimento em itens mais caros, as condições de vida em um ambiente rural dificultam o acesso a esses bens. Desta forma, ou se submetem ao comércio da cidade-enclave, ou necessitam investir mais tempo e dinheiro para o deslocamento e permanência em Oriximiná, o que é agravado quando necessitam abrir mão de dias de trabalho para tal. Sendo assim, a remuneração, já considerada baixa, tem destino certo para a quitação de contas e compras fiadas.

Apesar das mudanças sociais e culturais identificadas, é inegável a importância econômica da Coopermoura para a comunidade, inclusive enquanto possibilidade de independência econômica para jovens e mulheres. Todas as entrevistadas afirmaram ter tido sua primeira oportunidade de trabalho remunerado através das cooperativas locais, sendo que 90% delas, na Coopermoura. Dentre as atividades que praticavam antes de começarem a prestar serviços, citaram a pesca para consumo próprio, o roçado e o trabalho doméstico.

Das entrevistadas, 20% afirmaram ter se associado à cooperativa apenas após a separação dos respectivos cônjuges. Do total, 60% se responsabilizam pela maior parte da renda familiar: quatro são solteiras e responsáveis pelo sustento dos filhos e duas

possuem renda maior do que os cônjuges, que prestam serviços ocasionais para a Coopermoura. Assim, gradualmente as trabalhadoras da cooperativa vêm ressignificando sua posição no âmbito familiar e doméstico, encontrando na cooperativa a segurança financeira para o cuidado de si e dos filhos, independente da presença de cônjuges.

Se ele pudesse escolher, eu ficava em casa. Muitas vezes ele já me chamou pra parar de trabalhar, que ele dá conta. Mas eu penso assim né, eu tenho meus gastos, eu gosto de fazer gastos, eu teria vergonha de chegar com ele e pedir “me dá dinheiro porque eu comprei tal coisa”.

Eu coloco o meu trabalho em primeiro lugar, além de Deus né, entre o trabalho e o meu marido, eu preciso viver do meu trabalho, se for pra me separar, se tiver que escolher, eu escolho o meu trabalho. Até porque eu tenho meus filhos (Entrevista com cooperadas. Novembro 2017).

Constata-se, entretanto, que o ingresso das mulheres na vida econômica da comunidade não equilibra ou modifica as atribuições tipicamente masculinas e femininas na esfera doméstica, tampouco exonera suas obrigações no âmbito familiar. O que se observa no cotidiano das cooperadas é a acentuação das desigualdades e a sobrecarga com o trabalho doméstico, que acarretam em cansaço físico e mental, constante preocupação e diminuição da interação e participação da vida em comunidade.

## **CAPÍTULO IV – MOURA E COOPERMOURA, UMA RELAÇÃO AMBIVALENTE**

Os moradores do Moura e do entorno, e não só os trabalhadores da Coopermoura, reconhecem a importância da cooperativa enquanto opção para escoamento da mão-de-obra local e para a organização do trabalho, uma vez que as atividades tradicionais se encontram reguladas e restringidas nos planos de manejo das Unidades de Conservação na região. Ressalta-se que, além da dinâmica imposta pelas UCs no território, os impactos ambientais ocasionados pelas atividades minerárias e a consolidação da cooperativa nos últimos 15 anos, gradualmente têm modificado práticas econômicas, tradicionais, costumes e a própria relação entre os comunitários. Neste sentido, é importante analisar as diferentes frentes de impactos da Coopermoura no dia a dia da comunidade.

A maioria das famílias residentes no Moura possui algum membro prestando serviços fixos ou temporários na cooperativa, implicando em deslocamentos diários para Porto Trombetas e na permanência na cidade-enclave durante longos períodos do dia. Dentre as maiores mudanças que essa condição tem promovido na comunidade, segundo os próprios moradores, está o agravamento de uma situação já atribuída à presença da MRN na região e à proximidade de Porto Trombetas: o gradativo abandono de atividades tradicionais como o roçado, a pesca e a caça, devido à jornada de trabalho dos cooperados e ao processo de monetização dos comunitários. De acordo com os entrevistados, decorrem desse processo reflexos na saúde e nos hábitos alimentares das famílias; o distanciamento das práticas culturais tradicionais, sobretudo por parte das gerações mais novas; e o aumento do consumo de bebidas alcoólicas devido à facilidade de acesso a elas no comércio da cidade-enclave.

Tem muitas coisas que a gente deixa de fazer pra vir pra cá, a pesca reduziu muito na comunidade, porque tinha gente que realmente não tinha condição de manter a família dele sem depender da natureza, a gente depende hoje, mas é mais reduzido, é diferente de como era antes: serrava a madeira, pescava, caçava, tinha que vender. Então com a criação da cooperativa reduziu muito a cultura das comunidades por causa disso, ficou sem tempo de fazer as coisas, foi perdendo o costume, foi ficando mais difícil. Digamos assim, o tempo que eu tinha pra ir pescar, já dividi. Eu já passo a semana aqui e um dia pescando. Antes não, eu vivia o tempo todo pescando, o tempo todo fazendo roça, tirando madeira, porque isso aqui é a cultura nossa, é

assim desde muito tempo (Entrevista com cooperado. Novembro 2017).

O impacto dela aí é social, cultural. A cooperativa dá um impacto muito grande pra nós, porque depois que ela foi criada ela melhorou por um lado o aspecto financeiro das famílias, mas ela trouxe muito conflito pra dentro da comunidade, ela trouxe desentendimento entre as lideranças, conflito financeiro, ela mudou muito a agricultura porque a gente quase não consegue mais fazer roça, mudou toda a rotina. O outro impacto que eu acho que deve ser levado em consideração é a grande quantidade de droga dentro da comunidade, muito álcool, e esse álcool é comprado aí dentro da mineração (Entrevista com moradores do Moura no âmbito do ECQ, 2017).

Apesar de identificarem como negativo o abandono gradativo de atividades tradicionais como o extrativismo, a pesca, a caça e a agricultura, os moradores reconhecem que o trabalho para a Coopermoura trouxe benefícios no tocante à segurança dos comunitários em relação ao exercício de práticas tornadas ilegais após a criação das UCs. Como explicam, antes da criação da cooperativa, os moradores se arriscavam com mais frequência na prática de atividades extrativistas, não apenas para subsistência, mas também motivados pela comercialização ilegal de madeiras, pescados e quelônios — abundantes no entorno do Moura, sobretudo na Rebio Trombetas —. Nesse sentido, declaram: “foi uma ajuda que veio, a cooperativa que veio pra nós pra sair muito do risco, porque muitos ficavam muito tempo no mato, muitas vezes iam pra outra área pescar pra pegar peixe pra tirar sua renda e aí acontecia que muitos eram pegos pelo Ibama” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

O regime de trabalho prestado pelos cooperados em Porto Trombetas independe do tempo da natureza, com o qual comunidades tradicionais geralmente se relacionam intrinsecamente. A obrigatoriedade de cumprimento de carga horária diária modifica a rotina e interfere nas relações comunitárias, observando-se, segundo os moradores, uma tendência maior ao individualismo em detrimento de práticas tidas como coletivas, a exemplo dos mutirões de limpeza (puxiruns) da comunidade, organização e participação nas festas da padroeira e em reuniões comunitárias. Esses fatores são apontados como motivadores de desavenças entre lideranças, uma vez que a cooperativa não tem suprido a expectativa de fomentar formas coletivas de trabalho para a comunidade, priorizando a prestação de serviços individualizados nos espaços de atividade minerária, aumentando a dependência da comunidade em relação à MRN (TRINDADE, 2001).

Por outro lado, entre as mulheres cooperadas, a substituição dos puxiruns por serviços remunerados é apontada como um ponto positivo. Para elas, a prestação de serviços que, antes eram realizados em regime de mutirão, movimenta a cooperativa em prol da comunidade, otimiza o tempo despendido nas atividades e poupa os trabalhadores que, nos fins de semana, necessitam descansar e se dedicar às tarefas domésticas. Ainda, segundo o presidente da Coopermoura, é um dos benefícios que a cooperativa pode oferecer à comunidade:

A gente tinha a cultura de fazer mutirão, agora a cooperativa paga alguém pra limpar... ela tem máquina, tem operador profissional. Isso é uma coisa boa né... pra parte nossa, que chega a semana toda trabalhando pra cá [em Porto Trombetas], quando é dia de sábado ainda tem que ir lá no centro comunitário...eu acho que essa parte foi boa, nossa cooperativa pagar alguém de nós mesmo pra ir limpar (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Tá no estatuto, foi criada a cooperativa pra beneficiar a comunidade (...) a cooperativa tem condição de dar suporte pra algumas pessoas na comunidade, manter o centro da comunidade limpo, porque antes era por mutirão que a comunidade mantinha, hoje não é mais, a cooperativa contrata o cooperado e coloca ele lá com todos os equipamentos pra ele deixar o centro da comunidade limpo (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

Mesmo nas famílias em que só o homem é cooperado, as entrevistadas relatam as relações cotidianas também são afetadas, na medida em que há considerável diminuição da presença do pai no espaço doméstico. Além de as mulheres ficarem sobrecarregadas com atribuições nos cuidados dos filhos, a relação desses últimos com o pai tende a ser prejudicada. Antes da rotinização do trabalho na mineração, os maiores períodos de ausência paterna do âmbito doméstico estavam diretamente relacionados com o calendário sazonal de agricultura e extrativismo na região. Essas atividades, contudo, comportavam a participação de mulheres, jovens e crianças, constituindo oportunidades de socialização e transmissão de conhecimentos aos membros mais jovens das famílias. Agora, o trabalho é condicionado pelos horários de prestação de serviços para a Coopermoura:

A minha família hoje em casa reclama “você fica o tempo todo pra cooperativa, acaba o tempo todo ficando fora de casa, às vezes nem final de semana dá pra ficar”. É uma rotativa muito forte que acabou tirando essa nossa cultura, antes quando não tinha, você ficava mais com a família, hoje não, eu saio 4:30 da manhã e só volto 19:30 da

noite. Fim de semana, alguns acabam trabalhando, às vezes tem emergência aqui dentro do projeto, em que a MRN pede pra cooperativa motorista, é uma rotativa muito forte, as famílias acabam sentido, tanto esposa como os filhos (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

As mulheres — e somente elas — apontam, ainda, uma modificação na rotina atribuída à ausência dos homens cooperados no dia a dia da comunidade: o uso da embarcação da família no deslocamento diário para Porto Trombetas priva os outros familiares de se locomoverem para uma série de atividades até mesmo dentro da comunidade, já que as casas estão dispersas ao longo do lago e igarapés. Observa-se que a maior parte dos núcleos familiares do Moura dispõe de um ou dois cascos de canoa, mas de apenas um motor rabeta. Assim, com o uso da embarcação e do motor para o deslocamento do homem cooperado, a circulação dos demais membros da família restringe-se às imediações da própria casa, afetando, inclusive a execução de atividades produtivas como a pesca, por exemplo. Desse modo, não havendo comida em casa — e, como a comunidade é desprovida de energia elétrica, são limitadas as opções de armazenamento de gêneros alimentares —, há que se esperar o retorno do homem para usar a embarcação para a pesca. Além desse aspecto, a restrição da mobilidade dos familiares dos cooperados dificulta a integração dos mesmos dentro da comunidade e limita, ainda mais, a atuação da mulher ao espaço doméstico, sobretudo daquelas que não exercem funções na cooperativa, conforme explicita uma moradora:

Um impacto que acontece também é o transporte, por exemplo, os homens vão trabalhar e as mulheres ficam ilhadas em casa, como que elas vão na reunião se não tem onde elas virem? Por isso que às vezes não dá pra ir numa reunião. Por isso a trajetória da maioria das mulheres aqui da comunidade é só ficar em casa trabalhando. Não tem transporte... a gente precisa desse desenvolvimento. A gente vai trabalhar, a gente quer melhoria dos nossos filhos... Mas a gente tem que conciliar a nossa cultura com desenvolvimento (Entrevista com moradoras do Moura no âmbito do ECQ, 2017).

Diante do exposto, a relação entre a comunidade do Moura e a cooperativa apresenta-se complexa, já que, apesar das mudanças consideradas negativas, nela também se verificam vantagens consideráveis. A Coopermoura é citada por 100% dos entrevistados como a melhor opção de trabalho no cenário local, onde se carece de oportunidades de estudos e qualificação profissional. É citada, ainda, como o espaço

onde os comunitários têm mais oportunidades de trabalho, uma vez que as empresas prestadoras de serviço para a mineração dão preferência aos trabalhadores oriundos de outras localidades: “Se depender dessas empresas aqui que vêm, preferem pegar trabalhadores lá de Santarém, Maranhão, do que pegar uma pessoa da região. Elas excluem, não dão oportunidade” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Outro aspecto positivo destacado pelos comunitários foi a visibilidade que adquirem pelo trabalho na cooperativa, sendo esta reconhecida como uma facilidade para a contratação por parte das outras empresas prestadoras de serviço em Trombetas, o que lhes dá estímulos para o bom desempenho na execução de suas funções:

Hoje temos vários funcionários de outras empresas que passaram pela cooperativa, o cara veio, mostrou desempenho bom, aí a empresa já fica de olho, chama ele, sempre acontece isso. a maioria [se associa] é com esse pensamento, de obter coisa melhor pra frente. Futuramente ter a carteira assinada, todos os benefícios (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

No que tange aos mais jovens, o presidente da cooperativa avalia que, apesar de ela lhes dar oportunidades de geração de renda, a crescente adesão desse segmento ao trabalho assalariado traz consequências já sentidas pelos cooperados mais antigos, principalmente em relação aos estudos e à nova rotina:

Impacta um pouco, o cara pegou 16, 17 anos já tá de olho no dinheiro, já vê aquela zuada de que a cooperativa rende dinheiro, aí acaba desmotivando ele querer estudar porque a cooperativa é muito fácil você ganhar dinheiro, é imediato (...) Aí acabo esquecendo um pouquinho do estudo, com o tempo que eu vou sentir, que hoje nós temos cooperados antigos nosso que já estão reclamando. Eu tenho cooperados que tão saindo do trabalho de campo, vem aqui, troca a roupa e vai pra sala de aula estudar. Estuda aqui em Trombetas, tem o SESI, estuda a noite no SESI, aí sai do trabalho e vai pra sala de aula, sai 22:00, 23:00 horas da noite e vai pro Moura, quando é 4 da manhã tem que sair de volta pra pegar aqui o ônibus pra ir pra mina trabalhar, é a rotina dele hoje, porque se não estudar a coisa fica mais complicada. Acabou gerando esse impacto um pouco quanto ao estudo da nossa juventude (Entrevista com presidente da Ccoopermoura. Julho de 2017).

Em contraponto, a própria existência da cooperativa foi identificada por alguns moradores como um fator de estímulo aos estudos. Neste sentido, a exigência de Ensino

Fundamental completo para se tornar um cooperado, a maior possibilidade que os cooperados têm de fazer cursos profissionalizantes disponibilizados pela cooperativa em conjunto com a MRN, e, por fim, a oferta de cargos que exigem alguma qualificação profissional, aliados ao afastamento do trabalho na agricultura, seriam fatores motivadores para estudar. Dentre os cursos identificados oferecidos ou facilitados pela Coopermoura, os que despertam mais interesse são os de: informática básica e avançada, técnico em segurança do trabalho, primeiros socorros, elétrica e autoescola.

Quando não tinha cooperativa os moradores do Moura trabalhavam mais com agricultura, hoje em dia você vai na comunidade e não vê mais ninguém na roça, não tem mais, acho que até influencia mais a estudar, a agricultura não influenciava a estudar. Hoje em dia já tem um pensamento diferente, acho que isso é por causa da cooperativa. Muitos da comunidade têm uma formação, eles têm uma visão de que “poxa, meu conhecido tá lá num cargo, eu poderia tá também, mas não to porque não estudei”, então é um estímulo pra eles também, eu vejo muito positivo (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Por outro lado, lideranças locais afirmam que a captação de mão-de-obra jovem, recém-egressa do Ensino Fundamental, é uma situação que afasta os adolescentes do Ensino Médio, o que, futuramente, compromete sua formação qualificação profissional e, conseqüentemente, a própria inserção no mercado de trabalho em cargos mais altos, até mesmo via cooperativa.

No tocante ao trabalho realizado pelas cooperadas, apesar de oportunizar a participação das mulheres no mercado, a cooperativa ainda tenta se adequar às características da oferta de mão de obra feminina, bem como às suas conseqüências para a comunidade. Nos casos em que o cônjuge também exerce atividades em Porto Trombetas, a presidência da Coopermoura afirma que a comunidade identifica algumas mudanças nas dinâmicas familiares, o que vem causando preocupação e a necessidade de, coletivamente, buscarem uma solução:

É muito complicado, pra isso a cooperativa tem um documento que nós vamos precisar revisar, a própria comunidade vai ter que olhar isso direitinho pra analisar o estatuto, (...) conversamos tipo assim: só vai poder prestar serviço o pai, não a mãe. Não é que queira tirar do mercado a mulher, não é que queira desqualificar a mulher, mas é um ponto de que a gente possa ajudar tanto na educação da criança...porque se trazer os dois pra cá, acaba deixando as crianças avulso...com isso nós estamos vendo que eles perdem um pouco na educação. Isso a gente tá analisando, não tá definido nada, porque já estamos sentindo na pele, então vamos achar uma forma melhor para

que não possa prejudicar nem a cooperativa, nem a família, nem a mulher...enfim, porque imagina só, você vai criar uma regra: só pode trabalhar o marido. Com isso vai vincular que a gente tá tirando a mulher do mercado. Aí é complicado, por isso que to falando, vai ser uma coisa com muita calma, mas a gente precisa melhorar essa parte. Porque a cooperativa tá beneficiando por uma parte, são pontos positivos e pontos negativos que ela nos trouxe (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

A fala reflete o pensamento generalizado sobre o papel da mulher enquanto autoridade responsável pela manutenção da unidade familiar, pelo zelo da casa e pelo cuidado com os filhos, constituindo-se, assim, o pilar de sustentação e manutenção da cultura na comunidade e da ordem no lar: é a “patroa da casa” (SARTI, 1994). Desta forma, seu trabalho fora de casa é bem-vindo, desde que não interfira nas suas atribuições domésticas, sobretudo na criação dos filhos, conforme expõe o marido de uma cooperada: “eu achava melhor que ela ficasse em casa porque geralmente quando a gente não tá diretamente na casa da gente, quando a chefia não se encontra, tudo vira aquela zorra, então eu achava que todo mundo cuidando do que é seu, ele é rei.” (Entrevista com morador do Moura. Novembro de 2017).

Na divisão sexual do trabalho em relação à unidade doméstica, criam-se representações da realidade social onde a unidade está inserida (SCOTT, 2011). Segundo Tedeschi (2004), na estrutura familiar brasileira são reproduzidas práticas de significação calcadas nas representações sobre maternidade e domesticidade, onde se projeta a figura da mãe protetora e dócil, que seria a reprodução da figura feminina construída historicamente pelo discurso do patriarcado, onde vigora o domínio masculino em relação ao poder público e ao espaço doméstico.

Esta dominação em casa traduz-se numa vigilância que coloca em questão a mulher viver na rua, ou nas casas dos outros. As queixas que os homens têm sobre suas casas são, primordialmente, queixas sobre a não domesticidade da mulher (...) A casa mal administrada, sem comida pronta, sem cuidado adequado das crianças, sem pratos lavados etc. é um sinal de que a casa do homem está fora de controle (SCOTT, 2011, p. 174).

Conforme Scott (2011), da mulher espera-se o controle ativo da casa e suas atribuições — criação dos filhos, limpeza, preparo do alimento —, para que o homem possa apresentar sua casa como “sob controle”, uma vez que seu sucesso está centrado

na rua, enquanto o “provedor”. O afastamento físico do homem exigido pelo trabalho fora de casa implica no distanciamento afetivo das questões cotidianas e da vigilância doméstica. É calcado nesse conhecimento reduzido acerca das questões relativas ao lar que o discurso masculino sobre a casa se constrói: “ao transparecer o discurso de que a casa não está ‘sob controle’ a ameaça à avaliação do desempenho do homem é real, tão real quanto a administração direta de fracasso no papel masculino de ‘provedor’” (SCOTT, 2011, p. 165).

Assim, apesar das ausências paternas serem predominantes entre as famílias de cooperados, são as ausências das mulheres na rotina da comunidade as maiores fontes de preocupação entre os entrevistados. Dentre as alterações atribuídas a essa ausência, os homens citam o desleixo em relação às atividades consideradas domésticas, incluindo os cuidados com os filhos, sobretudo a queda no rendimento escolar das crianças. Já as mulheres entrevistadas ressaltam a sobrecarga de trabalho doméstico devido à redução do tempo dentro de casa, o aumento do cansaço devido ao tempo reduzido para o descanso e a constante preocupação com a segurança dos filhos.

Em contraponto aos impactos negativos atribuídos ao trabalho feminino na cooperativa, as mulheres entrevistadas avaliam como positiva a presença da Coopermoura, ressaltando que, apesar da pouca oferta de vagas em relação à quantidade de associadas, é na cooperativa que vislumbram as maiores chances de independência financeira: “depois que surgiu a cooperativa teve muita mulher que se despertou, que ficou menos dependente do marido, quer trabalhar, quer ajudar, quer ter suas coisas, e a cooperativa é um ponto onde ela pode começar, vir trabalhar, ser independente” (Entrevista com cooperadas. Julho de 2017).

Apura-se, a partir dos aspectos negativos e positivos atribuídos à Coopermoura nas entrevistas, que, em geral, tanto as mulheres quanto os homens identificam as mesmas alterações no tocante à comunidade do Moura, destacando-se dentre os impactos mais citados: o gradativo abandono das atividades tradicionais; as ausências em reuniões e assuntos gerais da comunidade, acarretando em desavenças; alguma melhoria na condição financeira das famílias; maiores oportunidades de trabalho em outras empresas e oportunidades de capacitação profissional por meio dos cursos oferecidos pela cooperativa.

Em relação às alterações nos núcleos familiares atribuídas ao trabalho feminino e masculino na cooperativa, homens e mulheres entrevistados identificaram aspectos distintos. Os homens apresentaram maior receio do trabalho feminino, sob a justificativa de uma possível negligência nas questões domésticas e familiares. Já as mulheres apontaram alterações não percebidas por nenhum dos homens: em relação ao trabalho masculino, destaca-se o cerceamento dos familiares da circulação na comunidade devido a ocupação diária da embarcação da família; e, em relação ao trabalho feminino, o acúmulo do trabalho doméstico e o estímulo à independência financeira da mulher.

Em relação ao trabalho masculino, os homens identificaram maior afastamento da família devido à rotina de trabalho, no entanto, não viram sua ausência como fator prejudicial na formação das crianças e no cuidado com os filhos, tendo este sido um aspecto relacionado diretamente ao trabalho feminino na Coopermoura, tanto pelos homens quanto pelas mulheres entrevistadas. Da mesma forma, a ausência masculina não foi diretamente caracterizada como um fator que sobrecarrega o trabalho doméstico, uma vez que ele se compõe de atividades desenvolvidas majoritariamente pelas mulheres, mesmo na presença constante de um homem em casa. Apesar das entrevistadas reconhecerem que as ausências masculinas acarretam sobrecarga de trabalho em relação aos cuidados com os filhos, elas relacionam diretamente essa sobrecarga às dificuldades para exercerem as tarefas domésticas provenientes do próprio trabalho para a cooperativa.

Evidencia-se a importância da Coopermoura frente à ausência de postos de trabalho e oportunidades de capacitação e estudos na região. Entretanto, a restrição dos cargos ofertados e a dinâmica de trabalho que eles impõem ferem aspectos do modo de vida local, o que gradualmente vêm afetando e modificando costumes e práticas tradicionais. Outra questão relativa aos serviços prestados seria a sua vinculação exclusiva às atividades da MRN e a individualidade das ações, o que contrasta com o caráter de coletividade característico nas comunidades de remanescentes de quilombo do Trombetas. Neste sentido, ressalta-se o desejo de moradores e cooperados de que a cooperativa reorganize-se em busca de ações e projetos que beneficiem a comunidade.

No tocante ao trabalho na Coopermoura e à sua relação com a comunidade, algumas possíveis melhorias foram sugeridas nas entrevistas com moradores, cooperados e mulheres prestadoras de serviço. Parte das questões levantadas refere-se

diretamente ao dia a dia dos cooperados, com o diálogo e algum investimento poderiam ser implementadas. Entretanto, as demandas pertinentes a direitos trabalhistas, como ter carteira de trabalho assinada, esbarram nas limitações inerentes à natureza da Coopermoura, enquanto cooperativa de trabalho. O Estatuto Social da cooperativa, em seu Art. 69 expõe que: “A Coopermoura iguala-se às demais empresas em relação a seus empregados para os fins da Legislação Trabalhista e Previdenciária”, contudo essa relação em 2018 só diz respeito aos cargos de Técnica de Segurança do Trabalho e Auxiliar Administrativo, não havendo vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados, conforme já exposto.

Em relação aos direitos assegurados pela cooperativa, como o direito ao descanso anual remunerado, equivalente a férias, houve relatos que destacam dificuldades dos cooperados em retornar ao cargo após o período de folga. Da mesma forma, cooperadas relataram dificuldades em retornar ao serviço após a gravidez:

Pra mim tem que melhorar também quando a gente engravida, na cooperativa a gente trabalha fixo, em firma a gente tem direito de entrar de novo, tem direito... na cooperativa tem muita dificuldade. Eu quando fiquei afastada porque adoeci, foi um sacrifício pra voltar pro trabalho... só porque uma menina lá tava pra ganhar neném e teve que sair, eu voltei e não sai mais, só saí agora que terminou o contrato. (...) Tem muita gente que não tira férias já com medo de perder seu trabalho, porque já aconteceu isso, de colocar pra tirar férias e quando chegar a hora de voltar, a pessoa não sai da vaga da gente, e a cooperativa lá de dentro, o presidente, o financeiro, os líderes de campo tem que olhar isso, porque eles têm autoridade, tem 30 dias pra férias e você sabe que tá só tirando férias... tem gente que entra e não quer mais sair, e o pessoal lá de dentro não ajuda a gente nessa parte (Entrevista com cooperada. Novembro de 2017).

A sensação de insegurança e instabilidade em relação ao trabalho na cooperativa se explica devido ao baixo número de vagas disponíveis, se comparado ao número de associados e associadas. Conforme já exposto, a questão decorre dos poucos contratos firmados pela Coopermoura e das quantidades limitadas de diárias. O gestor financeiro corrobora a instabilidade referente ao descanso anual remunerado:

Devido à crise [financeira] a mineração começou a cortar setores. Até então todo cooperado tem direito ao descanso anual remunerado, e quando foi agora, aconteceu acho que uns três casos que os cooperados saíram do setor pra tirar o descanso anual e quando foi pra voltar o setor disse que não era pra voltar (...). Ou então a cooperativa quando tira alguém de um setor, pra tirar um descanso, tem que

colocar uma outra pessoa, e eles [cooperados] não aceitavam, aí terminou as férias da pessoa, quando voltou, mandaram a pessoa embora porque ela não queria mais (Entrevista com gestor financeiro da Coopermoura. Novembro de 2017).

Outra questão que deve ser considerada é a dúvida a respeito da continuidade das atividades da empresa mineradora na região a longo prazo, o que, conseqüentemente, afeta diretamente a Coopermoura. Segundo a MRN, após a exaustão dos platôs localizados na Zona Leste<sup>44</sup>, prevista para 2023, para prosseguir em exercício pelos próximos vinte anos são necessárias a abertura de novas áreas de extração de bauxita. A exploração das áreas chamadas Zona Central e Oeste (ZCO), sobre as quais a empresa possui direitos minerários concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (MRN, 2015), encontra-se atualmente em fase de Licenciamento Ambiental<sup>45</sup>. Nesse ínterim, em maio de 2018, a MRN e as comunidades quilombolas do Alto Trombetas II, representadas pela ACRQAT, com acompanhamento da Fundação Cultural Palmares, firmaram um acordo de consentimento nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT) e da Portaria Interministerial 60 de 24/03/15, que garante a continuidade de exploração de bauxita nos platôs Teófilo e Cipó, localizados na chamada Zona Leste, próximos ao Platô Monte Branco (MRN, 2018).

Assim, mesmo garantindo os direitos assegurados por lei aos seus associados, a dependência da Coopermoura em relação aos contratos com a MRN culmina em um cenário de instabilidade sentido por cooperados e pela gestão da cooperativa. Apesar da utilização de recursos para contornar a situação, a exemplo do rodízio entre os cooperados, na impossibilidade do aumento do número de diárias vigentes e da total dependência das atividades da empresa mineradora, os entrevistados apontaram que gostariam de maior diálogo com os gestores da cooperativa, na tentativa de obterem maior transparência nos critérios de preenchimento de vagas.

No tocante às melhorias que implicariam diretamente no bem estar dos trabalhadores, destacam-se sugestões que amenizariam a permanência em Porto

---

<sup>44</sup> Atual zona ativa de exploração mineraria, compreende os platôs Monte Branco, Papagaio, Periquito, Saracá, Cipó, Teófilo, Aviso, Bela Cruz, Aramã, Almeidas e Bacaba (MRN, 2016).

<sup>45</sup> Em abril de 2017 a MRN protocolou junto ao Ibama o pedido de Licença Prévia, apresentando ao órgão os Estudos de Impacto Ambiental EIA – e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, para a extração de bauxita nas Zona Central e Oeste.

Trombetas e diminuiriam o desconforto de longos períodos fora da comunidade. As cooperadas identificaram a necessidade de vestiários com armários, onde poderiam armazenar seus pertences em segurança, trocar as fardas da cooperativa e se higienizar. Essa sugestão decorre dos longos períodos em que permanecem na cidade enclave. A maioria das entrevistadas desloca-se para Porto Trombetas ainda de madrugada, acompanhando cônjuges ou parentes (porque, em geral, não têm canoa e rabeta para uso próprio e dependem de carona dos homens, que entram mais cedo no serviço), e afirmam passar ao menos as primeiras horas da manhã próximas da feira em Porto Trombetas, aguardando o horário de entrada no serviço na Coopermoura. Um vestiário amenizaria também o problema do fardamento sujo ou molhado durante a estação chuvosa, uma vez que todas afirmam sair de casa já com o uniforme da cooperativa, em embarcações sem tolda.

Outra sugestão é relativa ao transporte das cooperadas. A ideia levantada é de transportes coletivos que percorram o Moura e contemplem os diferentes horários de entradas dos cooperados, sobretudo aqueles que possuem horário de entrada fixo, como o dos auxiliares de serviços gerais, solucionando questões como o deslocamento durante a madrugada e atrasos. Essa questão surgiu também em entrevistas com comunitários e homens cooperados. Segundo eles, seria uma forma da cooperativa movimentar financeiramente a comunidade, pois seria necessário o investimento para a contratação de ao menos um barqueiro e uma embarcação de porte médio.

A necessidade da criação de uma creche comunitária vinculada ao espaço da escola da comunidade foi amplamente apontada por cooperadas e moradores. Um espaço de acolhimento para filhos de cooperados aliviaria a preocupação constante com a segurança das crianças, relatada pelas cooperadas, além de possibilitar que as mulheres cujo cônjuge preste serviço possam se dedicar a outras atividades ao longo do dia. Assim como as sugestões anteriores, a creche também careceria de investimentos e parcerias da Coopermoura com a escola da comunidade ou a própria MRN. Por outro lado, essa iniciativa também é identificada como um incentivo ao trabalho na comunidade, uma vez que seria necessária a contratação de pessoal responsável pela alimentação, limpeza e cuidado das crianças.

O apoio para as melhorias em relação à educação na comunidade foi apontado como demanda por grande parte dos entrevistados, tanto em relação ao investimento na

estrutura física da escola do Moura, quanto na possibilidade da Coopermoura viabilizar o oferecimento de cursos profissionalizantes não apenas para os associados, mas para os jovens da comunidade.

Questionados a respeito de como seria possível a cooperativa se organizar para viabilizar a implantação dessas melhorias, os entrevistados sugeriram a criação de um fundo financeiro voltado para a comunidade, o que possibilitaria o planejamento de ações específicas voltadas para o Moura: “A cooperativa pode ajudar mais na comunidade, fazer um planejamento, investir um fundo pra comunidade, estrutura, saúde, educação, não tem um planejamento, já sugeri fazer uma creche.” (Entrevista com cooperados. Novembro de 2017).

A criação do novo fundo seria possível, segundo alguns entrevistados, a partir da destinação de parte do lucro anual da cooperativa, que atualmente opera da seguinte forma, conforme explica a presidência:

De ano em ano a assembleia geral é a prestação de contas, o balanço financeiro. Se deu positivo, tem um resultado positivo pra cada cooperado, a gente pega um valor que tem lá, dependendo do acordo, e rateia esse valor, divide com os cooperados. Esse ano de 2016 nós tivemos lá no Moura, rateamos R\$ 100.000 e dividimos. 2015 tivemos também, de 2013 pra cá conseguimos a sequência, a tendência é subir (Entrevista com presidente da Coopermoura. Julho de 2017).

De acordo com o art. 28 da lei 5.764/71 existem dois fundos obrigatórios constituídos pelas cooperativas, compostos pelas sobras líquidas apuradas no exercício: 10% deve compor o Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa, e ao menos 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa. Essa determinação é cumprida no art. 55 do Estatuto Social da Coopermoura, que também prevê, conforme a referida lei, a possibilidade de criação de outros fundos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Segundo apurado, é amplamente reconhecido entre moradores, cooperados ou não, que parte do lucro da cooperativa é investido na comunidade. Destaca-se o apoio a eventos culturais, a limpeza do centro comunitário e o auxílio em casos de doenças mais

graves. É nítido também o entendimento de que as decisões pertinentes à destinação dos lucros da cooperativa são de responsabilidade de todos os associados:

A Coopermoura é o foco principal da comunidade, quando se fala na Coopermoura você já falou na comunidade do Moura. Em geral, ela é pra trazer o benefício pra comunidade. Ela tem no final de ano a prestação de contas, o dinheiro que sobrou das despesas, dos gastos, aquilo é nosso, então quem vai decidir o que fazer com aquele dinheiro são os cooperados. Tem contribuição nos eventos, na organização da cultura da comunidade, nas obras, agora vai ter reunião com o ICMBio e a ACRQAT, a Coopermoura doa alimentação, diesel, a cooperativa é o foco da comunidade (Entrevista com cooperados. Novembro de 2017).

A divisão dos lucros entre cooperados é prevista no Art. 57 do estatuto, que em seu parágrafo único determina que: “Se aprovada a distribuição das sobras, o rateio será sempre proporcional ao valor das operações efetuadas pelo cooperado com a Cooperativa durante o exercício social que as gerou” (COOPERMOURA, 2015, p.25). Ainda conforme o estatuto, esse rateio só é possível devido à inexistência de outros fundos estatutários, o que viabiliza a discussão a respeito da destinação das sobras em Assembleia Geral.

Apesar da criação de novos fundos estar prevista no estatuto e da possibilidade de enquadramento de parte das demandas levantadas pelos cooperados dentro do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, associados e moradores afirmaram que falta interesse e organização da presidência da cooperativa, embora reconheçam a gradativa melhora da gestão nos últimos anos, o que pode ser confirmado através do balanço positivo dos lucros da Coopermoura. Ressalta-se, entretanto, que com a criação de um novo fundo, ou a destinação de mais do que 5% ao FATES, haveria considerável diminuição do rateio dos lucros entre os cooperados, o que implica em negociações e acordo em Assembleia Geral entre todos os associados, não podendo, portanto, ser atribuído somente à gestão da Coopermoura, o entrave em sua criação.

Constata-se assim que o aumento do número de moradores envolvidos na cooperativa implica em modificações na rotina da comunidade e nos núcleos familiares do Moura. Entretanto, faltam-lhes ferramentas para lidarem com a dinâmica introduzida a partir da consolidação da Coopermoura, a solução até o momento parece estar calcada na retomada de valores intrínsecos à vida em comunidade, onde juntos, avaliam e tomam decisões.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou identificar e analisar as mudanças que a consolidação da Coopermoura gradualmente tem provocado nas relações comunitárias e familiares na comunidade do Moura. Para tal, buscou-se entender o processo de formação da cooperativa tendo como pano de fundo as dinâmicas territoriais que se formaram nos últimos quarenta anos, com as restrições impostas às comunidades remanescentes de quilombo pelas UCs e com a implantação da Mineração Rio do Norte. Em várias medidas, assume-se que esses dois fatores se relacionam diretamente com a Coopermoura e sua projeção no modo de vida atual no Moura.

Os métodos utilizados ao longo do trabalho e o conhecimento prévio a respeito da região se mostraram importantes para a consecução dos objetivos propostos. Entretanto, ressalta-se que esta pesquisa não é capaz de abarcar toda a complexidade do tema do trabalho na comunidade quilombola, entendendo que para tal, seria necessário um estudo de maior fôlego. A pesquisa tampouco pretendeu esgotar o assunto, abordando apenas alguns aspectos de um processo de transformação local ainda em curso, que constantemente apresenta novos desdobramentos, e que, certamente, deve motivar novos e mais profundos estudos. Ainda assim, algumas considerações a respeito do que por ora foi identificado merecem ser apontadas.

No tocante aos aspectos relativos ao trabalho, observou-se que, na comunidade do Moura, prevalece um tipo de divisão sexual do trabalho que, refletindo o modelo patriarcal da sociedade brasileira, condiciona as mulheres a serem responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, cuidado com os filhos e tarefas relativas ao espaço que circunda a casa, enquanto que ao homem incumbe o exercício das atividades tradicionais fora do âmbito doméstico, especialmente a agricultura, a pesca e o extrativismo.

Apesar disso, nota-se que as atribuições femininas e masculinas não são totalmente excludentes no exercício dessas atividades. A complementaridade entre os trabalhos feminino e masculino se faz presente de forma latente em muitas etapas dos serviços que elas demandam, assim como a participação de outros membros do núcleo familiar e comunitário, reforçando o caráter de coletividade e garantindo a transmissão

dos saberes tradicionais entre as gerações. Por esse motivo, o declínio gradual das práticas produtivas tradicionais é fator de grande preocupação dentre os comunitários.

Diferentemente, a divisão sexual do trabalho advinda da prestação de serviços para a cooperativa, também pautada pelas representações patriarcais do lugar da mulher, destaca-se pela individualidade das ações, pela dupla jornada de trabalho imputada às trabalhadoras assalariadas e ao cerceamento da mulher ao âmbito doméstico, no caso das famílias em que apenas o homem presta serviços. Assim, o trabalho para a cooperativa e a natureza do cargo exercido pelas mulheres não as desoneram das atribuições que lhes são tradicional e socialmente atribuídas. Dentro de seus núcleos familiares, essa situação se reflete acentuando ainda mais as diferenças entre atividades tipicamente exercidas por homens e por mulheres. Ainda, o regime de trabalho imposto aos cooperados acarreta na diminuição das atividades outrora exercidas coletivamente, conseqüentemente, interferindo nas interações familiares e comunitárias.

Constatou-se que a cooperativa fundada há dezesseis anos ainda procura contornar limitações e organizar-se para suprir as expectativas dos moradores do Moura e cooperados. Averiguou-se que o contexto de sua criação e os tipos de contratos de trabalho disponibilizados pela MRN, a partir do seu processo interno de reestruturação produtiva, limitam as possibilidades de prestação de serviços, sobretudo em relação à mão de obra feminina. Deste modo, a Coopermoura, desde sua fundação, submete-se ao modelo de trabalho flexível e precarizado, além da dependência integral das demandas de trabalho da empresa mineradora. Assim sendo, o intuito da cooperativa de melhorar as condições de vida no Moura proporcionando uma fonte de renda fixa aos comunitários, condiciona-se aos interesses da MRN.

Apesar das alterações no modo de vida atribuídas ao trabalho na cooperativa e as frustrações inerentes às suas limitações, a Coopermoura emerge na fala dos entrevistados enquanto a maior e melhor oportunidade de absorção da mão de obra local, além de figurar enquanto maior oportunidade de obtenção de renda regular, emancipação feminina, facilitadora de qualificação profissional e aproximação com outras empresas prestadoras de serviço para a MRN, essas sim, capazes de oferecer maior estabilidade, segundo os entrevistados.

Para a recorrência nas falas dos entrevistados a respeito da preocupação com os poucos postos de trabalho, a diminuição da prática das atividades tradicionais outrora

realizadas em conjunto, e demais dificuldades e impactos negativos atribuídos à cooperativa, as soluções apontadas contemplam decisões a serem tomadas coletivamente, além de beneficiar o maior número de comunitários possíveis. Transparece assim, ao longo da pesquisa a capacidade de reorganização e o sentimento de coletividade dos remanescentes de quilombo frente às inúmeras ameaças e modificações provocadas pelos diversos atores presentes em seu território, não só nos últimos quarenta anos com a chegada do empreendimento minerário e criação das UCs, mas desde o processo histórico de formação dos primeiros quilombos na região.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiães das Matas e dos Rios**. 2 ed. Cejup, UFPA – NAEA – Belém, 1998.

ACSERALD, H. (Org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e novas etnias**. Manaus, UEA Edições, 2011.

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

\_\_\_\_\_. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. (org. Osmundo Pinho). ABA, Ed. Unicamp – EDUFBA, 2008.

ÁVILA, Maria Betânia. **Vida cotidiana e uso do tempo pelas mulheres: A Questão Social no Novo Milênio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/)>. Acesso em: Jul 2017.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BEZERRA NETO, José Maia. **Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará — 1840/1860**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 73-112.

BORGES, Ângela; DRUCK, Graça. **Terceirização: balanço de uma década**. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

BRASIL COOPERATIVO. **Evolução alicerçada na legislação**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/legislação.asp>>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 Outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988**. Disponível em <[http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_12.07.2016/art\\_68\\_.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp)>. Acesso em: 14 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 84.018, de 21 de setembro de 1979.** Cria a Reserva Biológica do Rio Trombetas e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84018-21-setembro-1979-433349-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 98.704, de 27 de Dezembro de 1989.** Cria a Floresta Nacional de Saracá - Taquera. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D98704.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98704.htm)>. Acesso em: 5 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm)>. Acesso em: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994.** Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8949-9-dezembro-1994-349802-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9985, de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1995.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.690, de 19 de Julho de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2017

\_\_\_\_\_. **Portaria/Incrap/ Nº 1.172, de 17 de julho de 2018.** Diário Oficial da União. Disponível em: < [http://www.impresnacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32570922/do1-2018-07-19-portaria-n-1-172-de-17-de-julho-de-2018-32570911](http://www.impresnacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/32570922/do1-2018-07-19-portaria-n-1-172-de-17-de-julho-de-2018-32570911)>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRUSCHINI, C. **Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta.** In: LIGOCKI, M. S. L.; LIBARDANI, M. (Org.). Discriminação positiva, ações afirmativas em busca da igualdade. 2. ed. São Paulo: CFEMEA/ELAS, 1996.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas**. Revista Direito Em Debate, 9(14). Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/800>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CANTO, Otávio do. **Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental**. UFPA – NUMA - Belém, 2016.

CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: A Propósito de Formas de Trabalho na Amazônia**. UFPA - NAEA – Belém, 1998.

COELHO, M.C; CUNHA, L.; WANDERLEY, L: **Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná**. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Quilombolas em Oriximiná: Estatuto da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná** Disponível em: <<http://www.quilombo.org.br/#!/arqmo/c1kw4>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

COOPERMOURA. **Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura**. Oriximiná, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lista atualizada de cooperados**. Porto Trombetas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Triagem de cooperados de outubro de 2017**. Porto Trombetas, 2017.

CORDEIRO, Jonas Gebara Muraro Serrate. **Produção de óleo-resina de copaíba em áreas de exploração de bauxita e sua importância para comunidades quilombolas da região do Rio Trombetas – PA**. 48 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus, 2013.

COSTA, Márcia da Silva. **Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente**. Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 1, Artigo 7, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2017.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Brasil e México: **racionalização econômica e emprego**. Campinas – SP. UNICAMP, 1997.

DIEESE. **Os trabalhadores frente à terceirização**. São Paulo, 1993.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, HUCITEC, 2001.

DRUCK, M. G. **Terceirização: Desfordizando a Fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico**. São Paulo: Edufa/Boitempo. 1999.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar: Curitiba, n. 24, p. 213- 225, 2004.

ECODIMENSÃO Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda. Relatório Antropológico Final referente à Identificação e Delimitação Territorial da Comunidade Remanescente de Quilombola Moura. Paraná, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FISCHER, I. **A trabalhadora rural**: assalariamento, reprodução biológica e conflitos de gênero na família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu: Abep, 2000.

FARIAS JR., Emmanuel. de A. **Filhos do Rio: mocambeiros do rio Trombetas**. Anais da 26a Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Tradução de. Raquel Ramallete. 20 a. Edição. Petrópolis. 1999.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura Caboclo-Ribeirinha**: mito, lendas e transculturalidade. Ed. 2, São Paulo: Annablume, 2012.

FREITAS, Raylka Fráncilina Sousa de. **Divisão Sexual do Trabalho e (Des)Proteção Social**: Compreendendo a realidade das pescadoras de Curral Velho – CE. In: II Seminário de Território e Gestão de Políticas Sociais, I Congresso de Direito à Cidade e Justiça, Londrina – PR, 2015.

FUNES, Eurípedes. A. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**. Departamento de História, UFC – Ceará, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nasci nas matas, nunca tive senhor**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Dissertação de mestrado, Departamento de História da Universidade de São Paulo – São Paulo, 1995.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo – SP: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui. [online]. 2007, vol.37, n.132, pp.595-609.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Projeto Povos do Rio: Cadastro de Comunidades Quilombolas e Ribeirinhas Localizadas no Interior e Entorno da Reserva Biológica do Rio Trombetas/PA**. Núcleo Macacoprego. Porto Trombetas, 2006.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ficha de Identificação do Território Quilombola Moura. **Inventário Nacional de Referências Culturais dos Quilombos de Oriximiná**. Oriximiná, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Processos Abertos Quilombolas**. Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA.** Disponível em: < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/passo\\_a\\_passo\\_atualizado\\_pdf.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/passo_a_passo_atualizado_pdf.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LIMA, Jacob Carlos. **O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção:** o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 19. Nº. 56 RBCS Vol. 19 nº. 56, 2004.

LITTLE, Paul. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Brasília, 2002.

LOBO, Mateus Feitosa Siqueira. **Impactos Socioambientais da Coleta de Castanha-do Pará (*Bertholletia excelsa*, Bonpl.) na Reserva Biológica do Rio Trombetas e Entorno, Oriximiná, PA.** Dissertação apresentada à Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA: Santarém, 2016.

MANCINI, Roberto. Martins. **A construção de uma experiência de economia solidária como alternativa à reprodução do trabalho escravo contemporâneo:** o caso da Cooperativa para Dignidade do Maranhão de Açailândia - MA. In: CARNEIRO, M.S.; RAMALHO, J.R. (Org.). **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro.** 1ed.São Luís: EDUFMA, 2015, v. , p. 177-202.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativa de trabalho:** sua relação com o direito do trabalho. São Paulo: LTr, 1999.

MARX, Karl; **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política (Livro 1 - processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MCGRATH, David. **Parceiros no crime:** O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2. Belém, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Editora Alternativa, Niterói: 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. **Linha do tempo.** Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Historia/Paginas/Linha-do-Tempo.aspx>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cartilha do Projeto ZCO.** Área Alto Trombetas II. Porto Trombetas, 2017.

\_\_\_\_\_. Linha do Tempo, Sustentabilidade. **Relatório de Sustentabilidade GRI 2015**. Disponível em <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sustentabilidade/Paginas/relatorioSustentabilidade.aspx>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Comunicação, Notícias. **MRN, ACRQT e Fundação Palmares fecham acordo de Consentimento na forma da Convenção nº 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT)**. Disponível em <[http://www.mrn.com.br/pt-BR/Comunicacao/Noticias/Paginas/2018\\_05\\_29\\_Acordo\\_ACRQAT\\_FCP.aspx](http://www.mrn.com.br/pt-BR/Comunicacao/Noticias/Paginas/2018_05_29_Acordo_ACRQAT_FCP.aspx)>. Acesso em: 10 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Linha do Tempo, **Licenciamento Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sustentabilidade/GestaoAmbiental/Paginas/Licenciamento-Ambiental.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo da Floresta Nacional Saracá Taquera**. STCP Engenharia de Projetos/IBAMA, Curitiba, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas**. STCP Engenharia de Projetos/IBAMA, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Linha do Tempo. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em 25 out. 2017.

MISI, M. **Cooperativas de Trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo, LTr, 2000.

MOTA, Dalva Maria Da; FERNANDES, Thiara. **“É Sempre Bom Ter o Nosso Dinheirinho”**. Sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 01, p. 009-024, 2014.

MOTA, Dalva Maria Da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, José Francisco da; FERNANDES, Thiara. **Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba do Norte e Nordeste do Brasil**. Agr. Fam. Belém n 5/8 p 53-77, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A etnicidade como instrumento de luta pela terra**. Departamento de Antropologia, ICHF-UFF - Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo**. Iberoamericana (Madrid), v. 42, p. 111-126, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **O que muda com a Lei n ° 12.690/2012**. Cooperativismo de Trabalho. Sistema OCB, Brasília – DF, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. Editora Contexto, 2001.

QUIRINO, Raquel. **Relações de Gênero, Tecnologia e Formação Profissional de Mulheres no Segmento de Mineração**. 37ª Reunião Nacional da ANPed – UFSC – Florianópolis, 2015.

RICARDO, Fany. & ROLLA, Alicia. (Org.). **Mineração em Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

RODRIGUES, Diego. **Licenças para Degradar?** Impactos socioambientais da mineração na América do Sul / Autores.[de] Rodrigues, Diego. Struminski, Edson. Lima. Tainá Teixeira Cavalcante de. – Aracaju : EDUNIT, 2016.

RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. **Estratégias de reprodução da agricultura familiar: A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na Localidade de Trapeira - Canguçu/RS**. Dissertação – Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2011.

SANTOS, Anselmo Luis dos, POCHMANN, Marcio. **O custo do trabalho e a competitividade internacional**. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B., MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como ordem moral**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.96, p.46-53: fuv. 1994.

\_\_\_\_\_. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo; Autores Associados, 1996.

SARTRE, Xavier Arnauld de; FLORENTINO, Laurence G.; GUERRA, Gutemberg A. Diniz; MASTOP-LIMA, Luiz; ALVES, Ailce M. Negreiros; GUÉTAT-BERNARD, Hélèn. **O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos . Editora Alternativa, Niterói: 2013.

SCOTT, Parry. **Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas**. Artigo apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, Ouro Preto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Famílias Brasileiras: Poderes, desigualdades e solidariedades**. Editora Universitária UFPE. Recife, 2011.

SEVERO, Valdete Souto. **As cooperativas de trabalho**. Revista eletrônica: acórdãos, sentenças, ementas, artigos e informações, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 11, p. 72-75, ago. 2005.

SILIPRANDI, Emma. **Políticas de segurança alimentar e relações de gênero**. Brasília, 2004.

SILVA, P. G. da. SEVERO, V. S. **O caso dos catadores de materiais recicláveis: a angústia de quem pretende um cooperativismo verdadeiro**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n 3866, 31 jan. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/26571>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SORJ, Bila, Os Cuidados com a Família e as Desigualdades de Gênero e Classe. IN: COSTA, Albertina, ÁVILA, Betânia, SILVA, Roseane; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica; (Org) **Divisão Sexual do trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**, Recife: SOS corpo, instituto feminista para democracia, p 57-65, 2010.

\_\_\_\_\_. **Socialização do cuidado e desigualdades sociais**. Tempo soc. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.123-128.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS. **Estudo do Componente Quilombola das Comunidades Localizadas no Entorno da Mineração Rio do Norte**. Relatório Geral. Santarém, 2017.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Socioeconômico e Avaliação da Percepção Sobre a MRN nas Comunidades do Entorno da Mineração Rio do Norte**. Paraná, 2014.

STOCKING, George W. (Ed). **Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork**. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1983.

TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (In)visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Meu nome é “ajuda: A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na região noroeste do Rio grande do Sul**. Contexto e Educação – Editora UNIJUÍ – Ano 19 - nº 71/72 Jan/Dez 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte**. UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

VALE, M.G; GONÇALVES, R.M DE P.; LOPES JÚNIOR, A.D. **O trabalho de formação do ser social: a aparência da autonomia**. In: XV Encontro Nacional de Abrapso. Psicologia Social e Políticas de existência, Maceió, 2009.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **Reestruturação Produtiva no Brasil – Anos de 1990**. Revista ABET vol. III – n.1, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira**. 2008. 152 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUNB, 2015.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Org. Bela Fieldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUNB, 1997.

WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Tempo brasileiro; Brasília CNPq, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Modo de Produção Doméstico em Duas Perspectivas**: Chayanov e Sahlins. Série Antropologia. Brasília: UnB, 2001.